Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)

DELWEK MATHEUS

Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista

SÃO PAULO
2016

DELWEK MATHEUS

Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento Territorial", na linha de pesquisa "Campesinato, Capitalismo e Tecnologias".
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulo Girardi.

SÃO PAULO
2016

DELWEK MATHEUS

Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento Territorial", na linha de pesquisa "Campesinato, Capitalismo e Tecnologias".
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulo Girardi.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Eduardo Paulo Girardi (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

_____

Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki (Universidade de São Paulo)

_____

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (Universidade Federal de São Paulo)

São Paulo, 29 de março de 2016.

Matheus, Delwek.
M427 Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo : o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista / Delwek Matheus. – São Paulo, 2016.
141 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Eduardo Paulo Girardi.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.
Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Brasil – Cidadania. 4. Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). 6. Programa Território da Cidadania. I. Título.

CDD 301.35098161

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATESTADO DE APROVAÇÃO - DEFESA

Atestamos que **DELWEK MATHEUS**, RA nº: 168734-1, RG nº 59.082.984-1, expedido pela SSP/SP, defendeu, no dia 29/03/2016, a dissertação intitulada **Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista**, junto ao Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, Curso de Mestrado Acadêmico, tendo sido 'APROVADO'.

Atestamos ainda que a obtenção do título dependerá de homologação pelo Órgão Colegiado competente.

São Paulo, 29 de março de 2016

PROF. DR. RAUL BORGES GUIMARÃES
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caril

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de externar o nosso reconhecimento a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Instituto de Politicas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Instituições que fazem parte desta importante parceria, tendo como objetivo promover a educação do campo por meio de uma politica pública direcionada para a reforma agraria através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria (PRONERA). O nosso agradecimento, por ter me possibilitado este oportunidade de fazer o curso de pós-graduação.

Um agradecimento especial ao professor Eduardo Paulo Girardi, pela sua contribuição como nosso orientador.

Os nossos agradecimentos aos funcionários e professores do programa que contribuirão no decorrer do curso, em especial aos professores, Bernardo Mançano Fernandes e Raul Borges Guimaraes, reconhecendo o seus compromissos na condução como coordenadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL).

Nosso agradecimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a todos os militantes, por ter me incentivado neste compromisso politico em fazer o curso de pós-graduação.

Agradeço também a Regina Celia pelo seu incentivo durante todo o tempo do curso. Agradeço também o apoio da Sofia Alfredo, Jose Benedito, João Pompeu.

Manifesto também o meu carinho aos meus filhos pela força que me deram nesta árdua tarefa de militante.

Finalmente, estendo um fraternal abraço à turma José Carlos Mariátegui.

RESUMO

No desenvolvimento de nossa pesquisa realizamos uma análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo no território da cidadania do Sudoeste Paulista. Região com características diferenciadas da realidade de outras regiões do estado de São Paulo, pois mantém uma população em torno 23% residente no campo, enquanto que no estado de São Paulo a média é de 4% (IBGE, 2010). Esta população residente no campo é composta por comunidades camponesas, quilombolas e assentamentos rurais. Os mesmos desenvolvem atividade agrícola e pecuária na condição de pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e assentados, bem como de trabalhadores assalariados. O nosso trabalho, orientado pela geografia materialista, vem na perspectiva de conhecer, revelar e analisar os conflitos sociais frutos de concentração fundiária e da expansão da monocultura, processos que resultam em enfrentamento de classes. Sendo que para uma maior compreensão e sustentação do estudo o trabalho dialoga com vários autores a respeito do conceito de território e o conceito de desenvolvimento rural (territorial local). Neste contexto realizamos uma reflexão abordando os princípios e diretrizes da política dos territórios da cidadania. Nesta mesma perspectiva, analisamos as ações dos agentes voltados ao campo, recorrendo ao debate teórico dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. Analisamos as ações dos agentes públicos ligadas à política do território. Buscamos também identificar os novos capitais no campo do território da cidadania, materializado na ocupação do território pelas grandes corporações ligadas ao grande capital e a expansão da monocultura. Analisamos também o movimento contraditório característico do desenvolvimento capitalista no campo, com os processos de conflitualidades por consequente a desterritorialização e reterritorialização do campesinato.

Palavras-chave: Agronegócio. Campesinato. Conflitualidade. Desenvolvimento rural. Políticas Públicas. Território.

ABSTRACT

For the development of our research we conducted an analysis of the relationship of the politics of citizenship´s territories and the action of capital in the countryside in the citizenship´s territories of the Sudoeste Paulista. Region with different characteristics compared to other regions of the state of São Paulo, because maintains a population around 23% in the countryside, while in the state of São Paulo the average is 4% (IBGE, 2010). This population living in the countryside consists of campesino communities, quilombolas and rural settlements. They develop agricultural activities and livestock, they are smallholders, leaseholders, renters, settlers and employees. Our study, guided by the materialist geography, comes from the perspective of knowing, reveal and analyze social conflicts, derived from concentration of land and the expansion of monoculture, processes that result in classes coping. For greater understanding and support of the study, the text establishes a dialogue with several authors about the concept of territory and the concept of rural development (territorial place). In this context we conducted a reflection addressing the principles and guidelines of the politics of citizenship territories, in the same context, we analyzed the actions of agents directed to the countryside using the theoretical discussion of the paradigms of the agrarian question and the agrarian capitalism. Identify the actions of public agents linked to political territory. Identify new capital within the field of citizenship territories, materialized in territorial occupation by large corporations linked to big business and the expansion of monoculture. We also analyzed the characteristic contradictory movement of capitalist development in the countryside, with conflictualities processes and consequently deterritorialization and reterritorialization of the peasantry.

Keywords: Agribusiness. Peasantry. Conflictuality. Rural Development. Public Policy. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Composição das classes sociais no campo..... 43
Figura 2 - Ciclo de Planejamento e Gestão do TC..... 62
Figura 3 – Entendimento da gestão social do TC.....65
Figura 4 - Estrutura de Gestão do TC.....66
Mapa 1 - Territórios Rurais e Territórios da cidadania no Brasil..... 69
Mapa 2 - Localização dos Territórios da Cidadania e Territórios Rurais no Estado de São Paulo..... 70
Mapa 3 - Localização do Território da Cidadania no Estado de São Paulo..... 71
Mapa 4 - Destaca a presença dos Biomas. Mata Atlântica e Cerrado nos municípios do TC Sudoeste Paulista..... 72
Mapa 5 – Municípios que compõe o TC Sudoeste Paulista.....73
Foto 1 - Paisagem, agricultura familiar e do agronegócio..... 79
Gráfico 1 - A distribuição em % dos imóveis e da área..... 81
Mapa 6 – 16ª Região administrativa do Estado de São Paulo.....85
Mapa 7 – Municípios que participam do Consad Sudoeste Paulista.....87
Foto 2 – Ato político de entrega de casas.....92
Foto 3 – Entreposto de leite, município de Itapeva..... 95
Foto 4 - Criação de gado, agricultura familiar..... 96
Quadro 1 - Ações Realizadas no TC Sudoeste Paulista..... 97
Mapa 8 – Destaca a localização das plantas agroindustriais no território.....115
Foto 5 - Planta agroindustrial no município de Taquarivaí - SP..... 116
Foto 6 - Planta agroindustrial no município de Itaberá-SP..... 116
Foto 7 - Agrovia, Itapeva-SP.....118
Gráfico 2 – Variação das culturas cultivadas em hectares no TC 126
Gráfico 3 – Varição das culturas cultivadas em unidades de produção TC..... 126
Mapa 9 – Conjunto de mapas. Distribuição Geografia de área cultivada e numero de produtores..... 127
Foto 8 – Agricultura familiar e o agronegócio..... 129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores Sociais: Índice Gini e IDH..... 74
Tabela 2 - Valor Adicionado Total, PIB Total, PIB per capita – 2007..... 75
Tabela 3 – População Total, Rural e Urbana (valores absolutos e relativos), Área e Densidade Demográfica dos municípios o Território do Sudoeste Paulista..... 76
Tabela 4 - Populações Presentes nos Municípios do Território.....78
Tabela 5 - Número de imóveis rurais no TC Sudoeste Paulista..... 80
Tabela 6 - Somatório das áreas das propriedades do TC Sudoeste Paulista..... 80
Tabela 7 – Número de famílias beneficiadas e valor executado com o (PAA) no TC.....93
Tabela 8 – Variação das culturas cultivadas em hectares e em unidades de produção no TC..... 123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APTA	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDRS	Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcio Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
COOPERHAF	Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DTR	Desenvolvimento Territorial Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAF	Federação da Agricultura Familiar
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LEADER	Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de aquisição de alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Pluri Anual

PROINF	Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONART	Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais
PTC	Programa Território da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
TC	Território da Cidadania
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....11

2 SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL (TERRITORIAL LOCAL).....16

3 ANÁLISES DAS AÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS VOLTADAS AO CAMPO.....34

4 CARACTRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO-HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO ATUAL.....71

5 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A GESTÃO DO (CONSAD) TC SUDOESTE PAULISTA.....86

6 NOVOS CAPITAIS NO CAMPO E O IMPACTO DA AÇÃO DO AGRONEGÓCIO SOBRE O CAMPESINATO NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NO SUDOESTE PAULISTA.....104

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....132

REFERÊNCIAS.....137

1 INTRODUÇÃO

A abordagem dos territórios rurais adquiriu nas últimas décadas uma centralidade no debate acadêmico devido a sua dimensão enquanto política pública, principalmente por ter sido adotada pelo governo brasileiro como estratégia para o desenvolvimento rural (territorial local).

Neste contexto a motivação para estudar este tema esta relacionada com o nossos desafios de militância social, e com o compromisso em contribuir com a estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A nossa trajetória de militante social dedicando-se a luta pela reforma agraria no Brasil tem inicio 1984 momentos em que tomamos a decisão de participar da luta pela terra por meio de ocupação de latifúndio e se entregar a luta dos camponeses. Desta mesma forma iniciamos a nossa participação no MST, com a nossa contribuição nas ocupações de terras e na organização dos acampamentos, bem como atuando nos assentamentos principalmente nos processos organizativos da produção e nas experiências de cooperação, estes desafios nos despertaram para a necessidade de buscar o aprendizado acadêmico, ter contatos com conceitos e teorias que nos possibilitasse melhorar o nosso conhecimento para compreender as contradições existentes no enfrentamento de interesses na luta de classe no campo.

As conquistas alcançadas com a luta dos trabalhadores nos possibilitou esta significativa oportunidade, mesmo na condição de camponês e atuando na militância do dia a dia no movimento social tivemos a condição por meio do PRONERA em parceria com o ITERRA, de iniciar nossa caminhada na educação formal, a nossa primeira iniciativa nesta árdua tarefa foi o desafio o ensino médio no sistema de alternância. Na mesma perspectiva a parceria PRONERA com a UNESP e a Escola Nacional Florestan Fernandes tivemos a possibilidade de continuar nossos estudos realizando a graduação em geografia, e da mesma forma comprometido com o aprendizado militante estamos realizando mais uma etapa do nosso sonho com a nossa participação no curso de pôs graduação, ao ter mais esta oportunidade de fazer parte da segunda turma de mestrado em geografia pelo Programa Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.

Em nossa trajetória de militante com desafio em buscar o conhecimento os nossos temas a ser estudados foram sempre definidos a partir das demandas e orientação do MST e da Via Campesina com o compromisso de contribuir de com a luta dos trabalhadores.

Nesta perspectiva, o nosso estudo consistiu em fazer uma análise da relação da política

dos Territórios da Cidadania (TC) e a ação do capital no campo: o caso do TC Sudoeste Paulista. Para tanto a nossa pesquisa teve como parâmetro temporal as ultimas três décadas, ou seja, ente 1990 a 2010. O objetivo geral de nosso trabalho foi analisar a relação da política dos territórios da cidadania, a ação do capital no campo e a estratégia de territorialização recente do agronegócio no TC Sudoeste Paulista. Com os objetivos específicos tivemos: a) analises dos princípios e as principais ações da política dos territórios da cidadania e das ações dos agentes públicos dela decorrente; b) identificar os principais agentes do capital que atuam no campo no Território Sudoeste Paulista; c) analises da dinâmica recente de instalação de novos capitais no campo na região estudada, bem como os fatores que exerceram atratividade para esta instalação; d) analisamos as estratégias de ação das empresas do agronegócio no território estudado e as principais consequências para o campesinato; e) realizamos um diagnóstico da expansão da monocultura e seus mecanismos de exploração.

A pesquisa enfatizou aspectos das contradições que se manifestam no território como resultado da existência de duas iniciativas para o desenvolvimento territorial local, as políticas públicas, definidas e orientadas no âmbito do programa território da cidadania, e as iniciativas do capital, via os empreendimentos do agronegócio, realidade que evidencia um enfretamento de interesses de classes.

No intuito de fundamentar nossa análise fizemos uma discussão com vários autores buscando uma melhor compreensão do conceito de território, para tanto tratamos de uma nova abordagem na geografia, que trata da emergência do debate contextualizando o papel da geografia enquanto instrumento de poder, desta forma realizamos uma reflexão na definição conceitual de território e territorialidade de diferentes enfoques, enquanto categoria de análises. Abordamos também teorias que fundamentam conceitos de territórios, principalmente com concepção enquanto instrumental para o desenvolvimento de projetos e ações governamentais via as políticas públicas, no caso, dos territórios da cidadania.

Na mesma perspectiva, realizamos uma reflexão sobre o conceito de Desenvolvimento em seu aspecto geral, conceito que se tonou arena de profundo debate devido emergência de teorias e condições que instigaram a atenção de diversos setores sociais no meio acadêmico, mas também por promover expectativas na formulação de projetos e programas de governo com o objetivo de atender demandas sociais e políticas, principalmente enquanto estratégia das sociedades capitalistas. Contudo, esta breve revisão do conceito de desenvolvimento geral, nos possibilita a ter uma compreensão do conceito de desenvolvimento rural, (territorial local), teoria que vem sendo utilizada pelos diversos governos, e principalmente no caso

brasileiro onde o tema é apresentado como alternativa para superar a crise e reestruturar o desenvolvimento no campo.

Consequentemente esta nova abordagem desencadeou um fervoroso debate de ideias e conceitos na tentativa de construir definições que possam caracterizar o desenvolvimento rural (territorial local). Desta forma, nas últimas décadas tem sido palco de variadas interpretações, no sentido de construir posições a respeito da abordagem do desenvolvimento rural (territorial local) enquanto instrumental para as ações governamentais. Segundo alguns autores ele deve ser apropriado pelos agentes públicos com o objetivo de elaborar e implementar as políticas públicas e direcioná-las para a realização de ações estratégicas no meio rural. No entanto no decorrer da reflexão abordamos as diversas opiniões no sentido de trazer a luz do debate, opiniões que sustentam a teoria enquanto instrumental para a aplicação das políticas públicas, consequentemente promover a superação das desigualdades sociais no campo, todavia dialogamos também com as posições críticas que consideram o desenvolvimento rural (territorial local) um mecanismo de manutenção da hegemonia capitalista.

Ainda no campo teórico, nossa pesquisa buscou elementos que possibilitou uma reflexão abordando as características e as estratégias que vem sendo implementadas no rural brasileiro, mediante a materialização de duas concepções politicas, com objetivo de promover o desenvolvimento rural. As politicas voltadas para a agricultura capitalista tendo e vista o fortalecimento dos empreendimentos empresariais, o agronegócio, e as politicas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Para melhor compreensão desta nova configuração da politica para a agricultura na atualidade brasileira é necessário recorremos a um método fundamental para a sua analise na perspectiva da geografia. O paradigma do capitalismo agrário (PCA), e em contra posição o paradigma da questão agraria (PQA). Paradigmas que tem contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro.

O trabalho também consistiu em fazer uma análise dos princípios e diretrizes da política dos territórios da cidadania, compreender a nova dinâmica organizativa no âmbito das instituições do governo federal a partir da criação de um conjunto de instrumentos políticos e administrativos que possuem a função de formular e programar ações com finalidade de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico no meio rural. Segundo a politica pública, com esta finalidade, cabe a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) centralizar e desenvolver este conjunto de ações com o

objetivo de promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos direcionados ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando sujeitos e ações ao processo. Estas políticas têm como princípios, por meio do Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais (PRONART), promover e apoiar a gestão, a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais, em especial aqueles que atuam na representação dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e de populações rurais tendo como referência iniciativas que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais, a integração de políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais e regionais e à geração de riquezas com equidade social a partir de uma intervenção na estrutura produtiva que tem por objetivo dinamizar e articular a economia e as mudanças institucionais fortalecendo a integração e participação dos atores sociais. E para fins de execução destas políticas visando oportunizar o protagonismo dos atores sociais, balizada pelo fortalecimento da dinâmica econômica territorial a SDT/MDA se referencia estrategicamente em uma série de diretrizes as quais serão analisadas a partir da visão de vários autores. O programa para alcançar seus objetivos está organizado em três eixos de ações: 1 inclusão produtiva, organização e promoção de infraestrutura de caráter público; 2 o acesso a direitos sociais e à cidadania; e 3, para a efetivação dos territórios a SDT propõe um conjunto de procedimentos que implica em diversas fases, compreendendo, a organização, planejamento, coordenação e controle social.

Inicialmente realizamos uma caracterização do território-histórico e configuração atual, contextualizando a condição diferenciada da região em relação às outras regiões do estado de São Paulo, pois esta mantém em sua realidade uma população em torno de 23% residente no campo, enquanto que no Estado a média é de 4% (IBGE, 2010). Esta população residente no campo pertencente à região é composta por comunidades camponesas, quilombolas e assentamentos rurais, os mesmos desenvolvem atividades agrícola e pecuária na condição de pequenos proprietários, agricultores camponeses, posseiros, arrendatários e assentados, bem como de trabalhadores assalariados. A sua economia é baseada na exploração da agricultura, da pecuária de leite e de corte e da exploração madeireira para exportação.

O estudo também consistiu em fazer uma análise dos politicas públicas sob a gestão do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) no TC Sudoeste Paulista. Para este fim buscamos informações pertinentes ao estudo, utilizando como metodologia a pesquisa de campo, como consulta documental e entrevistas com os sujeitos

envolvidos, procedimento adotado com o objetivo de identificar os processos de planejamento no âmbito das politicas públicas e as ações executadas e seus efetivos resultados para coletividade local. Da mesma forma, trazer as avaliações dos diversos seguimentos que atuam no território, e seus respectivos entendimentos sobre os gargalos encontrados para a efetivação das politicas, bem como as perspectivas e desafios que as organizações apontam para o futuro.

A nossa pesquisa também buscou fazer uma reflexão procurando identificar os novos capitais no campo do TC Sudoeste Paulista, capitais que levaram a uma nova configuração produtiva personificada no agronegócio, também procuramos conhecer a fase da modernização capitalista da agricultura no território, cuja sua materialidade se dá a partir do movimento constante da sua auto expansão, ajustando a possibilidade e oportunidade, com o objetivo de controlar os meios de produção e o seu rendimento, visando os interesses da valorização do capital.

E na parte final tratamos de conhecer os impactos da ação do agronegócio sobre o TC Sudoeste Paulista, identificar o avanço do modelo de agricultura capitalista no território, seus impactos sociais, econômicos e ambientais, as ações modernizadoras no desenvolvimento das forças produtivas no território e a consequente espacialização do agronegócio, todavia marcado por conflitos e tensões sociais, pois o processo de territorialização do modelo de padrão único de produção capitalista não se dá em territórios vazios, sua expansão é materializada na desterritorialização da produção camponesa.

Realizamos também um diagnostico do Programa Território da Cidadania (PTC) enquanto ações dos agentes públicos, tendo em vista que o referido programa propõe a promoção do desenvolvimento sustentável através das dinâmicas territoriais, esta nova abordagem parte de uma análise crítica considerando antecedentes que colocam como desafios novos procedimentos na gestão que possibilitam uma rearticulação das políticas públicas. Com o objetivo de programar e organizar em escala territorial o agrupamento de ações, o PTC prevê demandar e orientar os diversos órgãos governamentais principalmente ministérios buscando atender metas definidas, unir ações nas escalas municipal, estadual e federal e incentivar iniciativas do setor privado, com isso garantir o acesso à infraestrutura produtiva de serviços públicos direcionados para o apoio do desenvolvimento local.

Na afirmativa do programa os desafios estão na promoção de novos arranjos produtivos e institucionais com o objetivo de estimular processos que resultem em uma nova orientação para o desenvolvimento socioeconômico, cultural, e político, a nova abordagem

consiste na construção de alianças e parcerias buscando viabilizar recurso instrumental a partir de gestão social incidindo na formação de redes sociais de cooperação e com isso promoverem condições para a materialização de práticas participativas, de forma organizada para orientar as iniciativas locais e direcionar as políticas públicas objetivando a promoção do desenvolvimento, em suas várias dimensões.

Para a realização de nossa pesquisa com o proposito de analisar a correlação de forças no campo no TC Sudoeste Paulista, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento e revisão bibliográfica e documental: foram levantados materiais de referência em livros, artigos científicos, artigos em jornais, revistas, documentos de órgãos públicos e de empresas. Os principais materiais bibliográficos foram lidos para dar suporte teórico ao desenvolvimento da pesquisa. Os principais temas foram sobre o conceito de território, políticas regionais, a política dos territórios da cidadania, economia empresarial/economia capitalista, agronegócio, campesinato e desenvolvimento. b) levantamento de dados; foram coletados junto a órgão públicos e empresas de forma que possibilitaram a análise da dinâmica social e econômica do território estudado. Foram consultadas fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto de Economia Agrícola (IEA), o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o MDA, a SDT, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA). c) realizamos trabalhos de campo: os trabalhos de campo foram de caráter exploratório e foram realizados com a finalidade de fazer entrevistas com os vários sujeitos, como os camponeses, trabalhadores, empresários, sindicatos (dos trabalhadores e patronais), entidades de assistência técnica e gestores públicos. Além da busca de dados e estudos em sítios de internet, participação em eventos como conferências, seminários e debates que tratam do tema.

2 SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL (TERRITORIAL LOCAL)

A organização predominante da sociedade capitalista ao longo de sua história fez uso do conhecimento geográfico direcionado para seus interesses, principalmente com o objetivo de consolidar enquanto modo de produção. Os conhecimentos da geografia foram

determinantes no período de expansão do modo de produção capitalista, como instrumento político idealizado e concebido intencionalmente e direcionado para a organização da economia mercantil. Com o domínio da geografia foi possível pensar e elaborar planos para a estratégia de ocupação e dominação de populações transformando em colônias possibilitando a exploração sob o domínio do centro do capital. Não sendo diferente no período da formação dos Estados Nações, iniciativa determinada pela necessidade do sistema em demarcar e delimitar os limites das fronteiras e sistematicamente estabelecer uma relação de poder e de dominação decorrente da ocupação dos espaços e a administração das riquezas, da imposição no domínio da cultura e costumes locais, "dominação de homens por outros homens no processo de conquista e de permanência no comando de um principado ou área/território". (SAQUET, 2013, p. 29). Os tratados internacionais pressupõem manifestações de poder decorrente da necessidade da exploração e dominação sob um regime político hegemonizado pela emergência do sistema econômico capitalista da época.

No contexto de utilização da geografia como um instrumental de legitimação do poder direcionado para a internacionalização do capitalismo, referindo-se aos séculos XIX e XX, a comunidade científica reproduziu uma concepção de geografia política unidimensional, todo poder ao Estado, ou seja, uma Geografia do Estado. Esta mesma teoria fundamentou a concepção de território enquanto categoria de análises, introduzido na geografia por Friedrich Ratzel, um dos principais cientistas da escola alemã. "No século 19, de maneira especial na Alemanha (Alexander von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel), conjugam-se as condições (i)materiais para o fortalecimento da geografia moderna, articulada aos interesses do Estado e às aspirações da classe burguesa". (SAQUET, 2013, p. 29).

Ratzel, preocupado com a consolidação e a expansão do estado alemão, efetuava uma abordagem geopolítica entendendo o território como área e recursos naturais (solo, água e clima). Neste sentido, examina quatro formas de influência da natureza sobre o homem: a) como indivíduo, com corpo e espírito; b) acelerando ou dificultando a expansão de grupos étnicos; c) impondo condições geográficas que favorecem a miscigenação ou o isolamento e, d) influenciando na constituição social de cada povo, como recurso natural. (SAQUET, 2013, p. 30).

Influenciado pelo positivismo naturalista, "a Geografia de Ratzel forja uma consciência nacional e estabelece a necessidade de um "espaço vital", espaço necessário para o desenvolvimento e o progresso de uma nação, compreendendo que as formas de sobrevivência são limitadas e, portanto, há uma busca por anexação de novos territórios"

(FERNANDES, 2009, p. 61). Ratzel constrói a ideia do poder unidimensional, o Estado como o possuidor da totalidade do poder instrumentalizado na legalidade e moral do Estado, desta forma a territorialidade naturalmente elimina toda a possibilidade de tensões ou conflitos, contudo, Ratzel argumenta sobre a importância da natureza como elemento essencial que complementa o território, justificando a dependência e necessidade do humano no controle dos meios naturais como condição de sua existência, desta forma, a relação estreita entre homem natureza configura a materialidade do território. Conforme Saquet (2013, p.30) "há uma preocupação em demostrar a importância da natureza exterior ao homem, condicionando a expansão no espaço, a miscigenação e a própria organização social, o que implica na constituição do Estado como a principal forma de poder e controle". Desse modo, a natureza e o Estado assumem centralidade em sua argumentação e compreensão do conceito de território.

Para Raffestin (1993, p.144) a organização do território é uma produção humana a partir de relações sociais de poder, compreendido como "produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder", uma produção a partir do espaço preexistente, portanto o espaço é anterior a qualquer ação humana, "o território se apoia no espaço. É uma produção a partir do espaço". (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesta perspectiva, o território é compreendido como uma parte da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, e com a finalidade do uso coletivo, o território necessariamente deve dispor de recursos naturais suficientes para a sua reprodução econômica, social e cultural, portanto justifica a apropriação e dominação: "sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter, sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado" (SAQUET, 2013, p. 30).

Portanto, o conceito ratzeliano de território demarca um período de plena expansão dos ideais capitalistas materializados na introdução e difusão da mercantilização enquanto elemento estruturante nas relações sociais de produção, da mesma forma, fundamentou a conformação dos Estados Nações, constituindo assim o território como espaço definido por limites, possuindo sistemas de leis e meios de sociabilidade compatível com a necessidade de uma governança, "o território, para os geógrafos, é uma parcela do espaço definida por limites (linhas), que possui um sistema de leis e uma unidade de governo, a partir do qual as respectivas localizações e características internas são descritas e explicadas", (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p. 101), o que justifica e define a repartição e apropriação dos recursos

naturais e o domínio de populações sob a ótica da hegemonia do capitalismo.

A concepção de território a partir do pensamento ratzeliano na qual deposita no Estado o centro do poder evidenciado de uma forma unidimensional pressupondo a constituição de uma organização social negando a existência de possíveis conflitualidades, o território como espaço de relações sociais harmoniosas entre homens e natureza sob o domínio do Estado. No entanto em outras perspectivas de análises, o ideal de Ratzel, passa ser questionado a partir, dos anos 1970, especificamente, uma nova abordagem na geografia, sobretudo com a emergência do debate devido às mudanças que ocorreram na sociedade, desta feita o pensamento geográfico busca fazer uma reflexão na definição conceitual de território e territorialidade de diferentes enfoques, enquanto categoria de análises.

Esta nova abordagem é fundamentada na crítica do geógrafo francês Claude Raffestin, sua elaboração parte de uma explicação da realidade material, em sua perspectiva o objeto de estudo da geografia possui e é formado pelas relações sociais materializadas entre sujeitos e objetos, "ou seja, as relações que se concretizam no território e significam territorialidade", (SAQUET, 2013, p. 75). A conformação do território implica no entrelaçamento de ações material e imaterial desenvolvida em diferentes escalas materializadas no espaço e no tempo, portanto para Raffestin, na geopolítica o território está para além do poder unidimensional fixado somente no privilégio do Estado, sua realização é possuidora de manifestações que caracterizam a multidimensionalidade, a constituição dos territórios se realiza nas diversas situações e possibilidades produzidas pelas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, existentes nos diversos graus e diferentes momentos, "o território, desta maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas". Isso, de acordo com Raffestin, "assenta-se na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, e de poder, nas práticas espaciais e constituem o território, como materialidade". (RAFFESTIN apud SAQUET, 2013, p. 76).

Esta nova dinâmica de abordagem evidenciada por Raffestin sustenta a construção do território mediante a existência de iniciativas e realizações material e imaterial, produzidas, cotidianamente por meios de ações econômicas, sociais e políticas, e as mesmas são produzidas por diversos autores, contudo o sistema é definido por uma organização social estrutural resultado das relações sociais de produção, "em suma pelos modos de produção" (RAFFESTIN, 1993, p. 144, apud SAQUET, 2013). De maneira que a territorialidade compreende as inter-relações superiores e inferiores vivenciadas no cotidiano, no plano

material e imaterial, constituindo uma dinâmica relacional entre as várias dimensões da vida vivida no real material, mas também no campo ideológico, no entanto esta conformação estrutural social expressa manifestações de poder fundamentadas em relações de interesses econômicos e políticos, portanto é perfeitamente compreensível o caráter relacional de sua argumentação: "relação de poder, redes de circulação e comunicação, dominação de recursos naturais, entre outros comportamentos que indicam relações sociais entre sujeitos e entre esses com seu lugar de vida, tanto econômico como político e culturalmente", (SAQUET, 2013, p. 77).

Desta maneira, território e territorialidade expressam um movimento histórico materializado nas forças sociais, produto de uma coletividade, desta forma pode haver contradições, desigualdades, disputas e sobreposições, na medida em que se manifestam os diversos autores e os diferentes interesses econômicos e políticos, nestas manifestações se desenvolvem a efetivação do poder da apropriação e da dominação. Nesta reflexão Girardi (2008) também dialoga com Raffestin, em sua concepção Girardi, entende o espaço geográfico e o território como algo indissociável, pois o território é formado a partir do espaço, nesta perspectiva sua análise vai para além da visão raffestiniana, para ele o autor concebe o espaço como algo dado, ponto de partida, "o que é diferente de nossa concepção de espaço geográfico, a sua abordagem considera o espaço como receptáculo, espaço preexistente a qualquer ação", (GIRARDI, 2008, p. 36). Em sua fundamentação constitui o espaço geográfico enquanto, "o território, resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito territorial, que é movido pela intencionalidade". (GIRARDI, 2008, p. 41).

Souza, também faz uma discussão abordando o conceito de território, em sua reflexão faz um debate com Raffestin, segundo Souza,(2000, p.96), a uma concordância com Raffestin, quando se trata que o espaço é anterior ao território, no entanto em sua visão o mesmo ocorre em equivoco ao coisificar, retificar o território, praticamente reduzindo o espaço ao espaço natural, para Souza, sempre que houver a interação do homem no espaço há um processo de transformação do espaço natural em espaço social, por meio do trabalho, desta forma naturalmente se produz o território, "é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipotente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social". (SOUZA, 2000, p. 96). Na abordagem de Souza (2000), o território é constituído mediante uma amplitude de situações, podendo existir e ser construídos e

desconstruídos nas mais diversas escalas nas diferentes temporalidades e podem ter um caráter permanente ou uma existência temporária cíclica. “no entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado”. (SOUZA, 2000, p. 81).

O fundamental para a nossa reflexão é a compreensão do território enquanto instrumento de poder a partir do objetivo de determinado grupo social, a ação no território configura dominação segundo interesses do sujeito que o produz, desta forma, “assumimos que, dependendo dos objetivos do sujeito que produz o território, a ação de poder pode configurar apropriação, dominação ou influência”. (GIRARDI, 2008, p. 36). Apropriando-se destes conhecimentos, é possível compreender os vieses do conceito de território enquanto instrumento para o desenvolvimento de projetos e ações governamentais, caso, dos territórios da cidadania. Segundo Fernandes, (2008, p.278) o território, nestes casos são espaços de “governança” concebidos sustentados em uma visão essencialmente integradora possibilitando ações entre os diversos atores sociais e econômicos no espaço geográfico desconsiderando qualquer natureza de conflitos. A definição de territórios por “órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “territórios” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial”. (FERNANDES, 2008, p. 278).

Contudo, é fundamental tratar o conceito de território numa perspectiva ampla no seu sentido, físico e social de acordo com Fernandes (2013):

> O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um Estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, econômicas, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e de suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do dialogo e do conflito. (FERNADES, 2013, p.220).

Portanto, diante das mais variadas concepções de território são necessários instrumentalizar-se de uma análise crítica, para uma melhor compreensão enquanto método de análises na geografia.

A nosso ver a concepção de território constituído enquanto instrumental para realização de ações governamentais via as políticas públicas desconhece a realidade e não

considera as dinâmicas socioeconômica e sociocultural multifuncional, que fazem parte de sua existência. As ações são pré-estabelecidas em conformidade com as políticas disponíveis, assim constitui planejamento de forma impositiva, alheias ao conhecimento da população. O seu esquema de organização condiciona a comunidade, exigindo participação na forma de cooperação desconsiderando as diferenças de interesses. E para alcançar os objetivos depende condicionalmente de uma harmonia com objetivo de eliminar as contradições de classe, portanto é limitado enquanto política estruturante. Em nossa compreensão o território deve expressar a conflitualidade, e as contradições existentes mediante os interesses antagônicos no seio da sociedade capitalista, devem constituir-se enquanto método de análises para uma melhor compreensão das lutas de classes.

O tema desenvolvimento rural historicamente aparece como instrumental apropriado pelos governos para salvaguardar as populações no meio rural brasileiro, intencionalmente organizado para racionalizar as relações sociais de produção no campo, consequentemente promover as saídas socioeconômicas e garantir a convivência pacífica na sociedade. Tratando-se de iniciativas políticas proporcionalizadas, devido às características do Brasil, possuidor de um imenso território dispondo de grandes extensões de terras apropriadas para a atividade da agricultura e da pecuária e com vastas riquezas no subsolo, no entanto contraditoriamente mantém-se historicamente um profundo grau de desigualdade social o qual resulta na existência de grandes contingentes populacionais em condições de pobreza principalmente no campo. Conforme Gómez (2006):

> O meio rural brasileiro é um duplo candidato ao desenvolvimento: por ser brasileiro e por ser meio rural. De um lado, por ser Brasil um país considerado subdesenvolvido, os diferentes espaços que o integram (entre eles, o meio rural), seus setores produtivos, sua organização social e ate sua cultura, precisariam de uma reestruturação que os equiparia aos dos países desenvolvidos, sempre sendo o discurso amplamente difundido pelas instituições que promovem o desenvolvimento. (GÓMEZ, 2006, p.29).

Desigualdade esta que marcou processos de disputas de classes na relação capital e trabalho, entre proprietários dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho. Processos que também levaram a estudos e debates acadêmicos em torno de projetos de desenvolvimento, a partir de diferentes concepções e de interesses. No entanto, foram e continuam sendo motivação para os governantes lançarem mão de planos arquitetados com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento econômico e social para atender as demandas principalmente das camadas das populações mais carentes. Todavia estas políticas sempre

estiveram submissas às orientações de instituições comprometidas com a manutenção dos privilégios do regime capitalista, correspondendo com naturalidade às demandas do regime atual com discurso e práticas do passado e estão atrelados a entendimentos sobre o "desenvolvimento que reproduzem, com pequenas variações, os modelos aceitos e imposto pelos órgãos de controle internacional (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas)". (GÓMEZ, 2006, p. 34). As perspectivas de desenvolvimento anunciadas resumem em ajustes socioeconômicos nos marcos da estrutura produtiva capitalista, contudo a sua lógica esta fundamenta no objetivo de conservar a ordem estabelecida. Como afirma Gómez (2006, p.29). "Sobre esse desenvolvimento e sua função de fiel sustentador da ordem capitalista".

Os discursos para o desenvolvimento, em suas diversas fases foram formulados a partir de críticas aos transtornos sociais provocados pelo sistema capitalista vigente, como exemplo, a superexploração dos trabalhadores para efetivação da mais valia, a carência de direitos básicos a cidadania, bem como os danos ambientais, paradoxalmente o próprio sistema propõem ações segundo intenções objetivas de trazer soluções e promover correções para superar as mazelas causadas pela dinâmica do sistema, com isso superar limites impostos pelo próprio regime capitalista, para Gómez (2006, p.29) "Ambiguidade que se encaixa perfeitamente na estratégia perpétua de legitimação com que o sistema capitalista utiliza os Direitos Humanos de todo tipo e que lhe permitem intervenções contraditórias com total impunidade". De maneira idealizada, vislumbra um crescimento econômico de forma mais equilibrada, focado na justiça social, transferindo o crescimento econômico para os direitos humanos, consequentemente promover o desenvolvimento salvaguardando os direitos universais das populações, conforme chama atenção Gómez (2006, p.27): "O desenvolvimento, nessa perspectiva ardilosa do capitalismo, vira um direito ancorado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, 'um direito humano inalienável' (Organização das Nações Unidas, 1986)". Conforme definição do PNUD (2015):

> Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não o como o seu fim. É uma mudança de perspectiva: como o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. (PNUD, 2015, sem paginação).

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2015).

Desta forma, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o desenvolvimento humano integra aspectos relativos ao desenvolvimento social e desenvolvimento econômico, inclusive o desenvolvimento local, rural e o desenvolvimento sustentável.

Nas últimas décadas o conceito de desenvolvimento tonou-se arena de profundos debates, adquirindo condições para construção de ideias que instigaram a atenção de diversos setores sociais, academia, movimentos sociais e órgãos de governo, também criando expectativas para a formulação de projetos e programas de governos com objetivos de atender as demandas sociais e políticas. Conforme Navarro (2001, p.83) "o tema do desenvolvimento adentrou o campo da política e, passou a permear e a determinar as expectativas e o jogo das disputas sociais". No entanto há diversas compreensões conceituais do tema desenvolvimento, como veremos no caso de autores brasileiros. Para Veiga (2001), o desenvolvimento está no fortalecimento da liberdade e dos direitos básicos individuais:

> [...] essa ênfase nas liberdades e direitos básicos apoia-se em três pilares: sua importância intrínseca; seu papel consequencial de fornecer incentivos políticos para a segurança econômica; e seu papel construtivo na gênese de valores e prioridades. Segundo o autor as liberdades individuais são contribuições das variadas instituições públicas e privadas. "Uma variedade de instituições-ligadas à operação de mercado, a administrações, legislativas, partidos políticos, organizações não-governamentais, poder judiciário, mídia e comunidade em geral-contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efetivos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais". (VEIGA, 2001, p. 63).

Já para Tartaruga e Schneider (2004), o desenvolvimento é um processo de mudanças social caracterizado pela melhoria da qualidade de vida e de justiça social, a emancipação social e material das pessoas, no entanto para o autor a autonomia e fruto de processos histórico e coletivo a única forma para efetivar da emancipação.

> [...] desenvolvimento é um processo de mudanças social que favorece a melhoria da qualidade de vida e da justiça social, portanto, de emancipação ao mesmo tempo, social e material das pessoas. Neste processo, a autonomia que se dá coletivamente, única forma possível é essencial para a efetivação

> desta emancipação; emancipação considera, também, como processo histórico e, necessariamente, constituída coletivamente. Dai nomear este processo de desenvolvimento social, e não somente desenvolvimento, frequentemente tomado como sinônimo de desenvolvimento econômico, este é mais restrito (ao econômico) e, intensamente, traduzido como modernização capitalista. (TARTARUGA; SCHNEIDER, 2004, p. 9).

No entanto nas considerações de Gómez (2006), o desenvolvimento proposto pelas instituições e assumido pelo senso comum, trata-se de:

> [...] saberes, práticas e poderes caracterizados por: a) serem instrumento eficaz de controle social que ganham o status de verdade incontestável, através de uma propaganda insistente e efetiva; b) fortalecem os princípios econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade capitalista, consolidando-a como única opção possível de articulação social; c) serem funcionais à reprodução e acumulação desigual do capital e, em nenhum caso, por melhorar a situação econômica ou bem-estar social da maioria da população. (GÓMEZ, 2006, p. 36).

Todavia o desenvolvimento se constitui como uma ferramenta institucionalizada e apropriada pelo sistema capitalista para garantir a reprodução do capital. Gómez (2006, p.27) "o desenvolvimento como uma estratégia completa e complexa de legitimação do capitalismo". Portanto trata-se de uma concepção de desenvolvimento pautado no comprometimento da viabilidade e na consolidação da reprodução do capital, mas com argumentação afinada capaz de manter o controle social segundo Gómez (2006, p.36) "o desenvolvimento, além de uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social". Portanto, segundo os princípios no qual foi estruturado o desenvolvimento, os seus objetivos respondem duas demandas fundamentais para o sistema capitalista, de acordo com Gómez, continua tendo um papel importante sua dimensão de instrumento de aquecimento econômico, para permitir a aceleração da reprodução do capital. Para tanto, para garantir esta evolução no processo de produção capitalista o desenvolvimento assume também o papel de controle social impondo, normas, funções e limites com a finalidade de manter a ordem e o equilíbrio na sociedade, como afirma Gómez, (2006, p.38) "compreende o controle social como a tarefa de ordenar a sociedade, impondo-lhe as normas, as funções e os limites apropriados para consolidar o sistema socioeconômico político vigente".

Contudo, considerando os diferentes argumentos na formulação do conceito de desenvolvimento, sejam dos defensores, que idealizam como um instrumento mediador para

qual se propõe estruturação funcional com o intuito de reparar o desequilíbrio social, mas mantendo o *status quo*, sejam os de visões de cunho crítico numa perspectiva de desconstrução, com uma análise aleatória a realidade existente, conceitos que devem ser superados, devidos à inexistência de uma análise considerando as contradições de classe. Portanto é fundamental a compreensão no sentido de apropriar-se enquanto realidade material sendo preciso ir além de mera confrontação entre as diferentes definições, o desenvolvimento se materializa no movimento real das sociedades, nesta perspectiva é preciso enfrentar. Neste sentido o conceito de desenvolvimento enquanto instrumental social pode equivaler fórmulas de integração social, no entanto, sem o objetivo de transformá-las, a ordem social, todavia o desenvolvimento pode significar um contexto de conflitualidade social, levando a um grau de organização social capaz de propor e conduzir transformações na sociedade. De acordo com Florestan Fernandes (1972):

> O conceito de desenvolvimento pode ser definido de varias maneiras...em regra, as duas principais definições são propostas ao nível da análise estrutural-funcional e ao nível da análise histórico-sociológico. No primeiro sentido, desenvolvimento equivale a diferenciação das formas da integração da ordem social e pode ser representado, conceptualmente, como multiplicação das formas de integração numa determinada sociedade. No segundo sentido, desenvolvimento significa o modo pelo qual ao homens transformam socialmente a organização da sociedade e pode ser representado, conceptualmente, como a forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classe. (FERNANDES, 1972, p.150).

Esta breve revisão dos aspectos gerais do conceito de desenvolvimento possibilita que tenhamos uma compreensão do conceito de desenvolvimento rural, teoria que vem sendo utilizada pelos diversos governos, contudo com expressividade em duas fases sequenciais nas décadas de 1960/70, ocasião da implementação da Revolução Verde, e retomada no período recente quando incorporada as mudanças econômicas ajustadas e as políticas neoliberais globalizantes. Contudo, o termo conceitual da política do desenvolvimento territorial rural toma força nas últimas décadas 2000/2010, contrapondo a teoria do desenvolvimento setorial. Esta nova política tem sua origem no final do século XX, na Europa devido à necessidade de novos arranjos exigidos diante do desgaste da política agrícola de víeis exclusivamente setorial.

Nos países do capitalismo avançados a nova abordagem para o desenvolvimento territorial rural surge com a necessidade de incorporar na agenda social politica, um novo planejamento com o objetivo de resolver a discrepância existente entre as regiões, desigualdades ocasionadas pela política agrícola nos marcos da economia neoliberal globalizada. A nova ordem capitalista afeta setores da economia principalmente nas regiões com dificuldades de acesso ao mercado, essencialmente a agricultura camponesa, esta crise provoca a necessidade de novas formulações e reformas tendo em vista o futuro do mundo rural. Entre as experiências adotadas destaca a criação do programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais (LEADER). Conforme Favareto (2007, p.18) "Um marco relevante foi a criação do programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais (LEADER), em 1991, ainda hoje a principal referencia de programa territorial de desenvolvimento rural".

O programa LEADER, surge em 1991, fruto de iniciativa comunitária da União Europeia, "nos marcos de um amplo processo de discussão sobre formas de planejamento de politicas no continente, em crescente preocupação com as discrepâncias entre regiões". (FAVERETO, 2010, p. 23).

De acordo com definição do programa, a sua estratégia esta fundamentada no conceito da competividade territorial, envolvendo a estruturação dos recursos dos territórios de forma coerente, e com o envolvimento de diversos atores e instituições, com a integração entre setores empresariais em uma dinâmica de inovações, centrado na cooperação com outras politicas nos vários níveis governamentais. "De acordo com os termos do programa a competitividade territorial é alcançada por meio da elaboração de projetos de desenvolvimento que comportem uma visão de futuro" (FAVARETO, 2007, p. 23).

Nesta mesma perspectiva o conceito foi importado da Europa para o Brasil, e colocado como alternativa nos sucessivos momentos de formulação de politicas para o campo. No caso brasileiro o conceito de desenvolvimento rural já adotado no período da industrialização da agricultura, anos de 1960/70, todavia os resultados beneficiaram apenas setores do capital e privilegiando algumas regiões do país em detrimento de outras, as consequências desta politica foi à degradação da agricultura camponesa de base familiar aumentando o quadro de desigualdade social no meio rural.

Nesta primeira fase com a "revolução verde" tratou-se de um processo de reorganização produtiva no campo denominado de "modernização", no entanto o objetivo seria desenvolver a integração da agricultura à indústria e consequentemente programar a

mercantilização no campo, inclusive dos pequenos produtores. Como afirma Gómez (2006, p.35) “Já na década de 1960 e 1970, a representação do rural muda, quando começam a serem implementadas políticas de desenvolvimento rural integrado, que tomam como público-alvo o pequeno produtor e tentam incorporá-lo ao mercado, como produtor e como consumidor”. Na prática o que se viu foi a consolidação de um modelo direcionado para o desenvolvimento de uma agricultura mercantilizada, naquele momento, segundo Gómez (2006, p.33) “o meio rural precisa adotar uma política de desenvolvimento que o insira mais profundamente na dinâmica mercantil”. Vinculando a produção agrícola à indústria, introduzindo o uso de produtos e insumos industrializados e consequentemente promovendo mudanças nos hábitos e costumes da população, no entanto não suficientes para alavancar um desenvolvimento com equilíbrio social. Com isso as políticas voltadas para o campo com o viés exclusivamente setorial perde a confiabilidade, consequentemente abriu terreno para novas formulações, as de corte mais holístico e de base territorial ganham espaços nas formulações neste novo contexto, segundo Araújo (2010):

> As politicas de desenvolvimento territorial também encontraram espaço de afirmação, no Brasil, no bojo do novo momento vivido pelo país, a partir do processo de redemocratização e da tendência a ele associada de descentralização das politicas públicas, que teve como marco inicial a constituição de 1988. A revalorização de esfera municipal e o estimulo gradual à participação da sociedade civil, em particular de agentes locais, reforçaram o avanço das politicas públicas territoriais. (ARAÚJO, 2010, p. 4).

A segunda fase do desenvolvimento para o meio rural compreende a recolocação do tema agora ressignificado com conceito de desenvolvimento rural (territorial e local), este novo momento tem a sua retomada a partir dos anos de 1990 com o conjunto de mudanças arregimentado pela hegemonia da política neoliberal globalizada, “que propõe a autonomia dentro dos marcos do pensamento neoliberal e da obediência às regras capitalistas do mercado”. (FERNANDES, 2013, p. 219). O tema do desenvolvimento e desenvolvimento rural emergiu como uma necessidade global, com o objetivo de acompanhar as mudanças rápidas neste novo tempo do capitalismo. Para Navarro (2001, p.85) “Neste quadro de mudanças rápidas, profundas e inéditas, o tema desenvolvimento – e desenvolvimento rural – gradualmente reapareceu no teatro dos debates e das disputas sociais, agora em escala global”.

Esta nova abordagem do desenvolvimento rural (territorial local) tem sido a principal

estratégia dos últimos governos para promover o desenvolvimento no meio rural. “Nos últimos anos, algumas estratégias governamentais brasileiras emergentes já incluem formas de controle social e de participação de agentes sociais na definição de atividades produtivas, com metodologias participativas de gestão social, tendo como enfoque principal o local do produtor/empreendedor”. (MDA/SDT, 2005, p. 6). Incrementado a uma nova perspectiva de superação das desigualdades socioeconômicas, desigualdades estas que se agravaram no meio rural principalmente depois do fracasso e contradições da Revolução Verde. A teoria da modernização não foi suficiente para alavancar o desenvolvimento capitalista no campo, a sua incapacidade para enfrentar a estrutura do poder político e econômico principalmente pela cultura arraigada no latifúndio, limitou os benefícios do desenvolvimento somente a uma pequena parcela da burguesia, com isso levou a um processo de estagnação da dinâmica produtiva provocando uma crise que afetou o sistema como um todo.

Portanto, diante do insucesso da política quantitativista do desenvolvimento as instituições promotoras da ordem capitalista foram demandadas a reelaborar nova propostas com o objetivo de resgatar a credibilidade do desenvolvimento, conforme a afirmação de Gómez (2006).

> Os fracassos e contradições da Revolução Verde, em todo o mundo, e de toda a visão explicitamente quantitativista do desenvolvimento, materializada na economia do desenvolvimento e na teoria da modernização, demandam das instituições internacionais de controle novas respostas, novas esperanças, enfim, algo que revigore a crença no desenvolvimento. No caso do meio rural, a alternativa vai ser o desenvolvimento rural integrado, da mesma maneira que, no âmbito do desenvolvimento em geral. (GÓMEZ, 2006, p. 188).

Neste contexto o tema do desenvolvimento rural (territorial e local) emerge como alternativa para superar a crise e reestruturar o desenvolvimento no campo, de acordo com Gómez (2006):

> Depois da modernização do campo nos moldes industriais, com a Revolução Verde, e da aparente preocupação com os pequenos agricultores, do desenvolvimento rural integrado, chega a vez dos enfoques que colocam a importância das variáveis espaciais: o desenvolvimento rural de base local e o desenvolvimento territorial rural (GÓMEZ, 2006, p.195).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, “por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, incorporou e assume este novo padrão proposto de

desenvolvimento com base local, buscando soluções de sustentabilidade vista sob essa nova ótica". (MDA/SDT, 2005, p. 6). Consequentemente esta nova abordagem desencadeou um fervoroso debate de ideias e conceitos em torno da questão, do desenvolvimento rural (territorial e local).

A definição conceitual de desenvolvimento rural com o recorte (territorial e local) nas últimas décadas tem sido palco das mais variadas interpretações, posições que abordam o desenvolvimento rural (territorial e local), enquanto instrumental, que deve ser apropriado pelos agentes públicos com o objetivo de elaborar as políticas públicas, consequentemente construir meios para a realização de ações estratégicas no meio rural. No entanto há posições críticas a tais procedimentos, devido à natureza do desenvolvimento que se apresenta como um mecanismo de manutenção do capitalismo.

Para Navarro (2001), o desenvolvimento rural:

> [...] pode ser analisado a posteriori, neste caso referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma 'ação pratica' para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro (assim, existiriam diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais). (NAVARRO, 2001, p. 89).

Na definição de Kageyama (2004) o desenvolvimento rural constitui um horizonte mais amplo, 'multisetorial' devendo combinar um conjunto e atividades que possibilitem o aumento de renda e assegure um nível de vida socialmente aceitável, o recorte territorial, local, permite a integração dos diversos setores produtivos, este e o sentindo do desenvolvimento rural. Segundo a autora:

> [...] o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que gerem renda (pluriatividade). O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento 'multisetorial'. (KAGEYAMA, 2004, p. 388).

Todavia, nesta perspectiva, a definição de desenvolvimento territorial rural assumida pelo governo brasileiro, materializado por meio das instituições públicas, assume

essencialmente o caráter produtivista e de pensamento unilateral, disposto a atender as instituições comprometidas com a lógica capitalista vigente, na opinião de Fernandes (2013, p.220) "prevalece o conceito produzido pelas instituições que promovem o controle político do tema em questão". No entanto, no discurso é colocada como estratégia para combater as desigualdades sociais e econômicas no campo, contudo o desenvolvimento proposto pressupõe uma organização social institucionalizada entre os atores participantes, devendo superar qualquer tipo de conflito, conforme destaca Araújo (2010, p.207) "A valorização da cooperação dos agentes locais e destes com entidades públicas federais e estaduais precisa ser estimulada, mantendo a capacidade de insubmissão desses agentes quanto os recursos a ele necessários para que se avance socialmente". No entanto, para Fernandes (2013):

> Essa produção conceitual parte de visão de mundo e de seus interesses em implantar determinados modelos de desenvolvimento. Esses conceitos tornam-se amplamente usados por governos, cientistas e movimentos sociais, mas sua aplicação pouco contribui para a compreensão do território em questão, de modo que o desenvolvimento reproduz mais intensamente a pobreza que se propõe diminuir. (FERNANDES, 2013, p. 220).

A abordagem territorial na perspectiva do MDA é pensar o desenvolvimento rural sustentável tendo como ponto de partida o enfoque territorial, o que pretende é universalizar as metas contidas nas diretrizes e no âmbito das políticas públicas e desta forma garantir que a meta do desenvolvimento seja alcançada em todo o território nacional. "Este objetivo se alcançaria promovendo a equidade, as oportunidades, a competitividade produtiva, o manejo sustentável do ambiente e dos recursos naturais, a estabilidade política e a governabilidade democrática". (MDA/SDT, 2003). Neste sentido Araújo (2010), ressalta que:

> A experiência brasileira traz neste sentido, um aporte interessante ao debate do movimento de valorização das diversidades locais e da força de agentes locais para atuarem como protagonistas da construção do futuro das regiões, mas num processo que não perde vista a escala nacional e, portanto, a importância do Estado Nacional (ARAÚJO, 2010, p.198).

O enfoque dá ênfase ao incremento sustentável de qualidade de vida. "Dentro deste enfoque, o conceito de incremento sustentável de qualidade de vida tem como referências a garantia de serviços básicos, a superação da pobreza e a garantia de segurança alimentar". (MDA/SDT, 2003). A construção do desenvolvimento rural (territorial e local) parte do princípio consensual da integração dos processos produtivos e tendo mercado como essência,

ocultando as diferenças de ideias e de posicionamento, consequentemente não reconhece a capacidade dos sujeitos coletivos, dificultando a sua intervenção nas tomadas de decisões, desta forma o modelo proposto inibi qualquer forma de questionamento ou oposição. Conforme Fernandes (2013):

> O conceito de desenvolvimento territorial que não contém a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, ele é na verdade um conceito *fashion*. (FERNANDES, 2013, p. 220).

O desenvolvimento territorial na abordagem do local pressupõe uma sustentabilidade a partir da valorização dos recursos locais, a partir de uma nova dinâmica econômica caracterizada pela inovação, diversificação de iniciativas, que possa contribuir com competitividade sistêmica territorial através da consolidação de um projeto regional, conforme Araújo (2010):

> [...] a experiência brasileira recente de desenvolvimento territorial rural aponta lições importantes para a busca de sua consolidação, visto que é relevante o dado de que o desenvolvimento territorial pressupõe aposta na capacidade de agentes locais de construir um projeto de desenvolvimento regional e atuar de forma organizada para que politicas públicas e empresárias convirjam para os objetivos deste projeto. Além do que, o papel do Estado é apoiar iniciativas também convergentes com tal projeto. O que e viu no caso a politica e desenvolvimento dos Territórios Rurais no Brasil recente vai nessa direção. (ARAÚJO, 2010, p. 199).

A concepção do desenvolvimento territorial rural (local), conforme a estratégia da SDT consiste em "promover o desenvolvimento sustentável a partir do fortalecimento de uma economia territorial fundada na valorização dos recursos locais, de maneira a garantir aumento de renda e da oferta de empregos". (MDA/SDT, 2004). No entanto neste debate conceitual defendido por órgãos governamentais e alguns estudiosos do tema há contradições.

Na compreensão de Gómez (2006),

> O desenvolvimento local continua entendido: a) o mercado capitalista (regulado pelo Estado ou não) como ente diretivo dos processos sociais; b) o território local, a população e as instituições como capital que deve ser continuamente melhorado, para enfrentar a concorrência entre locais, cada

> vez mais acirrada; c) a participação como via de inclusão social no capitalismo e não como questionamento profundo das desigualdades, desequilíbrios e injustiças que gera. (GÓMEZ, 2006, p. 202).

Todavia, o momento atual exige reflexões mais profundas e de caráter crítico sobre o tema desenvolvimento territorial rural, devido a grandes preocupações por parte das instituições, governos, as entidades (ONG), membros da academia, movimentos sociais, em propor modelos de desenvolvimento capazes de amenizar as mazelas socioeconômicas e ambientais, relacionado ao avançado estágio da agricultura capitalista e suas consequências de natureza corruptiva e totalitária. Segundo Fernandes (2013, p.218) "a ideia de desenvolvimento territorial rural é recente". No entanto há um conjunto de teorias com diferentes enfoques, contudo as diferentes compreensões buscam o controle territorial. De acordo com Fernandes (2013, p.218): Há duas construções conceituais da questão. "A primeira refere-se à preocupação das instituições a respeito do desenvolvimento territorial; a segunda, à abordagem *fashion* com que a questão territorial vem sendo tratada". Há um esforço teórico metodológico na definição de desenvolvimento territorial fundamentado em um pensamento consensual, ou seja, a promoção do desenvolvimento sem levar em consideração as contradições produzidas pela conflitualidade, conforme Fernandes (2013),

> [...] pensamento consensual estamos nos referindo ao pensamento que lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidades. É um pensamento de cunho neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meio de organizações não governamentais. Constroem cenários e procuram convencer os movimentos populares e as comunidades rurais de que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. (FERNANDES, 2013, p. 219).

Sua função constitui a formulação e projeção socioeconômica de determinados seguimentos sociais com o objetivo de alavancar processos de desenvolvimento ditos sustentáveis, contudo ideologicamente busca superar possíveis conflitos de interesses de classes. "O pensamento consensual procura convencer que o desenvolvimento territorial tem o mercado como essência" (Fernandes, 2013, p. 219).

Neste mesmo pressuposto evidencia a produção conceitual apropriado pelas instituições as quais propõem o desenvolvimento como instrumento de controle político objetivando implementar projetos de desenvolvimento a partir de uma visão de mundo segundo os seus interesses. Segundo Fernandes (2013, p.220) "esses conceitos tornam-se

amplamente usados por governos, cientistas e movimentos sociais".

3 ANÁLISES DAS AÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS VOLTADOS AO CAMPO

Neste capítulo o nosso propósito é fazer uma análise das ações dos agentes públicos voltados ao campo. Com esta finalidade a nossa pesquisa buscou elementos que possibilitaram uma reflexão abordando as características e as estratégias que vem sendo implementadas no campo brasileiro, mediante a materialização de duas concepções políticas com o objetivo de promover o desenvolvimento no meio rural. As políticas voltadas para a agricultura capitalista tendo em vista o fortalecimento dos empreendimentos empresariais, o agronegócio, e as políticas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Trata-se de um novo paradigma na organização produtiva no meio rural brasileiro, através de processos de mudanças que ocorreram nas últimas três décadas, esta nova abordagem ganhou importância no contexto da experiência de democratização político no país nas décadas de 1980/90, contudo três fatores contribuíram de maneira decisiva para esta nova fase de desenvolvimento no campo. A necessidade de superação do modelo de desenvolvimento que a até então se encontrava diante de uma forte crise, (Delgado, 2012, p.78) "a economia brasileira se defronta com um longo período de relativa estagnação econômica", a pressão dos movimentos sociais organizados exigindo mudanças estruturais, seguida pela abertura na economia para o ideal neoliberal.

Este novo período de reorganização no modelo de desenvolvimento com ênfase na nova ruralidade pressupõe uma dinâmica com base no empreendedorismo rural, desta forma vislumbra a viabilidade harmoniosa entre o agronegócio e a agricultura familiar, aqui o termo agricultura familiar segundo o conceito do novo rural, nesta perspectiva os agentes públicos atuam na dimensão da agricultura capitalista organizada na grande empresa, promovendo gestões e aporte financeiro estrutural, por meio das instituições federais como o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, (BNDES), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), instituições do governo estadual e órgão de assistência técnica e pesquisas.

No mesmo sentido destaca-se a atuação dos agentes públicos direcionada com o propósito de fortalecer a agricultura familiar na condição de pequenos empreendedores, nestes casos via os territórios rurais e territórios da cidadania, cabendo aos ministérios e órgãos

públicos incumbidos de promover as políticas de caráter social, como Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), etc.

Com o modelo capitalista de agricultura, a burguesia, o estado e os sucessivos governos assumiram plenamente a posição política de que não é mais necessário a realização de mudanças estruturais no campo com o objetivo de alterar o modelo de produção baseado na grande propriedade (latifúndio), com exploração da monocultura para exportação (commodities) através das grandes empresas agrícolas associadas a agroindústria. Com isso os compromissos voltados para uma nova política agrícola direcionada para geração de renda interna e produção de alimentos, mudança na estrutura fundiária com a realização da reforma agrária deixaram de ser prioridade na agenda política e econômica. A opção dos últimos governos para nortear o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira traz como perspectiva o conceito do novo rural. A chamada nova ruralidade, pressupõe ajustes apenas conjunturais, sendo que em suas características consistem um conjunto de ações estratégicas, como a aprovação do novo código florestal, que privilegia os grandes proprietários rurais; o reordenamento fundiário com o objetivo de promover uma maior segurança jurídica para a propriedade privada da terra, bem como a opção política pela não realização da reforma agrária, por consequência a política propõe ajuste conjuntural prevendo a total integração da agricultura camponesa ao modelo, condicionando a sua inserção ao mercado capitalista, com essa intencionalidade o planejamento dos territórios e das políticas, consiste em cumprir a função de relativizar os conflitos criando condições para uma estabilidade no meio rural.

Esta nova definição de política centrada em espaços territoriais, com recortes diferentes das áreas dos municípios ou estados, dá origem a um novo arranjo institucional por consequência a uma nova abordagem dos territórios rurais e territórios da cidadania desta forma promover a orientação que expressa na reorganização da política pública para o desenvolvimento rural brasileiro. Contexto político social que leva a decisão de criar uma instância governamental com caráter de ministério, com responsabilidade pelo componente da política para além do setorial.

Este ajuste se concretiza na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma estrutura que se responsabilizará pelos três componentes estruturantes da concepção; promover a reforma agrária e desenvolver uma política de assentamentos rurais,

dinamizar e fortalecer a agricultura familiar disponibilizando política de crédito agrícola e assistência técnica, desenvolver a capacidade de comercialização da agricultura familiar e responsabilizar-se pelas diretrizes da política dos territórios rurais. Contudo estas diretrizes estão subordinadas a uma correlação de forças política atrelada aos interesses do capital, o qual orienta o modelo de desenvolvimento no meio rural brasileiro, contudo esta definição estratégica limita as ações que deveriam promover alterações direcionadas para uma nova dinâmica produtiva que poderiam beneficiar a agricultura camponesa e a reforma agrária.

No entanto, para compreender esta nova configuração da política para a agricultura na atualidade brasileira é necessário recorrer a um método fundamental para a sua análise na perspectiva da geografia materialista. O paradigma do capitalismo agrário (PCA) e em contra posição o paradigma da questão agrária (PQA), "esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro, realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e pelos movimentos camponeses" (FERNANDES, 2015, p. 156).

Esta nova dinâmica materializada nos arranjos produtivos no campo expressa pensamento, paradigmas que resultam como condição determinante na construção de posições ideológicas e econômicas na efetivação das políticas públicas nos territórios. "os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais". (FERNANDES, 2015, p. 155). Para tanto a sua compreensão requer uma debate teórico que possibilita a interpretação do embate de ideias, bem como das disputas de interesses resultantes de relações de poder no desenvolvimento das forças produtivas, forças que se tornam hegemônicas a partir de teorias e pensamentos fundamentados em paradigmas os quais são determinantes na formulação e convencimento para a realização dos projetos de desenvolvimento a partir do interesse de determinado grupo social, "os paradigmas são construídos com conjuntos constituintes que contribuem para apresentar uma visão sobre os processos de mudanças da realidade" (FERNANDES, 2013, p.48). Os paradigmas enquanto método possibilita a realização de análises, diagnóstico que se projetam como instrumental capaz de orientar as decisões e consequentemente alcançar os resultados desejados, impulsionando ou manipulando processos que podem levar as mudanças conjunturais ou reafirmar estruturas sociais e econômicas, de acordo com Fernandes (2013),

> As leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas para o desenvolvimento da agricultura, determinando a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da

> interpretação à execução da politica é fundamental. (FERNANDES, 2013, p. 48).

Todavia as leituras pragmáticas que buscam interpretar a realidade do desenvolvimento da agricultura no atual contexto, fundamentam-se no paradigma do capitalismo agrário e no paradigma da questão agrária. O paradigma do capitalismo agrário explica o desenvolvimento das forças produtivas de forma linear impossibilitado de contradições ou conflitos de qualquer natureza, para o paradigma do capitalismo agrário, "as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural, o qual pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a integração do campesinato ou agricultor de base familiar ao mercado capitalista". (FERNANDES; WELCH e GONÇALVES, 2013, p. 48). Nesta perspectiva a agricultura capitalista representa uma totalidade possibilitando a existência do agronegócio e os camponeses ou agricultura familiar no mesmo espaço, contudo, a existência do campesinato ou agricultor está na sua capacidade de integrar-se ao mercado capitalista, o capitalismo agrário entende que a superação do campesinato esta dentro do próprio sistema, portanto uma questão conjuntural, basta o agricultor camponês ser eficiente, ser um bom gestor de seus meios de produção para se integrar ao mercado, "o problema da agricultura de base familiar seria resolvido a partir do desenvolvimento do capitalismo até um grau ótimo, tal como nos países desenvolvidos". (GIRARDI, 2008, p. 92).

No entanto, recorrendo ao materialismo dialético, a geografia pode analisar o desenvolvimento das forças produtivas no campo a partir de outra perspectiva. O método do paradigma da questão agrária, que "utiliza como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas". (FERNANDES, 2008, p. 291). Deste modo a compreensão da realidade se fundamenta na crítica ao modelo de produção capitalista, portanto, entende que a questão agrária é estrutural e faz parte da natureza do próprio sistema capitalista, a sua análise tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades, conforme Fernandes (2013, p.190) "Paradigma da questão agrária manifesta no sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de ralações sociais". A sua leitura busca revelar as contradições inerentes no modo de produção capitalista e suas manifestações que geram a subordinação e afirmação do campesinato dentro do sistema, processos contínuos que sustentam a lógica de produção capitalista no campo "processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégia de resistência do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social",

(FERNANDES, 2013, p. 196).

A leitura do paradigma da questão agrária busca compreender as contradições existentes na convivência necessária entre os interesses da agricultura capitalista e o campesinato, movimento determinado pelas forças produtivas a qual promove o desenvolvimento desigual e contraditório, neste sentido, hora integra e subordina o campesinato ao sistema, hora combate sua resistência com objetivo de destruí-lo, portanto, neste movimento contraditório a possiblidade de autonomia dos camponeses esta na sua capacidade de reafirmação buscando a sua identidade social conforme (Felício, 2000, p.177) "o futuro do campesinato está na reafirmação de sua identidade em sua formação no processo desigual e contraditório, na luta contra o capital, especialmente contra o modelo do agronegócio".

Nesta perspectiva o paradigma da questão agrária contrapõe o paradigma do capitalismo agrário, na medida em que busca como referencial a luta de classe, a sua reflexão considera as varias dimensões da realidade, "considerando as diversidades presentes em suas vertentes e víeis, o espaço de análises não limita a lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfrentamento no capitalismo torna-se uma condição possível". (FERNANDES, 2013, p. 200). Evidentemente esta visão analítica enquanto método considera os camponeses e o conjunto dos trabalhadores, que vendem a sua força de tralho no campo para compor a sua renda, são considerados como sujeitos históricos, com capacidade de promoverem lutas sociais e constituir processos de conflitualidades determinantes nas lutas de classes no campo. De acordo com Girardi (2008, p.92) "o PQA analisa o campo a partir da teoria marxista e o eixo central de discussão é a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, o conflito e as consequências negativas ao campesinato decorrente do desenvolvimento do capitalismo no campo".

Desta maneira os paradigmas representam opções ideológicas, nos meios acadêmicos, lideranças políticas, gestores públicos e setores sociais, de acordo com (FERNADES, 2013, p.156). "esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro, realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e organizações do agronegócio e pelos movimentos camponeses". De um lado os seguimentos defensores de um desenvolvimento no campo, propondo como alternativas socioeconômicas, projetos que possibilitem uma harmonia entre as classes sociais, superando qualquer possibilidade de enfrentamento de interesses ou conflitos de classes, resultando em mudança linear idealizada no contexto do produtivismo e do mercado, neste caso incluem a agricultura

camponesa e o empreendimento rural. De outro lado o seguimento que acredita em mudanças estruturais mediadas pela conflitualidade, pelas lutas sociais, tendo como síntese a luta de classe, neste caso, propõe como alternativa a conquista e a realização da reforma agrária, e a reestruturação de todo o sistema de produção agrícola e de distribuição de alimentos. De acordo com (FERNANDES, 2013, p.233): "Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário disputam, com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura".

Contudo, é importante ressaltar que na atualidade predomina um padrão único de desenvolvimento da agricultura brasileira, caracterizado por forças políticas ideológicas, produtivas e econômicas sob a hegemonia do paradigma do capitalismo agrário.

Todavia, o que há de novo neste velho modelo de desenvolvimento, segundo, Graziano da Silva (2013, p.248): "no, novo rural brasileiro, podem ser encontradas também as mesmas 'velhas' dinâmicas de geração de emprego e renda, associadas aos complexos agroindustriais". O autor acrescenta: "Neste caso, o motor de crescimento... não são as mudanças internas do setor agrícola, mas sim as demandas urbanas por bens e serviços não agrícolas: é isso, em essência, o que há de novo no rural brasileiro e latino-americano". (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 249). O novo enfoque pressupõe a possibilidade de racionalizar o sistema, condicionando-o a um planejamento a partir de intervenções e ações que conduza para uma nova dinâmica produtiva capaz de promover alteração nas relações sociais de produção no campo, o que significa pensar o rural, como alternativa de geração de novas oportunidades de negócios e ocupações no meio rural. A teoria fundamentada em estudos acadêmicos destacando principalmente pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP) como José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga e Arilson Favareto, estudiosos que formulam e defendem a tese da organização da produção agrícola baseado em uma nova ruralidade, este pensamento tem encontrado apoio de lideranças de vários setores sociais, constata-se também uma forte influência sobre as instituições do governo federal, sobre tudo em relação à definição e formulação das políticas públicas para o campo.

Este nova definição de conteúdos relativos à nova etapa do desenvolvimento do novo rural brasileiro, esta fundamentada na argumentação de que houveram muitos equívocos de análise dos processos históricos que definiram o comportamento das relações sociais de produção no contexto da ruralidade capitalista. Tais procedimentos metodológicos não foram o suficiente capaz de perceber as mudanças engendradas no interior do sistema produtivo,

com isso as conclusões e formulações foram construídas a partir de visões limitadas que com o passar do tempo se esvaziou. Conforme afirma Navarro (2008):

> [...] parte considerável de nossa literatura sobre o tema ainda mantem seu locus analítico nos anos sessenta, sem conseguir perceber mais amplamente as mudanças sociais e econômicas verificadas no Brasil. Em consequência, fruto desta acrítica perspectiva que ignora as mudanças do período contemporâneo, não se percebe que, senão a 'morte da reforma agraria', pelo menos vigora a sua clara desnecessidade na maior parte do território nacional. (NAVARRO, 2008, p. 35).

Portanto são precedentes críticos em questão. Segundo os autores, o que justifica a teorização focando uma nova ruralidade no Brasil contemporâneo. A ideia parte da necessidade de superar as, então ultrapassadas análises que buscam como alternativas as transformações estruturais, as quais não adquiriram correlação de forças suficientes para sua concretização como é o caso da reforma agrária.

Para os autores desta concepção, a questão esta relacionada a uma falta de visão mais ampla que consiga propor alternativas que contemple as diversidades do atual tempo histórico. Para Graziano da Silva (2013, p.240) o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade. "Há no campo brasileiro ainda muito do atraso,... Mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo agribusiness como por novos sujeitos sociais: alguns neorrurais, que exploram os nichos de mercado das novas atividades agrícolas".

Segundo, Graziano da Silva (2013), *"A reforma agrária não é mais viável"* para o autor.

> [...] a reforma agrária não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem terra, especialmente em função do baixo nível de renda gerado pelas atividades tradicionais do setor. Pequenas áreas destinadas a produzir apenas arroz e feijão, assim como outros produtos agrícolas tradicionais, especialmente grãos, realmente não são mais viáveis. Mas, felizmente, as atividades agrícolas tradicionais também não são mais as únicas alternativas disponíveis hoje para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais. (GRAZIANO DA SIVA, 2013, p. 254).

A segunda consiste em fazer a crítica à chamada modernização conservadora, com a "Revolução Verde", experiência histórica que vislumbravam um impacto para além da produção agrícola, os seus resultados fossem suficientes para influenciar nos níveis de renda e o consequente impacto sobre o mundo urbano e, principalmente, liquidar com as travas das

relações não capitalistas. No entanto, as mudanças que ocorreram não passaram de uma rápida modernização no setor agrícola, no caso brasileiro especificamente houve uma forte expansão da produção, aumento de uma economia no comércio favorecendo uma rápida e inconsequente urbanização. Conforme Favareto (2010, p.134) "as consequências foi a profunda heterogeneização destes espaços: alguns alcançaram um modelo de integração competitiva enquanto outros aprofundou a situação de marginalidade e degradação". Este descompasso no desenvolvimento das forças produtivas originou uma realidade diferenciada possibilitando a melhoria de uma camada restrita da população enquanto a maioria ficou marginalizada. Ou seja, setores beneficiados com a instituição de uma forte modernização tecnológica, uma crescente integração da atividade agrícola aos complexos agroindustriais. Cujos resultados não foram suficientes para resolver o estado de pobreza no meio rural e nem mesmo para solucionar as tensões sociais. Portanto, um novo rural é possível.

A nova ruralidade está estruturada na hipótese de que há uma emergência de novas demandas na organização dos espaços rurais e das populações, as sociedades modernas necessitam de construir alternativas que possibilitem a inserção econômica de populações na dinâmica econômica, contudo, estabelecendo novas condições de sociabilidade interpessoais e ao mesmo tempo assegurar a preservação dos recursos naturais, conforme Wanderley (2000, p.113) "as sociedades modernas enfrentam hoje, sob formas e intensidades diferentes, uma questão rural, que diz respeito à necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural como um patrimônio de toda a sociedade". Na concepção destes autores, o novo estágio de desenvolvimento no meio rural, evidencia a emergência de novas formas de renda, contando com novas atividades agrícolas e não agrícolas, a pluriatividade essencialmente considerando o potencial da realidade brasileira, assim as novas atividades podem ser definidas a partir da busca de novas possibilidades de renda por meio de atividades como, prestação de serviços em geral, turismo rural e artesanatos, pequenas indústrias domésticas orientadas pelos nichos de mercado.

Esta nova dinâmica do rural brasileiro em suma esta vinculada a ideia da superação da dicotomia entre rural e urbano, agrícola e não agrícola. No caso, a nova dinâmica está situada na aproximação da vida urbana e vida rural, ligações entre natureza e dinâmica produtiva constituídas de inter-relações. Segundo Favareto (2010), a dimensão estrutural da nova ruralidade se constitui em, três elementos:

> As relações com cidades, os espaços rurais deixam de ser meros exportadores de bens primários para dar lugar a uma maior diversidade e integração intersetorial de suas economias, com isso arrefecendo, e em alguns casos mesmo invertendo, o sentido demográfico e de transferência de rendas que vigora no momento anterior.
> As relações interpessoais deixam de apoiar-se numa relativa homogeneidade e isolamento para dar lugar a um processo crescente de individualização e de heterogeneidade compatível com a maior mobilidade física, com o novo perfil populacional e com crescente integração entre mercados antes claramente autônomo no rural e no urbano, mercados de bens e serviços, mas também o mercado de trabalho e o mercado de bens simbólicos.
> A proximidade com a natureza, os recursos naturais antes voltados para a produção de bens primários, são agora objeto de novas formas de uso social, com destaque para a conservação da biodiversidade, o aproveitamento do potencial paisagístico disto derivado, e a busca de fontes renováveis de energia. (FAVARETO, 2010, p. 103).

Esta conjugação de fatores programáticos, redimensionada nas relações entre urbano e rural, com maior mobilidade interpessoal e as novas formas de uso dos recursos naturais, permite um grau maior de racionalização das atividades econômicas e coesão social territorial, esta integração resulta em indicativos positivos de melhor qualidade de vida e inserção social das comunidades principalmente do interior do país.

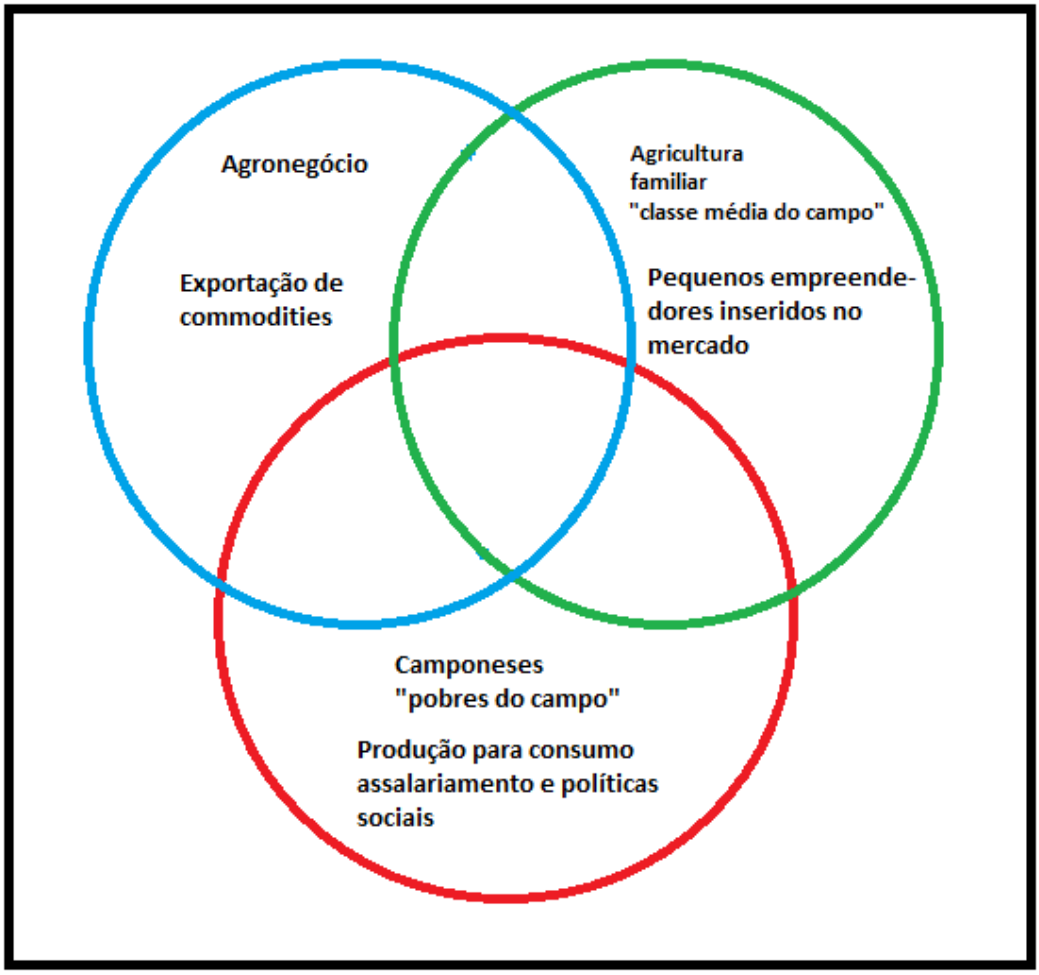
O novo rural pressupõe um realinhamento de estratégia para o desenvolvimento rural, a ideia central consiste na articulação de uma economia de mercado de pequena escala o "agronegocinho" no interior da economia de escala global das comomodities o agronegócio.

Em linhas gerais o argumento central está na necessidade de encontrar caminhos que leva a uma equação com ênfase na superação da pobreza no meio rural, a natureza desta reformulação está na disposição de agregar novos elementos que lhe permite melhorar a sua capacidade produtiva, inserção no mercado, consequente melhor qualidade de vida com a ascensão social, estas medidas demandam uma ampla gama de serviços sociais e serviços técnicos que possam interagir na regulação do desenvolvimento das forças produtivas locais, arranjos que dependem de um redirecionamento a partir da intervenção estatal com o objetivo de criar ambiente de cooperação, público privado, no qual os agentes privados tenham confiança suficiente para fazer alocação, supostamente mais eficiente dos recursos humanos e materiais.

A projeção estratégica do novo rural vislumbra um grau de organização nas relações sociais de produção capaz de promover o desenvolvimento no campo estabelecendo-se, em três categorias sociais, a grande empresa capitalista, produtores de commodities para

exportações, agricultura familiar na condição de pequeno empreendedor rural e os trabalhadores rurais “pobres do campo” que não possui condições de inserção no sistema produtivo capitalista, estes estariam sujeitos à produção em pequenas escalas não suficiente para viabilizar renda familiar, necessariamente dependerão de cumprimentar a renda com trabalho assalariados para as empresas do agronegócio, contudo esta população pode residir na área rural, comunidades assentamentos de reforma agrária ou na periferia das pequenas cidades. A figura explica a composição das classes sociais no campo, segundo a ideologia do paradigma do capitalismo agrário.

Figura 1 – Composição das classes sociais no campo.



Fonte: Organização própria.

Para uma melhor compreensão desta nova fase de desenvolvimento para o campo faz se necessário caracterizar o conceito de agricultura familiar. Segundo Fernandes para o capitalismo agrário trate-se da metamorfose do camponês. Isto e possível acontecer na medida

em que a uma mudança conjuntural no desenvolvimento do capitalismo “com a sua integração plena o camponês adentra o moderno mundo do capital”. (FERNANDES, 2013, p. 189).

No contexto do novo rural o conceito agricultor familiar, passa a ocupar uma posição de destaque, principalmente tendo em vista o conjunto de políticas públicas direcionadas para este seguimento com o objeto de viabilizá-lo enquanto parte do modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Com isto trata-se da metamorfose do camponês. (Fernandes, 2013, p. 189).

A definição da agricultura familiar é possuidora de variadas interpretações conceitual no campo ideológico, principalmente na academia, com o objetivo de transformar o campesinato em produtor capitalista, havendo um esforço no sentido de afirmar a agricultura familiar como uma nova categoria de agricultores com possibilidade de projeção socioeconômica no atual modelo de agricultura capitalista empresarial. No entanto não é o nosso proposito fazer este debate de conceitos teóricos, o importante no caso é a definição de agricultura familiar nos marcos instrumental para a aplicação de políticas pública. A agricultura familiar enquanto definição política jurídica como condição para a categorização oficial que coloca como público potencial e beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O conceito de agricultura familiar segundo a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas pública direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Orientada por estes princípios a lei considera agricultor familiar e empreendimento rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não tenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominante mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento, na forma definida pelo poder executivo; dirige seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. É também beneficiário desta lei, silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos destacados anteriormente, que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; agricultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de ate 2 ha (dois hectares) ou ocupem a quantia de 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques redes; pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; povos indígenas; integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas rurais e demais

povos e comunidades tradicionais.

Neste cenário constituído de diversidade e conotações que acerca principalmente no âmbito, dos governos e nos meios acadêmicos, o termo agricultura familiar corresponde às distintas formas de organização da produção, sob a gestão das relações de produção e trabalho sustentadas entre os membros da família, ainda na condição de possuidores dos meios de produção, desenvolvendo a atividade produtiva na agropecuária, pesca ou extrativismo, que destinam parte da produção para o consumo próprio e parte para o mercado. No entanto, no campo da formalidade institucional o que requer com o termo agricultura familiar, é a constituição de identidade econômica, social, cultural e político deste seguimento social, adequando a um padrão ideal, com condições de fazer parte de um modelo de produção orientado pela lógica do mercado, esta adesão pressupõe o engajamento dos agricultores de base familiar em processos de mobilização na disputa de políticas como créditos, assistência técnica, serviços sociais e na demanda por nichos de mercados, o agricultor familiar se distingue por estas premissas, que praticam atividades produtivas no meio rural, mas torna sujeito protagonista na luta por direitos socioeconômicos e serviços públicos, conforme afirma Neves (2012),

> Portanto, os sentidos que no contexto estão implicados no termo agricultores familiar acenam para um padrão ideal de integração diferenciada de uma heterogênea massa de produtores e trabalhadores rurais. Tal integração se legitima por sistema de atitudes que lhe está associado, denotativo da inserção num projeto de mudança de posição política. Por esse engajamento, os agricultores que aderem ao processo de mobilização tornam-se concorrente na disputa por créditos e serviços sociais e previdenciários; na demanda de construções de mercados e de cadeias de comercialização menos expropriadora; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que colocam em pratica; na reivindicação o reconhecimento como protagonistas em processos de tomada de decisões politicas que lhes digam respeito ou que sobre eles intervenham – o que equivale a tentar interferir nos padrões de apropriação de recursos públicos por outros seguimentos de produtores do setor agropecuário brasileiro. (NEVES, 2012, p. 35).

Com este recorte histórico, a projeção para as reformulações no meio rural estão sintonizadas com as demandas, macroeconômica e com a trajetória e o sucesso do agronegócio, o novo arranjo propõe dinamizar uma economia interna sem necessariamente contrapor o modelo econômico atual. Em suma a reorientação estratégica para o rural brasileiro tem seu fundamento na estratificação social, adequando as camadas empobrecidas da população a uma lógica econômica produtivista, mediada pelo mercado. O sentido da

organização espacial e populacional trata-se de manipular ideologicamente e economicamente setores fragilizados da sociedade, principalmente no meio rural, a assumirem funções econômicas, evidentemente, compatível com sua realidade e capacidade organizativa, no entanto esta interação passa necessariamente por processos seletivos, um exemplo palpável e o discurso da nova classe média no campo. Conforme Vinha (2012, p.217), "na lógica capitalista, só será possível enxergar o campesinato se ele tiver a forma de agricultor familiar ou de pequeno empreendedor, cujo processo linear levará a seleção de apenas algumas famílias para o agronegócio". Desta forma, as recentes politicas públicas colocadas em prática via os distintos programas de governo para atender as demandas socioeconômicas e politicas no interior do país, não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma estrutural no campo brasileiro.

A política desenvolvimentista dos últimos governos adotou uma concepção de desenvolvimento rural como um dos seus principais pilares de sustentação, tanto para viabilizar a política econômica, quanto para alterar as desigualdades sociais persistentes no país. Portanto, justifica um conjunto de políticas com objetivo de fortalecer ainda mais o modelo de produção dominado pelo agronegócio, desta forma o novo foco estratégico das políticas governamentais estão voltadas para o desenvolvimento territorial rural, com este objetivo o Estado requer a condição de agente principal dispondo de sua legitimidade política para assegurar as intervenções e buscando efetivar mudanças sociais necessárias a partir de ações articuladas e planejadas sem, contudo, alterar as condições socioeconômicas de determinado ambiente rural. Partindo deste contexto segundo Araújo (2010, p.4), "no Brasil dos anos recentes, o desenvolvimento territorial vem ganhando espaço tanto no debate cientifico como nas politicas públicas, por razões de conjuntura nacional e por influencia das discussões e experiências observadas em outros países".

O discurso estatal, ao contrário das práticas concretas, está em consonância com a conceituação de Delgado, Bonnal e Leite (2007, p.30), "o papel do Estado como principal indutor e promotor dos processos de desenvolvimento, especialmente nas condições de acentuadas desigualdades espaciais (e sociais) características da realidade brasileira". De acordo com Navarro (2001), o conceito de desenvolvimento rural, "trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em determinado ambiente rural". Ações que pressupostamente tem o estado como o seu agente principal, "o estado funda-se para tanto em uma estratégia preestabelecida, metas definidas, metodologias de

implementação, lógica operacional e as demais características especificas de projetos e ações governamentais que tem como norte o desenvolvimento rural" (NAVARRO, 2001, p.88), estas ações objetivam a indução de processos evolutivos resultando em mudanças sociais em âmbito mais geral, mudanças que segundo Schneider e Tartaruga (2005, p.109) "deveriam favorecer a melhoria da qualidade de vida, a ampliação da justiça social, das liberdades individuais e da emancipação política". No entanto neste debate conceitual, Fernandes (2013, p.219) questiona o referencial teórico para a definição de desenvolvimento territorial, "as definições de desenvolvimento territorial têm como ponto de partida e de chegada o pensamento consensual... lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidade". Segundo o autor trata-se de um pensamento de cunho neoliberal, "o pensamento consensual procura convencer que o desenvolvimento territorial tem o mercado como essência, que propõe a autonomia dentro dos marcos do pensamento neoliberal e da obediência às regras capitalistas do mercado" (FERNANDES, 2013, p.219).

Todavia, a sua dinâmica está voltada para o agronegócio e para as grandes corporações, que por natureza constitui um desenvolvimento rural priorizando o avanço do capital, assim o seu desenvolvimento se dá de forma pontual e desigual consequentemente provocando o aumento da subordinação e exclusão das populações marginalizadas pelo sistema capitalista de produção, principalmente nas localidades mais carentes. "Este é o contexto em que o DTR encontra sua possibilidade de aparecer no mercado de ideias da administração pública nos primeiros anos do século XXI" (GÓMEZ; FAVARO, 2012, p.50). Diante desse quadro os governos adotaram medidas com a finalidade de racionalizar estas contradições através do discurso de promover o desenvolvimento sustentável nestas regiões por meio do Desenvolvimento Territorial Rural.

Portanto, deste pressuposto, pode-se perceber a utilização do conceito de desenvolvimento Territorial Rural como elemento de fortalecimento do modelo político e econômico pautado na produção de commodities, na intensa exploração dos recursos naturais, como medidas conciliadoras entre os interesses do capital e da sociedade. "No Brasil, por exemplo, essa tendência iniciada no segundo governo Fernando Henrique Cardoso se consolida de forma intensa em todos os governos seguintes, ganhando os empresários do agronegócio aura de heróis nacionais e fortalecendo seu posicionamento tanto no PIB como na balança comercial". (GOMEZ; FAVARO, 2012, p. 50). Legitimado em um paradigma de desenvolvimento "Brasil para todos", no entanto materializado sob uma concepção de política econômica com viés neoliberal, contudo ajustado com políticas sociais voltadas para o

combate à pobreza e as desigualdades sociais, “com essas tentativas de “humanizar” o capitalismo e reconstruí-lo com um caráter integrador”, (GÓMEZ, 2006, p. 88). Cenário econômico que demanda uma mediação reguladora dos agentes públicos objetivando relativizar as contradições de interesses de classes, a concepção do desenvolvimento rural idealiza uma relação harmoniosa entre ações públicas e privadas, entre capital e trabalho, para superar a consciência setorial e com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial, para Veiga (2005, s/pág.) “agora é preciso que as lideranças do agronegócio também promovam a superação de uma consciência exageradamente setorial”. Segundo o autor. “É preciso que o agronegócio comece a discutir seu papel no desenvolvimento territorial”. (VEIGA 2005, s/pág.).

Este fenômeno acentua no decorrer da primeira década do século, conforme afirma Gómez e Favaro (2012, p.43): “em boa parte dos países latino-americanos, começa ser pensado, elaborado e discutido nos primeiros anos do século XXI com o objetivo de apresentar uma alternativa ao desenvolvimento rural com base local, atrelada à (des)regulação neoliberal decadente”. No caso brasileiro não é diferente o DTR surge como condições para reorientar as políticas públicas e promover o desenvolvimento rural, subordinado a lógica do modelo capitalista, com este objetivo os governos adotam em sua estratégia medidas de intervenção socioeconômicas materializadas em um conjunto de ações procurando, de lado manter os privilégios ao capital e de outro instituir mecanismo que promovam à transferência de renda a população trabalhadora, cabendo ao Estado a condição de gestor destas políticas e articulador dos diversos sujeitos políticos.

> A orientação estratégica do Governo Federal para esse período direciona esforços para a redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Nesses marcos, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) incorporar e implementar as estratégias e critérios para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, prioritariamente nos espaços rurais de maior demanda social. (SDT-MDA, 2005, p. 3).

Com isso pressupõem uma nova dinâmica organizativa nas instituições no âmbito do governo federal, com a criação de uma gama de instrumentos políticos administrativos que possuem a função de formular e implementar ações cuja a finalidade é proporcionar o desenvolvimento socioeconômico. Nesta mesma direção o território propõe pautar um novo enfoque na dimensão territorial, comprometidas com uma gestão e descentralização nas

tomadas de decisões através da participação de agentes de diferentes escalas nas esferas federal, estadual e municipal, bem como estimular a participação da sociedade civil por meio de suas organizações, "A narrativa escalar que sustenta o desenvolvimento territorial rural concede ao Território Rural o papel articulador e aglutinador, tanto dentro como fora do Território. Essa seria uma das marcas do enfoque territorial", (GÓMEZ, 2006, p. 371), no enfoque territorial, cabe aos agentes públicos valorizar e fornecer os meios necessários para o território se desenvolver, segundo Veiga (2005).

> Trata se de encorajar os municípios rurais a se associar com o objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo às articulações os meios necessários ao desenvolvimento do processo. Ou seja, o papel dos governos federal e estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser auto-financiadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver o indispensável empurrão inicial. (VEIGA, 2005, s/ pag.).

Neste contexto a presença do Estado cumpre papel determinante no direcionamento das políticas públicas na "condição de indutor e promotor dos processos de desenvolvimento", (DELGADO, BONNAL e LEITE, 2007, p. 30), com o objetivo de promover a inserção no processo produtivo de populações excluídas, "Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural" (MDA-SDT, 2005). Esta nova perspectiva de desenvolvimento tem como parâmetro as condições regionais, buscando através de diagnósticos preliminares identificarem as demandas socioeconômicas, consequentemente inserir em uma dinâmica produtiva procurando reduzir as desigualdades econômicas entre as regiões, considerando, as condições e as diferenças regionais, no entanto com disposição para articular as devidas e necessárias convergências das prioridades na gestão das políticas, incorporando estados e municípios, fortalecendo os arranjos produtivos locais e promover a reformulação dos instrumentos públicos de atuação regional, medidas, comprometidas com a recomposição dos territórios, conforme afirma Veiga (2005),

> [...] a recomposição dos territórios expressa, portanto, esta necessidade de novas formas institucionais de coordenação, gestão, ou simplesmente "governança", das aglomerações e das microrregiões. Nos dois casos essas novas formas institucionais devem superar as antigas estruturas de poder local, promovendo a articulação das unidades político-administrativas pré-existentes. (VEIGA, 2005, s/ pag.).

Com essa finalidade cabe a SDT/MDA centralizar e desenvolver este conjunto de ações com o objetivo de promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando sujeitos e ações ao processo de desenvolvimento. Neste contexto de uma nova abordagem conceitual, procurando superar as persistentes desigualdades econômicas e sociais no meio rural, constituiu uma política de promoção de desenvolvimento dos territórios rurais por meio do Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais (PRONART), cujos objetivos, estão expressos no documento: Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.

> [...] Promover e apoiar: a gestão, a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais, especialmente daqueles que atuam na representação dos agricultores familiares, dos assentados da reforme agrária e de populações rurais tradicionais; o planejamento e a gestão social dos territórios, tendo por referencia os critérios do desenvolvimento sustentável, a autonomia e a participação social; iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais tendo por referencia a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de emprego; a implementação e integração de políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais e regionais e à geração de riquezas com equidade social. (SDT/MDA, 2005, p. 7).

Pressupondo ações inovadoras e criando condições para os sujeitos sociais serem incorporados como partes integrantes do processo de elaboração, gestão, bem como na tomada de decisões, conforme as orientações para as práticas contidas no apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, "a ação que parte do reconhecimento do território como projeção e execução de uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial" (SDT/MDA, 2004, p. 04). O enfoque do programa está direcionado a partir de uma abordagem territorial como referência para uma estratégia com o objetivo de promover o desenvolvimento rural, para esse fim, o conceito de territórios "passa a ser utilizado numa perspectiva de desenvolvimento, ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente" (SCHENEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 107). Segundo definição do MDA/SDT, território é compreendido por "um espaço físico, geograficamente

definido, geralmente contínuo compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais- tais como o ambiente, a economia, sociedade, a cultura, a política e as instituições", (MDA/SDT, 2005, p. 7). Para Schneider e Tartaruga (2004, p.109) "Este será o terreno fértil para a evocação da noção de território e/ou enfoque territorial como a nova unidade de referência que funcionará como instância de mediação capaz de completar as relações entre os atores locais e as demais esferas e escalas, como a regional e nacional, além da global", na abordagem do programa, considerando as premissas conceituais, as perspectivas territoriais são definidas sob a justificativa de alguns aspectos fundamentais:

> Primeiro, porque o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de articulação do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais. Segundo, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. Terceiro, porque na última década e meia tem se acentuado o movimento de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços locais. Por fim, em quarto lugar, o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de inciativas voltadas para o desenvolvimento. (MDA/SDT, 2005, p. 8).

O enfoque territorial para o desenvolvimento rural busca por meio das políticas públicas modificarem as estruturas produtivas e institucionais do espaço com a finalidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas, "o território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes". (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 109). A intervenção na estrutura produtiva objetiva dinamizar e articular a economia e as mudanças no campo institucional preveem a interação e participação dos atores sociais criando as condições e oportunidades para a população local participar de seus benefícios, tratando-se de uma "visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social". (MDA/SDT, 2005, p. 8).

Para fins de execução do programa visando oportunizar o protagonismo dos atores sociais, balizada pelo fortalecimento da dinâmica econômica territorial e pela articulação das políticas públicas, o MDA/SDT se referencia estrategicamente em uma série de diretrizes, segundo o Marco Referencial, são:

> Diretrizes Gerais do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável; compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável; entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões socioculturais, político-institucional, econômica e ambiental; valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça; adotar metodologias participativas e mecanismo de planejamento ascendente como estratégia de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios; estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas; atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária; estimulará a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social; priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados; incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instancias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas; incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária. (MDA/SDT, 2005, p.12 e 13).

As diretrizes são direcionadas para os territórios visando a implementação das políticas públicas, tanto no âmbito do desenvolvimento produtivo quanto nas demandas sociais, compreendendo o território como espaço constituído e inserido em um contexto de heterogeneidade de atores e instituições, pressupondo um conjunto de articulações, principalmente entre as diferentes escalas de poderes nas esferas públicas, federação, estados e municípios, mas, também privadas, segundo definições no Marco Referencial para o Apoio

ao Desenvolvimento de Territórios Rurais “As estratégias adotadas refletem uma especial atenção à articulação de políticas públicas e iniciativas privadas em todos os níveis, procurando convergências com ações que envolvam instrumentos capazes de atender às demandas dos territórios rurais”. (SDT/MDA, 2005, p. 13). No entanto para Fernandes (2008, p.278), “Nas ‘abordagens territoriais’ predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança” o autor chama a atenção para a definição de territórios rurais pelos órgãos governamentais. “A definição de território por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos ‘território’ de um determinado projeto de desenvolvimento territorial” (FERNANDES, 2008, p. 278).

A abordagem do desenvolvimento territorial, segundo as diretrizes do programa, deve-se constituir em um instrumental capaz de organizar na mesma direção um conjunto de atores e objetivos a ser alcançado levando em consideração fatores socioeconômicos e culturais existentes na dinâmica local, com isso promover novas relações sociais, no entanto para Fernandes (2008, p.278) “O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então, sua mais cara propriedade: as relações de poder”.

Procurando ampliar e acelerar a aplicação das políticas pública para o campo, o governo lançou a Agenda Social em 2008, entre as várias iniciativas de âmbito social, o Programa Território da Cidadania destaca-se como uma das prioridades com o propósito de transformar a política tradicional segmentada e setorizada em política voltada para os territórios, conforme, Delgado e Leite (2011, p.434) “Durante o processo de identificação dos territórios rurais, o governo entendeu que alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas”. A partir desta percepção surge esta nova abordagem territorial com a finalidade de elaboração e execução de políticas pública para o campo.

> O Território da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Concelho Territorial composto pelas três esferas governamentais e

> pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL, 2008, p. 2).

Desta forma reafirma uma estratégia para o desenvolvimento sustentável por meio da utilização da dinâmica territorial, mesmo já possuindo programas de desenvolvimento territorial rural como os territórios rurais, "os Territórios da Cidadania buscam inserir nas ações não apenas as destinadas ao rural, mas abranger o espaço como um todo, tanto quanto à infraestrutura, bem como as políticas sociais e de inserção produtiva". (FORNAZIER; BELIK, 2012, p.133). O programa tem como foco organizar e agrupar as políticas pública em ações planejadas com uma centralidade, cuja finalidade é dar impulso as dinâmicas e práticas direcionadas para uma visão do desenvolvimento com sustentabilidade, referindo-se aos fatores socioambientais e socioeconômicos, desta forma na sua concepção e gerenciamento o "Território da Cidadania não se limita em atacar problemas específicos com ações dirigidas". (BRASIL, 2008, p. 2). A sua efetivação implica em combinar diferentes ações nas diferentes esferas de governança, ações de ministérios e governos estaduais e municipais, de forma a consolidar as relações federativas, no intuito de tornar mais eficiente a ação do poder público:

> [...] por exemplo: serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com ampliação do Programa Luz para todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas. (BRASIL, 2008, p. 2).

Originário dos territórios rurais o Programa Território da Cidadania instituído por meio de decreto governamental em 25 de fevereiro de 2008, estabelece como objetivo geral: "Promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais, no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável" (BRASIL, 2008, p. 3) na mesma direção definiu os objetivos específicos: "Inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; busca da universalização de programas básicos de cidadania; planejamento e integração de políticas públicas; ampliação da participação social" (BRASIL, 2008, p. 3). O programa constitui um conjunto de ações que deve ser implementado buscando entregar os diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução das políticas voltadas à melhoria das condições de vida, e as

possibilidades de acesso a bens de serviços públicos e a oportunidade de inclusão social, priorizando populações em áreas economicamente mais carentes com níveis do IDH inferior, com potencial para a organização social, com a presença de beneficiários do programa Bolsa Família e com maior concentração de agricultores familiares, assentamento de reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e com maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, as iniciativas visam desenvolver um conjunto de ações com o propósito de promover "A integração do conjunto de políticas pública e dos investimentos previstos contribuirá para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais". (BRASIL, 2008, p. 2). "Cujas ações são submetidas a um processo específico de gestão, e atua em 120 territórios dos 165 rurais, com maior concentração de pobreza rural". (BRASIL, 2008, p. 3). O programa definiu pobreza rural as situações com baixo acesso a serviços básicos, estagnação na geração de renda, carência de políticas integradas e sustentáveis que possibilitem autonomia de médio prazo. O território "é caracterizado por: compreender um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental; possuir identidade e coesão social e cultural" (BRASIL, 2008, p. 4).

Seus princípios são caracterizados pela: estratégia de planejamento e gestão territorial; integração de ações entre o Governo Federal, os Governos estaduais e municipais; participação social; implementação dos programas do PPA 2012-2015 nos territórios; suporte e ação complementarão Plano Brasil sem Miséria. A gestão do programa está subordinada ao conceito de Redes e Ciclo de Gestão, prevendo como matriz de ação: a organização programática da oferta do Governo a serem realizada a partir das demandas territoriais, com ações descritas, produtos e unidades de medida, metas físicas territorializadas e respectivos valores; debates territoriais: debates realizados pelos colegiados territoriais a partir das demandas contempladas no plano de desenvolvimento territorial rural sustentável e da oferta apresentada pelo Governo, com o objetivo de apresentar deliberações, insumos para decisões e comentários relacionados com a adequação e a suficiência da oferta; "plano de execução: Consiste na Matriz de Ação ajustada pelo Governo, e detalhada, com base nos elementos resultantes dos debates territoriais e em outros fatores (correções, revisões internas, contingenciamentos, etc.)" (MDA/SDT, 2008, p. 5).

Como parte do plano de execução propõe-se, um detalhamento compreendendo, "as ações em execução (indicando os municípios e o estágio da execução), ou ações em definição (indicando a etapa da definição)" (MDA/SDT, 2008, p. 5), trata também das demandas, se foram incorporadas, se serão encaminhadas aos fóruns competentes ou se não é possível

atender. “O Ciclo de Gestão propõe a realização de um Relatório de Execução; o relatório que apresenta o avanço operacional das ações que integram o Plano de Execução, incluindo a execução física e orçamentaria-financeira, bem como restrições, riscos e providências”. (MDA/SDT, 2008, p. 6).

Na compreensão de Delgado e Leite (2011, p.434) “a implantação desses espaços no nível territorial consiste numa peça estratégica para a prática da política de gestão social e de governança territorial”. No entanto a concepção que orienta e definem as políticas governamentais, ao longo das últimas duas décadas, tem foco no desenvolvimento rural a partir de uma nova abordagem territorial, com diferente compreensão, para Fernandes (2008):

> Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais (FERNADES, 2008, p.280).

A efetivação de uma nova espacialidade a partir da abordagem territorial tendo como objetivo principal o desenvolvimento sustentável no meio rural, o território da cidadania busca a promoção da inclusão produtiva das populações excluídas por meio do planejamento e integração de políticas públicas e participação social conforme propagandeado, na perspectiva de Gómez (2006, p.97) “Apesar de esse discurso estar cada dia mais consolidado e sustentar a prática das políticas públicas para o desenvolvimento do meio rural, no Brasil, o território com o qual trabalham é um território que dificilmente evoca o território real, repleto de conflitos, de apropriações privadas etc”.

O enfoque territorial na ótica do programa é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercado e políticas públicas de intervenção, de tal forma que possibilita o desenvolvimento harmônico do meio rural, se traduz em crescimento e geração de riquezas, resultados possíveis com a “concepção de cadeias e de arranjos produtivos, agrupamento de setores e de empresas, a criação de distritos industriais e agroindustriais, todos necessários à construção de uma visão integrada de desenvolvimento produtivo, competitividade, interdependência e cooperação. (MDA/SDT, 2005, p. 13). A dinamização econômica é vista aqui não como mero resultado da aplicação de recursos financeiros em determinado ramo produtivo, “mas como a consequência do investimento público e privado em organização da produção e da distribuição capazes de favorecer a redução das diferenças entre as taxas de retorno privados e sociais”. (MDA/SDT, 2005, p. 20 e 21), são afirmativas

com o propósito de realizar a transformação e consequentemente solucionar as distorções que provocam as desigualdades sociais no meio rural, o espaço não é um simples suporte, mas ele se torna território, "que é o ponto de reencontro dos atores do desenvolvimento, o lugar onde se organizam formas de cooperação entre empresas, onde se decide a divisão social do trabalho enfim, o lugar de reencontro entre as formas de mercado e as formas de regulação social". (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 12). O território torna-se um componente permanente do desenvolvimento. Todavia esta concepção defendida pelos autores, matem-se os mesmos princípios do pensamento tradicional do desenvolvimento, suas características continuam estruturado na dependência da capacidade competitiva estimulada pela lógica do mercado.

De acordo com Gómez (2006, p.117) "o desenvolvimento rural continuou fortemente arraigado na mesma sólida rede de alicerces que o desenvolvimento geral: capital, mercado, crescimento, modernização e tecnologia, com a progressiva incorporação de novas dimensões, como a identidade e o território". A perspectiva do desenvolvimento rural mediante os argumentos defendidos nos diversos planos expressam características com base no empreendedorismo, focam na capacidade competitiva da agricultura familiar estimulando parcerias com órgãos governamentais e com setores da iniciativa privada, instituindo um novo formato de políticas, contudo baseado nos interesses socioeconômicos da agricultura familiar conforme Delgado, Bonnal e Leite (2007, p.30) "instituiu-se um novo formato de política, optando-se pela construção de uma nova institucionalidade política, o território, fundada na representação dos interesses sociais e econômicos da agricultura familiar".

Desta forma para alcançar os resultados desejados pressupõe a integração da agricultura familiar às empresas do agronegócio quando estimulam os arranjos produtivos, "o agrupamento de setores e de empresas, a criação de distritos industriais e agroindústrias", (BRASIL, MDA/SDT, 2005), dinâmica econômica que consequentemente beneficiará os interesses dos possuidores de capital, apesar de todo o discurso sobre a importância do território, da identidade territorial e da participação social, "no enfoque do desenvolvimento que propõe o território rural, apresenta-se como uma escala forçada, reificada e só funcional aos objetivos recorrentes do desenvolvimento: reprodução e acumulação do capital" (GÓMEZ, 2006, p. 274). As políticas territoriais têm o território como o espaço de intervenção governamental com o objetivo de dinamizar e estimular oportunidades nos processos econômicos, sociais e políticos, capaz de adequar o desenvolvimento sustentável ao território, desta forma constitui instrumento de apoio ao planejamento, todavia suas ações

resultam em disciplinar e padronizar a realidade de forma racionalista e tecnicista por meio do controle institucional. “A criação dos territórios, de uma maneira geral, tem permitido estabelecer as condições necessárias à instauração de um incontestável diálogo entre os diferentes atores sociais e locais e, consequentemente, um melhor gerenciamento das oposições acirradas e dos conflitos existentes entre estes atores sociais no território”. (DELGADO; BONNAL, LEITE, 2007, p. 35).

Os princípios e diretrizes do plano de desenvolvimento territorial rural orientam as ações dos territórios da cidadania que se propõe como objetivo a superação da pobreza por meio de geração de renda no meio rural. Pressupõe, segundo Gómez e Favaro (2012, p.56) “encontrar mercados dinâmicos, dando importância ao empreendedorismo privado, público e associativo e sem questionamentos estruturais as fórmulas de acumulação existente”. A concepção do programa esta baseada em uma dimensão do desenvolvimento harmônico entre o trabalho e o capital, tendo como desafio o exercício da cooperação entre os vários atores sociais, com a organização dos trabalhadores, e empresários, promovidos por políticas públicas, no entanto com características despolitizadas. Portanto, nos marcos desta concepção, o desenvolvimento rural ajusta-se e reestrutura-se de acordo com os interesses da dinâmica das políticas econômicas neoliberais, “o paradigma neoliberal que domina o discurso e prática tanto dos organismos internacionais de regulação e controle como dos governos locais” (Gómez, 2006, p. 88).

Todavia constitui as orientações, que nos últimos anos tem como propósito realizar correções visando um maior controle da exploração capitalista, no entanto na realidade mantém comportamento e práticas que se legitimam em uma visão conservadora e que insiste em ser a única possível para o do desenvolvimento no meio rural.

O Programa Território da Cidadania tem o seu marco constitucional em 25 de fevereiro de 2008, quando foi oficialmente criado por decreto presidencial do governo Lula, “Decreto de 25 de fevereiro de 2008 institui o Programa Territórios da Cidadania e da outras providências” (PRESIDÊNCIA da REPÚBLICA, sem paginação) o referido programa propõe a promoção do desenvolvimento sustentável através das dinâmicas territoriais, esta nova abordagem parte de uma análise crítica considerando antecedentes que colocam como desafio uma rearticulação das políticas públicas, segundo a concepção do programa, são questões relevantes que se manifestaram nas últimas décadas, “esgotamento do modelo de desenvolvimento rural, limitação para enfrentar as condições de desigualdade, degradação ambiental e a baixa governabilidade do meio rural”. (MDA/SDT, 2010, p. 2). Estas

considerações possibilitam relacionar diversas razões que justificam a nova abordagem territorial, “o rural é mais do que agrícola, mais do que um setor econômico. A escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento” (MDA/SDT, 2010, p. 3). No entanto. “A escala estadual é ampla para cuidar das heterogeneidades e especificidade locais”. (MDA/SDT, 2010, p. 3).

Portanto o “território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que devem ser mobilizadas em prol do desenvolvimento”. (MDA/SDT, 2010 p. 4). Desta forma a política do PTC, se propõe a superação da visão setorial nas políticas públicas com esse intuito definiu-se a ruralidade enquanto conceito, sendo de natureza territorial e não setorial. Portanto o PTC, mantém a mesma concepção de territórios e de abordagem territorial definida para o Pronat. “O que se distingue é a ênfase no combate à pobreza e na conquista de cidadania como objetivos primordiais da intervenção governamental, assim como a mobilização de 22 ministérios no sentido de planejarem suas ações de modo a implementarem as políticas públicas correspondentes de forma integrada”. (LEITE; WESZ JUNIOR, 2012, sem paginação). A nova estratégia de planejamento e gestão consiste na organização de uma Matriz de Ações do governo federal instrumentalizado no PTC, segundo, Leite; Wesz Junior (2012, sem paginação) “diferentemente do Pronat, o desafio torna-se maior, pois envolve várias ações setoriais oriundas de distintos ministérios, cujo exercício de articulação se dará efetivamente na escala territorial”.

Com o desafio de programar e organizar em escala territorial o agrupamento de ações o PTC prevê demandar e orientar os diversos órgãos governamentais principalmente ministérios com o objetivo de atender as metas definidas, a estratégia é agregar municípios e micro regiões com grau de pobreza acentuada em torno de projeto comum que possa estimular o desenvolvimento, unir ações nas escala municipais, estaduais e federal, desta forma dar maior efetividade na execução das políticas pública e incentivar iniciativas do setor privado, com isso garantir o acesso a infraestrutura produtiva, serviços públicos direcionados para o apoio do desenvolvimento local. “O Programa Território da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas a melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidade de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País”. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008, s/ pag.).

Quanto á responsabilidade de criação dos Territórios da Cidadania cabe ao comitê

gestor Nacional, “a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitante, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes”. (PRESIDÊNCIA DA REPÙBLICA 2008, s/ pag.). Os mesmos municípios serão agrupados considerando “critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos, reconhecidos pela sua população como espaço historicamente constituído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial”. (DECRETO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

> O Programa Territórios da Cidadania tem como objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos seguimentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; valorização da diversidade social, cultural, econômica, política institucional e ambiental das regiões e das populações. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008, s/ pag.).

O desafio consiste em promover novos arranjos produtivos e institucionais com o objetivo de alavancar processos direcionados para uma nova visão de desenvolvimento socioeconômico, cultural e político, a nova abordagem territorial demanda a constituição de alianças e parcerias que possibilite viabilizar os diversos recursos, instrumental, como gestão social, redes sociais de cooperação, sob a responsabilidade dos diversos atores sociais interessados como destaca Resende (2011, p.11) “Esta política é balizada pela gestão social, pelo fortalecimento e ampliação das redes sociais de cooperação, pelo fortalecimento da dinamização econômica territorial e pela articulação das políticas públicas”, a territorialidade pressupõe a materialização de forma participativa devendo orientar as iniciativas locais, direcionar as políticas públicas visando a promoção do desenvolvimento em suas várias dimensões.

Na concepção da SDT (2011, p.10), “os territórios rurais, significam uma contínua extensão do processo de organização e planejamento, condução e controle social por parte da sociedade civil e dos gestores públicos”. Orientação que busca estabelecer uma integração dos gestores públicos, iniciativas privadas e sociedade civil que possa combinar a dimensão do crescimento econômico com valorização sociocultural.

> A escolha e priorização do território a ser incorporado ao Programa Território da Cidadania dar-se-ão pela ponderação dos seguintes critérios: estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH territorial; maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da política nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional; convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; e maior organização social. (DECRETO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008, s/ pag.).

O programa buscando alcançar seus objetivos procura combinar três eixos de ações compreendidos na inclusão produtiva, organização e promoção de infraestrutura de caráter público e o acesso a direitos sociais e a cidadania, diretrizes que orientam a elaboração das matrizes de ações nas quais os órgãos envolvidos assumirão compromissos com as quais pretendem desenvolver em cada território, definidos segundo as respectivas competências e compromissos.

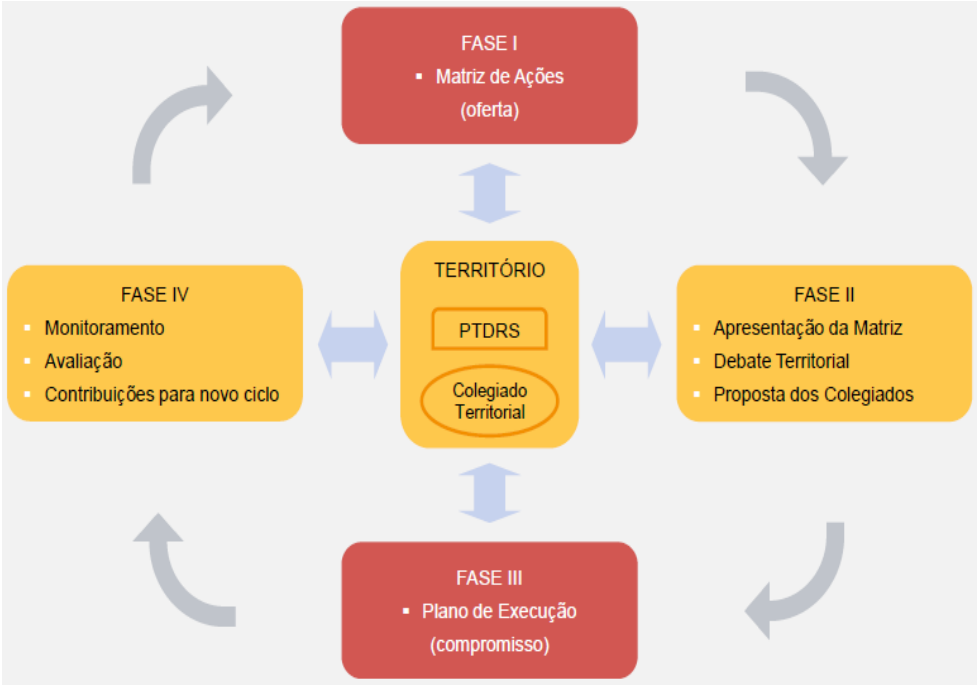
A efetivação dos territórios rurais a partir da concepção da SDT pressupõe um conjunto de procedimentos que implicam em diversas fases, processual compreendendo, a organização, o planejamento, a coordenação e o controle social que devem envolver sociedade civil e gestores públicos.

O planejamento consiste em buscar a identidade de interesses possibilitando formular as estratégias e as diretrizes bem como articular possibilidades e potencial com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial, conforme estabelecida no documento Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS: “Planejamento é o momento de tomada de decisões, do estabelecimento das diretrizes e das estratégias, a partir das capacidades e dos recursos (materiais, humanos, tecnológicos, financeiros, etc.) mobilizados e de arranjos institucionais, em função das prioridades de intervenção discutidas para os territórios e sistematizadas na forma dos planos”. (SDT/MDA, 2009, p. 11 e 12).

A Organização implica na criação de espaço com capacidade política de conduzir o diálogo e a negociação entre os interessados, é o movimento dos atores sociais de um território no sentido da organização de uma instância colegiada que se responsabilizará pela elaboração, implementação de estratégias pela promoção de seu desenvolvimento de forma sustentável. “Consiste, portanto, de um espaço político de representação dos interesses dos

atores sociais daquele território e de diálogo e negociação entre a sociedade civil e poderes públicos". (SDT/MDA, 2009, p. 11 e 12). A Coordenação cabe à responsabilidade de fortalecer a institucionalidade com o objetivo da "execução dos planos com a definição de papéis, atribuições e tarefas articuladas com todas as atividades, com a criação ou o fortalecimento de institucionalidades representativas do território". (SDT/MDA, 2009, p. 11 e 12). Implicando na condução das "negociações verticais e horizontais e na preocupação com a capacitação das organizações locais existentes no sentido de fortalecer sua capacidade de intervenção e inserção nos espaços de gestão compartilhada". (SDT/MDA, 2009, p. 11 e 12). Da mesma forma no decorrer do processo há uma demanda objetivando o controle entre os agentes públicos e privados "O controle social busca o equilíbrio dinâmico entre o estado, a Sociedade Civil e o mercado, estabelecendo o controle de um sobre os outros. O processo de monitoramento e avaliação, ao constituir um sistema de informações com indicadores concertados entre os atores, contribui também para este processo". (SDT/MDA, 2009, p. 11 e 12). Neste mesmo proposito sugere avaliação e monitoramento permanente, "a avaliação se refere a momentos de aprofundamento da reflexão sobre os rumos do processo de desenvolvimento e a necessidade de redirecioná-lo". (SDT/MDA, 2009, p. 11 e 12).

Figura 2 - Ciclo de Planejamento e Gestão do TC.



Fonte: MDA/SDT.

A organização dos Territórios da Cidadania coloca-se como perspectiva de projeção de

uma dinâmica produtiva que possibilite alavancar mudanças socioeconômicas, consequentemente promover a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, tendo como diretrizes para a sua realização e concretizar os objetivos, bem como para alcançar os resultados propostos mediante o planejamento territorial, a SDT/MDA, vem dispondo de esforços no sentido de criar as condições, com ações materializadas nas seguintes orientações, definidas no documento. Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS:

> a) Fortalecer a gestão social a partir da organização das instâncias colegiadas territoriais e das redes colegiadas para que possam analisar e melhor compreender sua realidade, intercambiar experiências, fortalecer as práticas e culturas de planejamento, definir processualmente seus projetos estratégicos e exercer um papel central nos processos participativos e democráticos de controle social.
>
> b) Promover ações concretas no sentido do fortalecimento das redes existentes, produtivas e não produtivas, no fortalecimento do cooperativismo solidário, na coesão das entidades e organizações parceiras e na formação de agentes de desenvolvimento.
>
> c) Fomentar as dinâmicas da economia dos territórios, mediante o financiamento e assessoramento aos projetos territoriais, apoiando a ampliação e qualificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os programas de seguro da produção e garantia de safras, os programas de combate à pobreza, programas ambientais, os programas de aquisição de alimentos e, mais recentemente, também o de alimentação escolar. Vem também promovendo intenso debate para a organização das cadeias e sistemas produtivos relativos à agricultura familiar e economia solidária e apostando na ampliação dos sistemas financeiros territoriais.
>
> d) Fortalecer a articulação das políticas públicas por meio de ações com o Programa Territórios da Cidadania, visando à construção de uma proposta concreta de desenvolvimento rural permitindo, sobretudo, o planejamento, a concretização das ações, bens e serviços assim como a qualificação e o controle social. (MDA/SDT, 2009, p. 09).

Desta forma para alcançar o objetivo proposto, superar a pobreza e gerar trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, a partir da integração do conjunto de políticas públicas e dos investimentos previstos direcionados para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades social e regional, o programa se orienta por um tripé em sua gestão, conforme Delgado e Leite (2011, p. 435) “o processo de gestão do Programa Territórios da Cidadania estabelece um tripé: Comitê Gestor Nacional, Comitê de Articulação Estadual e os Colegiados Estaduais. O comitê

Gestor Nacional é formado por representantes dos 22 Ministérios, sendo a coordenação geral executada pelo MDA". Este comitê tem por atribuição aprovar diretrizes, adotar medidas para execução do programa, avaliá-lo e definir novos territórios.

A centralidade do Programa Territórios da Cidadania está organizada em três instâncias de poder, normativas que tem por princípio organizar e direcionar as ações principalmente com o objetivo de facilitar a participação social e desta forma garantir a universalização dos programas básicos de cidadania, conforme destaca Echeverri (2010, p.91), "com base da gestão o PTC, busca construir planejamento desde local, de baixo para cima, de caráter participativo, em consonância com o processo de descentralização das políticas públicas e buscando a auto gestão do território".

Nesta perspectiva o Colegiado Territorial é uma instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento rural sustentável do território. E antes de tudo um espaço de participação social, de representação, articulação e harmonização política que permite a vivência da gestão social de políticas públicas. Segundo, Delgado e Leite (2011, p.435) "os colegiados territoriais são compostos por representantes das três esferas de governo e da sociedade em cada território". E "em comparação com a composição dos territórios rurais, ampliar-se no Programa Território da Cidadania a estrutura desses colegiados". Possuindo formatos jurídicos os colegiados não se constituem como pessoas jurídicas, são espaços políticos considerados de governança, são constituídas de representações da sociedade civil e do poder público Para Delgado e Leite (2011, p.435) eles possuem uma coordenação executiva de composição dos Cedetes do Pronat na qual prevalece a participação de representantes da sociedade civil (em geral com dois terços dos componentes dessas arenas).

O Colegiado Territorial possui as atribuições de caráter deliberativo e/ou consultivo, sendo elas: Avaliar a Matriz de Ações proposta pelo governo; emitir contribuições, sugestões e decisões para elaboração do plano de execução das ações; acompanhar a execução do programa na forma de monitoramento das ações; buscar a solução de entraves à execução de ações; fomentar a integração das diversas políticas pública nos territórios. "Os Colegiados Territoriais vêm sendo construídos desde 2003, como elemento estruturante da implementação da estratégia territorial. Além de identificar as demandas dos territórios e de contribuir para a elaboração dos planos territoriais, os Colegiados exercem a função de controle social da execução do Pronat e do Programa Territórios da Cidadania (PTC)". (SDT/MDA, sem data, p. 16).

Com a missão de apoiar a organização e o fortalecimento institucional os atores locais,

a gestão participativa no desenvolvimento dos territórios rurais busca implementar a integração de politicas públicas, neste aspecto o controle social tem a finalidade de buscar o equilíbrio dinâmico entre as instancias do estado com a sociedade civil e o mercado, segundo a orientação politica “gestão social constitui o elemento central de apoio ao desenvolvimento sustentável com a abordagem territorial, ... Porem, a gestão social é um resultado processual que poderá ser alcançado por esses atores a partir de instrumentos que lhes permitem conhecer, avaliar e agir sobre a realidade”. (SDT, 2014).

Figura 3 – Entendimento e princípios da gestão social.

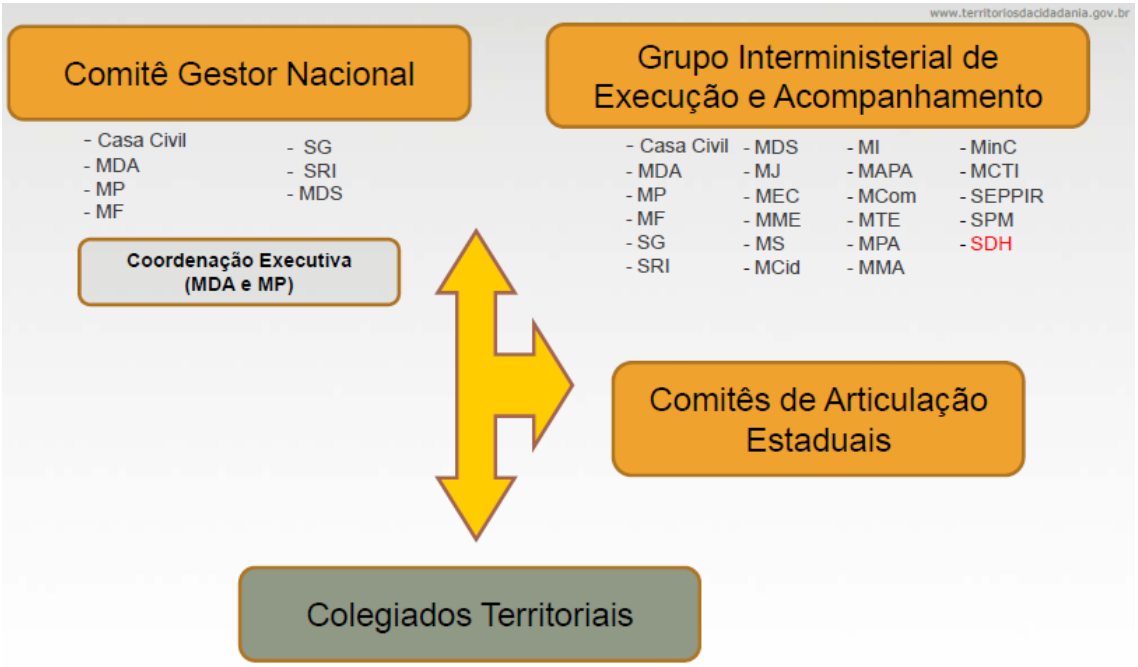
Fonte: MDA/STD.

Os Comitês de Articulação estadual são instituídos enquanto instância intermediaria, de caráter consultivo e propositivo, sua função trata-se de articular órgãos federais, estaduais e representantes dos municípios envolvidos nos territórios. Devendo apoiar a organização e mobilização dos colegiados, fomentar a articulação e integração das diversas políticas pública, entre a matriz de ações federal com programas estaduais e municipais, acompanhar a execução do programa e apresentar sugestões de novos territórios e ações bem como auxiliar na divulgação do programa. SDT/MDA. “Esses novos espaços de representação social e

política formulam, a partir de consensos e pactuações, estratégias das políticas públicas, que se materializam por meio de planos, projetos e ações concretas" (SDT/MDA, sem data, p. 16).

Constituída oficialmente a estrutura de gestão tem como finalidade, conforme a sua concepção, promover uma articulação entre as instancias-nos diferentes níveis de interesses criando condições para que a participação nos processos de tomadas de decisão seja efetivada de forma estratégica e compartilhada, no entanto este grau de organização proposto depende de um entendimento seguido de uma organização entre diferentes interesses, que em nossa avaliação os principais sujeitos as populações mais vulneráveis não terão forças suficientes para participar em condições suficientes para impor os seus projetos.

Figura 4 - Estrutura de Gestão do TC.



Fonte: MDA/SDT.

Concebido de forma estratégica para promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas a partir da participação social e da integração entre governo federal, estadual, municípios e sociedade civil, o PTC trata-se da emergência de uma nova política governamental para enfrentar as desigualdades regionais principalmente no meio rural brasileiro, considerando as potencialidades econômicas, sociais e culturais existentes no país. Para Delgado; Bonnal, Leite (2007, p.24) é a oportunidade dos agricultores acessarem recursos e organizarem-se para a geração de renda e emprego, "a criação de oportunidades para os agricultores possam acessar recursos que lhes permitam organizar-se para gerar renda

e emprego, apoderar-se frente às agencias estatais, ao mercado e aos demais grupos da comunidade ou sociedade civil, acender a direitos sociais básicos de cidadania".

Na medida em que exercitam práticas coletivas que estimulem a solidariedade e a cooperação comprometidas com as possibilidades de conquistas e de valorização. Com este propósito o programa destaca os seguintes elementos conceituais fundantes: o combate às desigualdades e pobreza no meio rural, a construção de uma estratégia territorial e territórios de identidade, consolidação das relações federativas e a integração de políticas públicas. As ações planejadas pelo PTC abrangem três eixos: Apoio as Diversidades Produtivas; Cidadania e Direito; e Qualificação de Infraestrutura. De acordo com Machado (2011, p.59) "O programa possui três eixos, buscando combinar ações de inclusão produtiva, formação de infraestrutura pública e acesso a direitos sociais e à cidadania, ampliando oportunidades de melhoria de condições de vida de populações vulneráveis, parte da qual depende atualmente da rede de proteção social para substituir com um mínimo de dignidade".

E para a execução das ações o programa desdobra em sete temas: Organização Sustentável da Produção; Direitos e desenvolvimento Social; Saúde, Saneamento e acesso à Água; Educação e Cultura; Infraestrutura; Apoio a Gestão Territorial e Ações Fundiárias. (SDT/MDA, 2010, p. 2). Os temas segundo o PTC consistem em realizações concretas direcionadas ao atendimento das demandas organizadas nas seguintes ações. Organização Sustentável da Produção: Financiamento da produção e seguro por meio do (PRONAF); Capacitação, Assistência técnica e extensão rural; Estímulo ao cooperativismo e economia solidária; Apoio à comercialização; Planejamento e organização produtiva (Arranjos produtivos locais); Gestão e educação ambiental.

Ações Fundiárias trata-se de ações concretas de: obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais; Regularização fundiária; Reconhecimento e regularização de terras de comunidades Quilombolas; Desintrução de famílias não-indígenas em terras indígenas; Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Educação e Cultura compreendem as seguintes ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDN) do Ministério da Educação e do Programa "Mais Cultura" do Ministério da Cultura, com o destaque para: Brasil Alfabetizado; Pro Jovens Rural e Urbano; Construção de escolas no campo; Construção de equipamentos para escolas de populações Indígenas e Quilombolas; Bibliotecas rurais; Pontos de cultura.

Direito e Desenvolvimento social consistem em ações concretas na universalização dos programas básicos de cidadania: Bolsa-Família; Políticas de Assistência Social;

Benefícios de prestação continuada; Programa de Documentação Civil a mulheres trabalhadoras rurais.

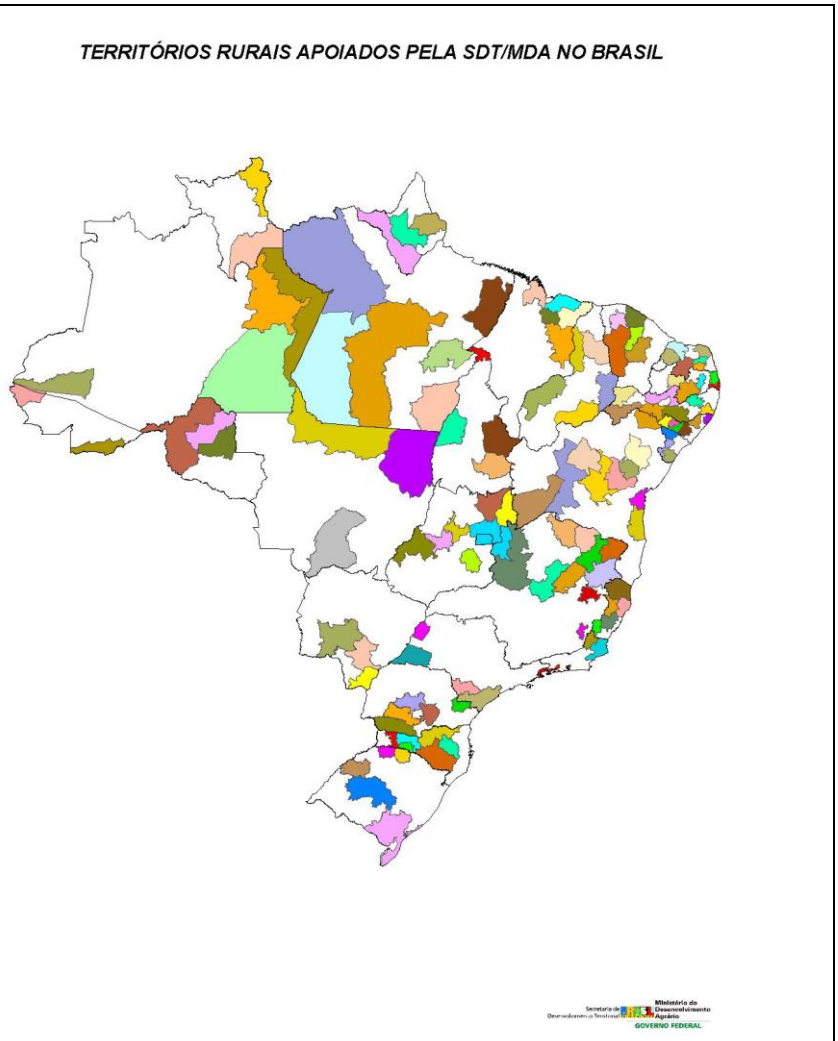
Saúde, Saneamento e Acesso à Água são apresentados ações como: Atenção Básica em Saúde com a estratégia de saúde da família; Farmácia Popular; Brasil Sorridente; Saneamento e abastecimento de Água; Construção de Cisternas; Infraestrutura hídrica.

Apoio à Gestão Territorial dispõe de: Fortalecimento da interlocução com a sociedade e da articulação institucional, com destaque para a elaboração e qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento; Capacitação de agentes e membros do Colegiado Territorial; Articulação de instrumentos de planejamentos Territorial.

Infraestrutura com o objetivo de melhoria da qualidade de vida no meio rural, por meio de: Programa "Luz para Todos" habitação rural e nos centros urbanos dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania (PAC Habitação); Melhoria da infraestrutura e assentamento de reforma agrária. (SDT/MDA).

Para Leite e Wesz Junior (2012, sem paginação) "Apesar de os eixos e de os temas apontarem para as prioridades do programa, são as ações os instrumentos diretos de intervenção, uma vez que os territórios passam a acessar os recursos por meio delas". Desta forma o programa ao desempenhar e executar as ações possibilita a oportunidade de desenvolvimento regional, na medida em que se ampliam a participação da comunidade e dos órgãos públicos locais. A estratégia para promover o desenvolvimento territorial sustentável implica em conceber e coordenar investimentos e ações públicas inovadoras direcionadas aos territórios rurais, com isso beneficiar o conjunto de municípios, principalmente os mais vulneráveis, por meio da articulação e descentralização de programas e políticas com o objetivo de implementar o desenvolvimento no meio rural principalmente em regiões de baixo desempenho econômico e social.

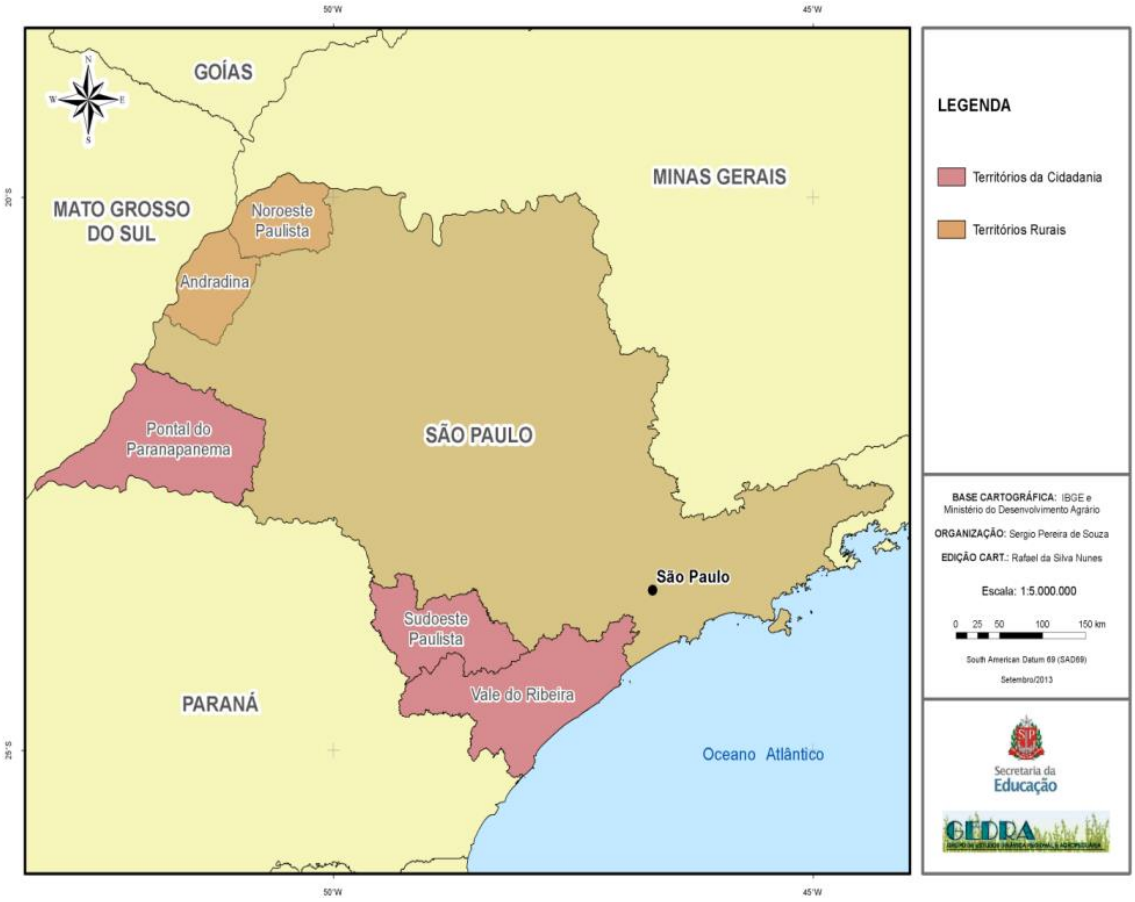
Mapa 1 - Territórios Rurais e Territórios da cidadania no Brasil

Municípios: 1.852 **População:** 42,4 milhões de habitantes **População Rural:** 13,1 milhões 46% do total do País **Agricultores Familiares:** 1,9 milhão de famílias **Assentados da Reforma Agrária:** 525,1 mil famílias **Comunidades Quilombolas:** 810 66% do total do País **Terras Indígenas:** 317 52% do total do País **Pescadores:** 210,5 mil famílias 54% do total do País	

Fonte: MDA/SDT.

No Estado de São Paulo foram criados três Territórios da Cidadania compreendendo Território do Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e o Território Sudoeste Paulista, e os mesmos apresentam características socioeconômicas semelhantes conforme Souza e Hespanhol (2014, p.541) “Os três TC do Estado de São Paulo apresentam características socioeconômicas como problemas agrários, degradação ambiental, baixo dinamismo econômico, falta de regularização fundiária das terras etc., que demanda a implementação de políticas públicas especificamente para a sua solução, ou pelo menos para a minimização desses problemas”.

Mapa 2 - Localização dos Territórios da Cidadania e Territórios Rurais no Estado de São Paulo.



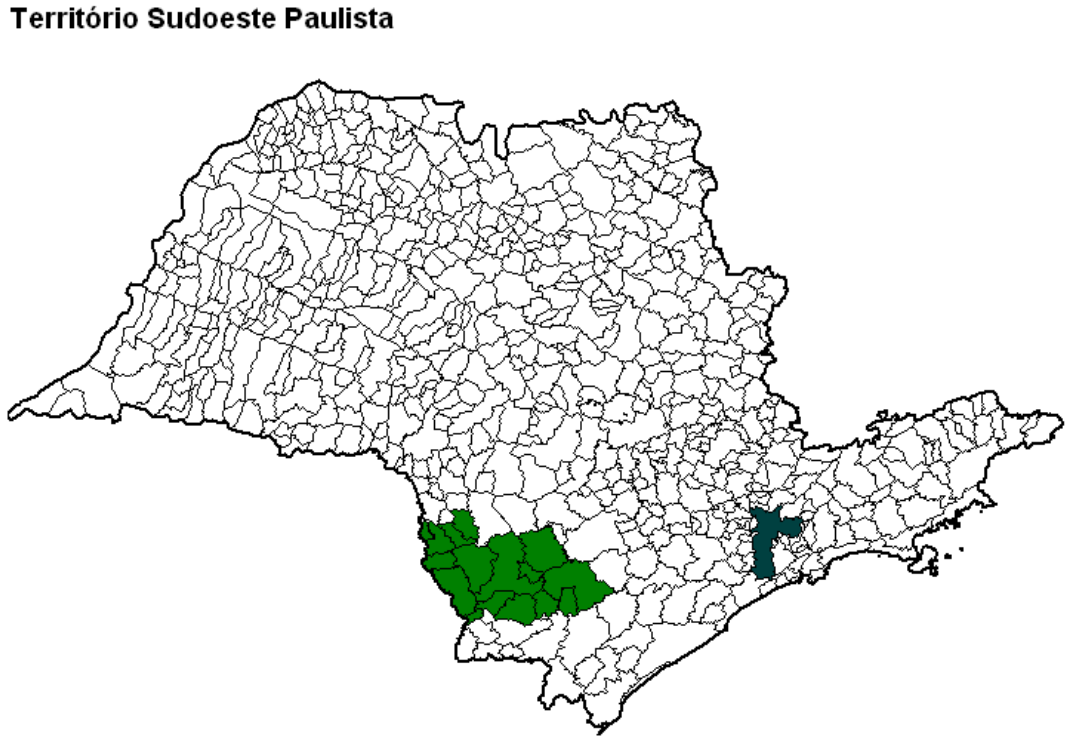
Fonte: http://sit.mda.gov.br/mapa.php?menu=imagem&base=2.

No caso do TC Sudoeste Paulista apesar de sua economia ser tipicamente rural com a predominância da agricultura camponesa o que possivelmente ainda mantém uma base que contribui para a produção de alimentos e para a geração de renda no campo. Segundo Souza e Hespanhol (2014, p.452) “o TC do Sudoeste Paulista, se assemelha muito com o Vale do Ribeira, porém, com maior presença da agricultura familiar e poucas comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores e indígenas). A agricultura realiza com base na economia contribui para geração de atividades remuneradas no campo e para a produção de alimentos consumidos internamente nos territórios”. No entanto mantem-se historicamente um baixo nível de desenvolvimento principalmente em relação ao IDH. Situação agravada para a população que reside no campo, ou mesmo da população que vivem nos pequenos municípios da região. Por estas características está evidente a necessidade de intervenção dos órgãos públicos e o direcionamento de investimentos em infraestrutura social e produtiva, necessariamente voltadas para a população mais vulnerável.

4 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO-HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO ATUAL

Em nossa pesquisa realizamos uma análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista, localizado na região Sudoeste do Estado de São Paulo a aproximadamente trezentos quilômetros da capital paulista, abrangendo uma área de 10.730 km^2 e composto por 16 municípios: Barão de Antonina, Buri, Itapeva, Itaberá, Itaporanga, Itararé, Taquarituba, Bom Sucesso de Itararé, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Nova Campina, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, e Taquarivai, cidades situadas entre a Região do Vale do Ribeira e a divisa com o estado do Paraná. Geograficamente o território está situado em uma faixa de transição entre Sul e Sudeste o país.

Mapa 3 - Localização do Território da Cidadania no Estado de São Paulo



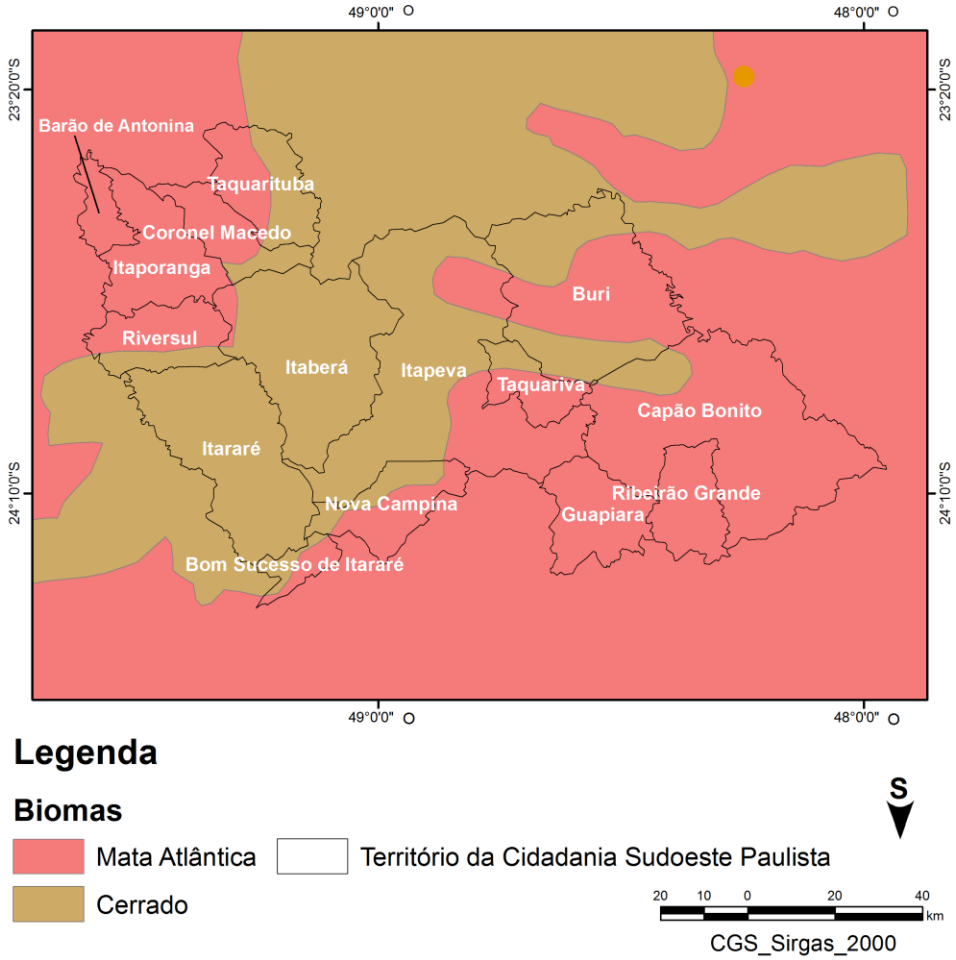
Fonte: AFONSO, L. do A. (2010)

A população total do território é de 330.332 habitantes, dos quais 76.396 vivem na área rural, o que corresponde a 23.13% do total residentes em comunidades camponesas,

assentamentos, quilombolas e indígenas. Fonte Sistemas de Informações Territoriais (http://sit.mda.gov.br).

Sua vegetação conta com uma excepcional biodiversidade de flora e fauna devido ao encontro harmonioso do cerrado com os campos gerais, já característicos da região sul do Brasil, sendo que boa parte da região era coberta pela mata atlântica. Resende (2011, p.15) "A cobertura vegetal nativa remanescente é de um pouco mais de 20% da área do Território, abrangendo dois Biomas, Cerrado e Mata Atlântica e formações de contato entre estes". O mapa dos biomas brasileiro indica a composição vegetal do Território.

Mapa 4 - Destaca a presença dos Biomas. Mata Atlântica e Cerrado nos municípios do TC Sudoeste Paulista.



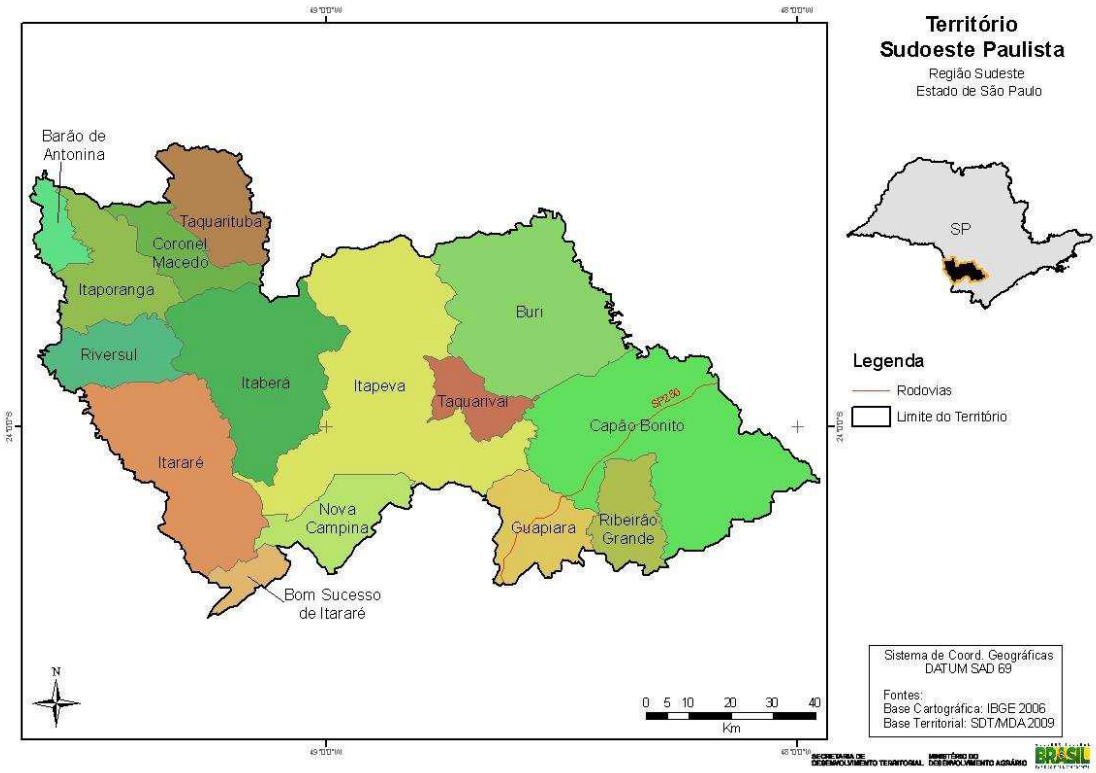
Fonte: Autoria própria.

Possuindo um excelente clima da região subtropical, com temperatura média anual entorno de 25ºC. No inverno, porém, as temperaturas baixam chegando a atingir a média de 10ºC. "O clima do Território pode ser classificado, de um modo geral, como tropical úmido

com ligeira variação entre as regiões mais interior e a serra de Paranapiacaba, o período mais chuvoso vai de setembro a março, sendo agosto o mês mais seco". (RESENDE, 2011, p. 14).

O território é possuidor de grande disponibilidade de recursos hídricos superficiais, conforme o Plano de Bacia são superiores à demanda. Atualmente a irrigação é um das maiores demandas de uso de água na bacia do Paranapanema. O território do Sudoeste Paulista está inteiramente inserido na Bacia do Alto Paranapanema, que corresponde à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) nº 14, do Sistema de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Dentre os principais rios destacam-se o Itararé, Taquari, Apiaí-açu e o próprio Paranapanema. (PTDRS, 2011). Conta com relevo e solo, de boa qualidade, propícios para atividades da agricultura e pecuária, também formadas por muitas riquezas no subsolo com jazidas de minérios. Resende. "Quantos aos solos, as principais classes encontradas são solos com horizonte B textural (Argissolos) solos com horizontes B (Latossolos e Nitossolos). No geral apresentam restrições médias em termos de fertilidade e potência de erosão" (RESENDE, 2011, p. 14).

Mapa 5 – Municípios que compõe o TC Sudoeste Paulista



Fonte: SDT/MDA, 2009;

Porém, convive com uma contradição: historicamente a região é conhecida como

ramal da fome, pois o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos mais baixos do Estado de São Paulo. Segundo Resende (2011, p.24) “Todos os municípios do Território Sudoeste apresentam Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média do Estado de São Paulo, em todos os seus componentes: educação, longevidade e renda (com a única exceção de Itapeva, cujo índice da longevidade, ligeiramente maior que a média estadual)”.

Tabela 1 - Indicadores Sociais: Índice de Gení e IDH.

Lugar	Índice de Gini (2010)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Barão de Antonina (SP)	0,47	0,711	0,676	0,82	0,649
Bom Sucesso de Itararé (SP)	0,44	0,66	0,605	0,775	0,613
Buri (SP)	0,5	0,667	0,642	0,799	0,578
Capão Bonito (SP)	0,5	0,721	0,675	0,826	0,671
Coronel Macedo (SP)	0,45	0,69	0,653	0,811	0,619
Guapiara (SP)	0,55	0,675	0,634	0,806	0,602
Itaberá (SP)	0,5	0,693	0,652	0,803	0,636
Itapeva (SP)	0,53	0,732	0,702	0,803	0,697
Itaporanga (SP)	0,53	0,719	0,681	0,835	0,653
Itararé (SP)	0,48	0,703	0,668	0,803	0,649
Nova Campina (SP)	0,47	0,651	0,598	0,799	0,577
Ribeirão Branco (SP)	0,46	0,639	0,592	0,797	0,553
Ribeirão Grande (SP)	0,41	0,705	0,643	0,807	0,676
Riversul (SP)	0,5	0,664	0,634	0,799	0,577
Taquarituba (SP)	0,48	0,701	0,7	0,811	0,606
Taquarivaí (SP)	0,43	0,679	0,617	0,811	0,626
Total Território *		0,704	0,671	0,803	0,647
São Paulo	0,56	0,783	0,789	0,845	0,719

Fonte: PNUD, Atlas Brasil, 2010.
* Dados adquiridos a partir da ferramenta de agregação das espacialidades do Atlas Brasil.

A região onde se localiza o Território Sudoeste Paulista é historicamente marcada por um tipo de desenvolvimento, cujas características combinam degradação ambiental com alto grau de concentração de renda, apesar da presença de extensas áreas com lavouras florestas e agroindústrias a região é possuidora do menor índice de desenvolvimento socioeconômico e humano do Estado de São Paulo, conforme destaca Favareto (2007):

> A região Sudoeste Paulista caracteriza-se por ser uma das regiões de pior desenvolvimento humano do estado de São Paulo e também do País. Apesar da sua antiga colonização, marcada pela importante rota dos tropeiros que

> vinham do Sul para São Paulo, essa trajetória histórica não proporcionou a região ciclos de desenvolvimento virtuosos, mas sim um tipo de desenvolvimento cujas consequências são marcadas pela degradação ambiental e enorme concentração da renda. A região e conhecida como "ramal da fome", por ser a região mais pobre do estado de São Paulo, apesar da presença de grandes lavouras florestas e agroindústrias. (FAVARETO, 2007, p. 6).

A cultura e tradição da região são bastante diversificadas, a população é constituída por uma mistura de raças na qual faz parte, os paulistas naturais da região com traços indígenas, os migrantes do Sul e do Nordeste do Brasil, mas conta também com a presença de migrantes europeus, é uma população bastante empobrecida e pouco desenvolvida do ponto de vista econômico e social.

A sua economia é baseada na exploração da agricultura, da pecuária de leite e de corte e da exploração madeireira para exportação. Sendo que esta produção é enviada para abastecer as indústrias de outras regiões como Sorocaba, Campinas e da grande São Paulo.

Apesar do predomínio do setor de serviços, em sua composição observa-se o importante papel da agropecuária para a economia da maioria dos municípios do Território, situação bastante acima da média do Estado de São Paulo.

Observa-se que há uma boa diversificação da produção agrícola, silvicultura e pastoril no Território, destacando-se a produção de grãos, pecuária e hortaliças. A Tabela a seguir indica de forma resumida dados do Território e do Estado. (RESENDE, 2011).

Tabela 2 - Valor Adicionado Total, PIB Total, PIB per capita – 2007.

Valor Adicionado (VA) - R$	Território		Estado de São Paulo	
	Total	%	Total	%
Agropecuária	611,65	20,44	14956,57	1,97
Indústria	442,04	14,77	225125,1	29,62
Serviços - Adm. Pública	536,13	17,91	67321,89	12,94
Serviços Total	1939,41	64,8	67321,89	68,41
Total	2993,11	100	519980,8	100
PIB	3246,53		90278427	
PIB per capita	9899,48		22667,25	

Fonte: Fundação Seade; IBGE, 2007.

Porém, este tipo de economia não traz nenhum benefício para a população local, mesmo com o PIB crescente há problemas sociais, pois se trata de um modelo concentrador dos meios de produção e do capital, tornando a situação do trabalho e da distribuição da renda

muito precária, apesar de uma forte presença de mão-de-obra no campo, predominando uma situação geopolítica e econômica totalmente diferente do restante do Estado. Apesar de estar localizado no estado mais desenvolvido do país e de sua proximidade com as regiões metropolitanas de Curitiba e São Paulo e também de Sorocaba o "Território ficou relativamente excluído dos processos de desenvolvimento econômico e urbanização ocorridos no restante do Estado. O Sudoeste representa cerca de 4,3% da área total e 0,82% da população do Estado de São Paulo". (RESENDE, 2011, p. 13).

Fatos comprovados pela distribuição populacional, conforme dados coletados pelo IBGE em seu censo realizado no ano de 2010, aponta que a população rural no Estado de São Paulo é em média de 4%, enquanto que na região Sudoeste (SP) ainda vivem aproximadamente 23% da população no campo, o território é composto por pequenos municípios com média populacional de aproximadamente vinte mil habitantes, possuindo baixa infraestrutura social, principalmente para os residentes nas pequenas vilas e na área rural. A tabela abaixo destaca a população rural e urbana.

Tabela 3 – População Total, Rural e Urbana (valores absolutos e relativos), Área e Densidade Demográfica dos municípios o Território do Sudoeste Paulista.

População						**Área total (km²)**	**Densidade demográfica (hab/km²)**
Município	**Total**	**Urbana**	**%**	**Rural**	**%**		
Barão de Antonina	3 116	1 913	61,39	1 203	38,61	153,1	20,35
Bom Sucesso de Itararé	3 571	2 430	68,05	1 141	31,95	133,6	26,73
Buri	18 563	14 992	80,76	3 571	19,24	1 195,9	15,52
Capão Bonito	46 178	37 824	81,91	8 354	18,09	1 640,2	28,15
Coronel Macedo	5 001	3 865	77,28	1 136	22,72	303,9	16,45
Guapiara	17 998	7 233	40,19	10 765	59,81	408,3	44,08
Itaberá	17 858	12 139	67,98	5 719	32,02	1 082,1	16,50
Itapeva	87 753	73 956	84,28	13 797	15,72	1 826,3	48,05
Itaporanga	14 549	11 033	75,83	3 516	24,17	507,7	28,66
Itararé	47 934	44 270	92,36	3 664	7,64	1 003,6	47,76
Nova Campina	8 515	5 762	67,67	2 753	32,33	385,4	22,10
Ribeirão Branco	18 269	9 293	50,87	8 976	49,13	697,5	26,19
Ribeirão Grande	7 422	2 344	31,58	5 078	68,42	333,4	22,26

Riversul	6 163	4 492	72,89	1 671	27,11	386,2	15,96
Taquarituba	22 291	19 579	87,83	2 712	12,17	448,4	49,71
Taquarivaí	5 151	2 811	54,57	2 340	45,43	231,8	22,22
Total	330332	253 936	76,87	76 396	23,13	10 737	30,76

Fonte: Censo 2010, IBGE, 2011.

Todavia o desenvolvimento das forças produtivas mantém-se travadas por "normas, costumes, rotinas, relações de poder, práticas comerciais, que decorrem das relações entre as classes proprietárias e a população do campo" (SAMPAIO, 2013, p. 93). Decorrente de uma situação fundiária composta por grandes latifúndios que sustenta mecanismo de exploração de riquezas através da produção de matéria-prima para a grande indústria agropecuária e da madeira, mas também existe significante quantidade de comunidades camponesas, que ainda resistem com a pequena e média propriedade, áreas com pequenas posses, comunidades de quilombolas e assentamentos de reforma agrária e do crédito fundiário.

Quanto à sua dinâmica populacional, o Sudoeste Paulista apresenta características acentuadas de um território rural em torno de um pequeno pólo semi-urbano (Itapeva), que pode ser classificado como um município ambivalente rural-urbano. Os demais municípios têm características predominantemente rurais. O TC define-se por características demográficas diferenciadas, sendo a sua composição menos urbanizada, com densidade demográfica apresentando taxas de crescimento menores que a média do estado de São Paulo.

Como já afirmamos acima, segundo o censo do IBGE ano 2010, cerca, de 23% da população da região, onde está localizado o Território da Cidadania do Sudoeste Paulista, reside na zona rural. Esta população é formada pelos pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros, pequenos posseiros, comunidades de quilombolas e os assalariados temporários, também fazem parte da população os assentamentos de reforma agrária e os beneficiários do Programa Banco da Terra, que é um fundo de caráter nacional previsto constitucionalmente para financiar a compra de terras a trabalhadores rurais. Desta forma temos que considerar que as pequenas e médias propriedades, bem como a agricultura camponesa, têm presença marcante na produção agropecuária e na geração de emprego e renda nos municípios da região, desempenhando um papel importante na economia local, como podemos verificar em Resende (2011, p.23). "O Território Sudoeste apresenta grande número de agricultores familiares (Tabela). Com uma comunidade quilombola reconhecida (o Quilombola do Jaó em Itapeva). Não existem Terras Indígenas demarcadas, porém mais recentemente a presença de três comunidades indígenas Guarani no Território (duas em Barão

de Antonina e uma em Itaporanga) vem gerando conflitos referentes à posse da terra".

Tabela 4 - Populações Presentes nos Municípios do Território.

Município	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Pescadores	Terras Indígenas	Quilombolas
Barão de Antonina (SP)	154	0	3	0	0
Bom Sucesso de Itararé (SP)	66	0	0	0	0
Buri (SP)	245	0	0	0	0
Capão Bonito (SP)	497	0	0	0	0
Coronel Macedo (SP)	220	0	0	0	0
Guapiara (SP)	742	0	0	0	0
Itaberá (SP)	1166	203	0	0	0
Itapeva (SP)	328	212	3	0	1
Itaporanga (SP)	936	0	3	0	0
Itararé (SP)	697	0	1	0	0
Nova Campina (SP)	72	0	0	0	0
Ribeirão Branco (SP)	955	0	0	0	0
Ribeirão Grande (SP)	421	0	0	0	0
Riversul (SP)	273	0	15	0	0
Taquarituba (SP)	686	0	0	0	0
Taquarivaí (SP)	102	0	0	0	0
Total Território	7560	415	25	0	1

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2005/2006; MDA/INCRA/SIR, 2007.

Sua paisagem é composta predominantemente de pequenas e médias unidades de produção, no entanto coexistindo contraditoriamente com os grandes latifúndios de pecuária extensiva, grandes áreas de reflorestamento com pinos e eucaliptos, para fins comerciais, da mesma forma com as grandes extensões agricultáveis, áreas com cultivo da monocultura de soja, milho e trigo no inverno. Os municípios do território se diferenciam pelas distintas formas de ocupação do território ao considerar os estabelecimentos familiares e patronais (em geral latifúndios com grandes áreas). Notadamente o fator da natureza é utilizado para o efeito desta diferença, considerando que o relevo das terras é determinante para a concentração dos seus ocupantes, ou seja, as áreas com relevo mais suave, propícios a utilização de máquinas, são ocupados quase sempre por médios e grandes estabelecimentos patronais. As áreas com relevo mais acidentados, que se direcionam para a região do Vale do Rio Ribeira, estão os pequenos estabelecimentos de caráter familiar, desta forma possuem a maior parte da sua extensão ocupada por agricultores camponeses que dedicam a atividades produtivas mais

diversificadas, inclusive para o consumo próprio. No entanto. “Isto não significa dizer que há um apartamento entre esses dois setores, até porque, mesmo nas regiões de grandes produtores, existem colônias, bairros ocupados por estabelecimento familiares. Porém, a maior parte da extensão do território, onde o relevo torna-se um limitante para a mecanização é onde se concentra a agricultura familiar”. (BRASIL, 2007, p. 19). Fotos a seguir ilustram a paisagem, agricultura familiar e agronegócio.

Foto 1 - Paisagem, agricultura familiar e do agronegócio.

Fonte: Autoria própria.

O TC Sudoeste Paulista, mesmo sendo dotado de municípios com grande extensão territorial, apresenta vazios demográficos devido à presença de vastas áreas ocupadas pelos latifúndios.

A estrutura fundiária não é diferente do contexto nacional, o território também traz em sua trajetória a raiz latifundiária, e uma estrutura fundiária mal resolvida, como podemos visualizar nas tabelas a seguir, 55% da área do território em hectares, pertencem as grandes propriedades, enquanto que 45% do território estão distribuídos nas medias, pequenas propriedades e os minifúndios.

Tabela 5 - Número de imóveis rurais no TC Sudoeste Paulista.

Município	Total	Grande Propriedade	Média Propriedade	Pequena Propriedade	Minifúndio	Não Classificado (1)
Barão de Antonina	385	2	25	171	182	5
Buri	819	65	185	332	228	9
B. Sucesso De Itararé	106	7	38	41	18	2
Capão Bonito	2045	114	242	696	961	32
Coronel Macedo	451	16	76	202	152	5
Guapiara	1517	50	80	437	862	88
Itaberá	1444	58	194	581	569	42
Itapeva	2324	115	260	660	1234	55
Itaporanga	998	11	90	416	472	9
Itararé	1147	42	112	478	500	15
Nova Campina	329	30	42	101	145	11
Ribeirão Branco	1044	51	154	428	387	24
Ribeirão Grande	496	15	25	103	342	10
Riversul	597	15	60	266	250	6
Taquarituba	1044	23	110	413	494	4
Taquarivaí	143	8	25	51	58	1

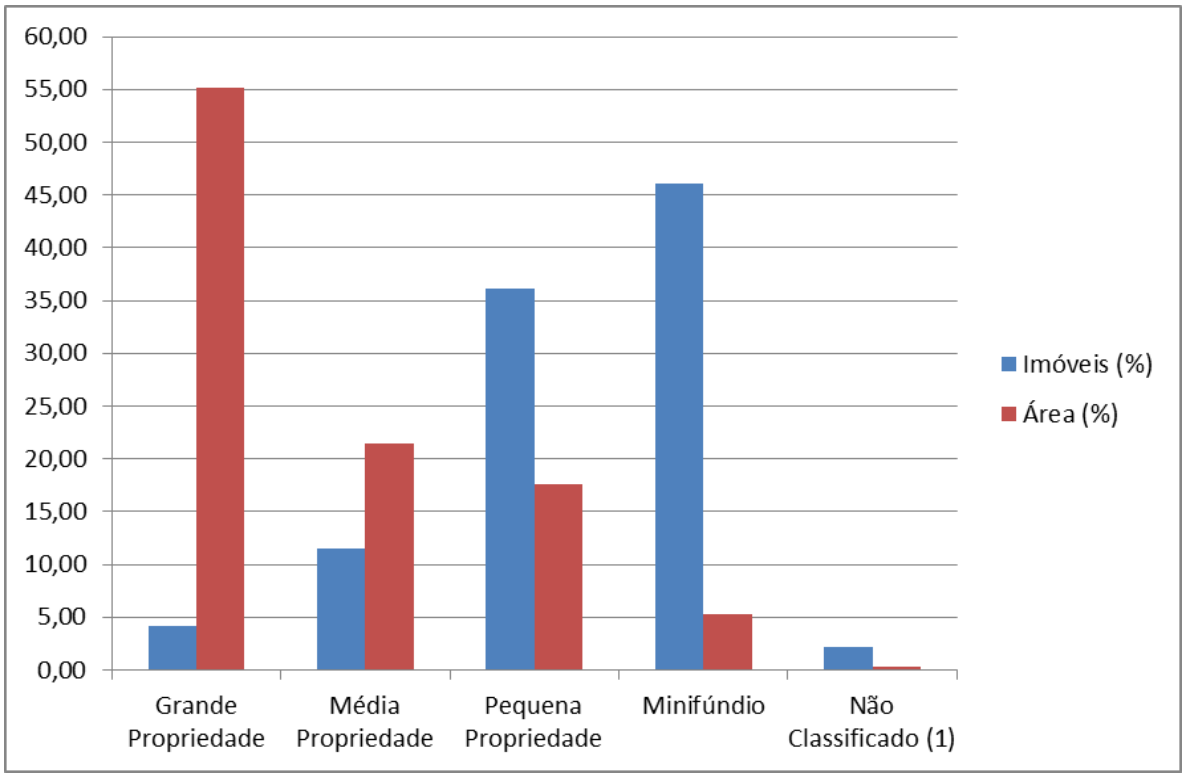
Fonte: Incra, 2006. Organização própria.

Tabela 6 - Somatório das áreas das propriedades do TC Sudoeste Paulista.

Município	Total	Grande Propriedade	Média Propriedade	Pequena Propriedade	Minifúndio	Não Classificado (1)
Barão de Antonina	11.801,60	678,7	3.202,20	6.144,50	1.727,20	49,00
Buri	108.410,70	62.551,20	30.008,80	13.411,30	2.439,40	0,10
B. Sucesso De Itararé	11.639,80	3.973,00	5.580,40	1.839,30	199,90	47,20
Capão Bonito	224.597,10	165.515,00	27.844,00	22.776,00	6.944,50	1.517,60
Coronel Macedo	31.654,20	10.529,30	11.300,40	8.188,70	1.570,60	65,20
Guapiara	72.896,30	45.859,90	9.961,60	11.774,90	5.267,30	32,60
Itaberá	106.668,30	53.825,00	25.331,80	21.260,20	5.752,30	499,00
Itapeva	173.301,90	98.515,90	38.718,40	25.383,30	10.386,70	297,60
Itaporanga	41.854,40	8.032,80	12.774,00	16.158,70	4.857,50	31,40
Itararé	116.061,10	75.778,90	16.982,60	18.545,50	4.710,90	43,20
Nova Campina	27.838,90	16.454,00	6.140,20	3.945,00	1.236,40	63,30
Ribeirão Branco	57.684,50	22.699,90	18.632,90	13.128,50	3.035,50	187,70
Ribeirão Grande	22.190,60	13.340,10	2.773,10	3.150,60	2.176,60	750,20
Riversul	32.744,30	11.004,90	8.571,90	10.576,80	2.590,70	0,00
Taquarituba	46.171,10	9.952,70	15.033,80	16.025,80	5.069,30	89,50
Taquarivaí	14.240,30	8.133,10	3.760,00	1.864,30	472,40	10,50

Fonte: Incra, 2006.
Organização própria.

Grafico 1 - A distribuição em % dos imóveis e da área.



Fonte: Incra 2006, organização própria.

Fruto desta origem social, o contraste se reproduz nas condições socioeconômicas devido à existência de grandes empreendimentos agroindustriais, dispondo de grandes aportes de capital financeiro, utilizando tecnologias de ponta, e todas as condições para garantir altas produtividades, almejando um alto grau de lucratividade, explorando a renda da terra e os recursos naturais. Segundo (PTDRS, 2011) dentre as principais cadeias produtivas no meio rural destacam-se: silvicultura (Pinus e Eucalipto, para a produção de celulose, serraria e energia), produção de grãos (com e redução da importância do feijão e o avanço das grandes lavouras de soja mais tecnificadas), pecuária de corte e leite, olericultura (convencional e orgânica). Dentre as atividades produtivas emergentes destacam-se: apicultura, piscicultura, criação de animais de pequeno porte (em especial suinocultura), agroindústria artesanal e turismo.

No entanto a população em geral, principalmente os trabalhadores camponeses, agricultores e os assalariados, que depende do trabalho no campo, são sujeitos às mais degradantes condições, no desenvolvimento econômico, social e cultural, precariedade nas relações de trabalho, baixos rendimentos, poucas ou nenhuma infraestrutura social, como saúde, educação, moradia e saneamento básico.

A organização social e a correlação de forças entre os interesses de classe apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, ainda e perceptível à manutenção de traços conservadores devido à origem da formação sociopolítico da região sudoeste do Estado de São Paulo, onde se localiza o TC Sudoeste Paulista. No território observa-se a organização das forças sociais com características populares bastante dispersas, contexto que evidencia de forma generalizada tanto no campo quanto na cidade. No entanto, ouve um aumento significativo de entidades socioeconômicas principalmente de cooperativas e associações dos agricultores familiares com objetivos apenas econômicos que não deixa de ser um avanço, principalmente atuando como instrumento para execução das políticas pública.

Entretanto, as forças de caráter sociopolítico atuante na região destacam-se: A Federação da Agricultura Familiar (FAF), possuindo base sindical atualmente em quase todos os municípios, os Sindicatos da Agricultura Familiar (SINTRAF), no entanto a sua atuação se limita na organização de parte dos agricultores familiares;

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está presente na organização dos assentamentos e acampamentos, e que apesar de fazer parte de uma organização nacional, no caso da região também se limita na articulação de seus territórios com dificuldade de ser uma expressão política regional;

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ligados a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FERAESP) é possuidor de uma estrutura sindical mais antiga, no entanto apesar de contar com sede praticamente em todos os municípios, defrontam com uma serie de fragilidade no campo organizativo, no que tange principalmente nos aspectos relacionados à organização da produção, além de ter dificuldades na organização de sua base social.

Para além destas instituições de caráter regional nota se a presença de outros grupos que atuam de forma pontual nos municípios ou comunidades, como é caso da comunidade de quilombolas do Jaó, e esporadicamente grupos de mulheres e jovens. Contudo apesar destas forças estarem distribuídas no território não existe uma articulação entre elas, o processo organizativo bem como sua atuação no campo da política se dá de forma isolada, limitando a possibilidade de um enfrentamento das forças conservadoras local.

Todavia a realidade do território é marcada por processos de lutas e resistência, as forças populares hoje existentes são frutos de iniciativas históricas dos camponeses. A luta pela a posse da terra seja para se reproduzir na condição de camponês como é o caso dos pequenos posseiros que expõem sua resistência na luta para garantir a permanecia em suas

comunidades rurais a qual fazem parte a dezenas de anos, ou seja, os pequenos arrendatários que buscam a sua renda com a produção agrícola, exemplo dos plantadores de feijão que historicamente lutaram para manter-se no campo na condição de camponês, não diferente a organização das famílias de trabalhadores sem terra que realizam suas lutas com a ocupação de terras principalmente os latifúndios e as terras públicas como e o caso da fazenda Pirituba onde esta localizado Assentamento Pirituba II nos municípios de Itapeva e Itaberá.

Desta forma, embora em condições relativas o território mantem diferenças em relação a outras regiões do Estado de São Paulo, não só pela questão do relevo, clima e vegetação, como defende alguns teóricos, mas devido aos processos de resistência histórica da população. A marca pejorativa imposta pela sociedade capitalista, para a região como a mais pobre do estado, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) comparado ao do nordeste, expressa a conflitualidade de interesses, se para o desenvolvimento do capital trata-se de um espaço atrasado, devido a não existência de estruturas produtivas e o baixo desenvolvimento econômico. Para a população local pode ser uma grande virtude, evidenciada na manutenção de suas raízes culturais, bem como na preservação do ativo ambiental, embora com limitações nos aspectos da distribuição de renda e mal atendidas pelos serviços públicos.

Contudo, em campos opostos se posicionam as forças conservadoras, há também uma mobilização do setor empresarial, associações do comércio, sindicatos patronais, fundações principalmente os meios de comunicação, atuando como forças políticas com o objetivo de promover mudanças na estrutura socioeconômica da região, mas manter a emblemática característica dominante para a realização da reprodução social. Estas forças são possuidoras de um poderio político ideológico capaz de impor uma hegemonia no território e um sentimento no censo comum na sociedade, pensamento que vislumbra esforços coletivos para redirecionar o potencial existente na região para um desenvolvimento em busca da "modernidade" do mundo globalizado, em síntese a expansão e consolidação do modelo que aprofunda as desigualdades sociais, privilegiando concentração de riquezas e da concentração dos meios de produção no caso pelas empresas do agronegócio.

Pensamento que resume a matéria do jornal, O Estado de São Paulo, a Região do Sudoeste Paulista está mudando:

> A força do agronegócio está mudando o perfil do Sudoeste Paulista, uma das regiões mais pobres do Estado, no passado conhecida como "ramal da Fome" por causa dos índices e miséria. O dinheiro criado

> no campo movimenta o comércio urbano e atrai novos investimentos, criando empregos. Com arrecadação maior, as prefeituras investem em obras e serviços que influem nas condições de vida dos moradores. A média do Índice de Desenvolvimento Humano, que mede a qualidade de vida, embora ainda esteja abaixo de regiões como Campinas e Ribeirão Preto, deu um salto significativo nos últimos anos (TOMAZELA, 2004, s/ pag.).

Com este quadro, no Território da cidadania Sudoeste Paulista ocorreu significativas mudanças, principalmente no decorrer das últimas décadas (2000/10), com a intensificação do modelo de agricultura capitalista personificado no agronegócio, caracterizando transformação na paisagem imposta por uma nova dinâmica produtiva com a crescente instalação de grandes empresas do ramo da agroindústria consequentemente o aumento da concentração da terra, intensificando a exploração dos recursos naturais bem como aumentando o grau de subordinação do território aos interesses do capital.

Dentro das condições contemporâneas o TC Sudoeste Paulista vivencia um intenso processo de transformações, pressionado pela demanda social, o desenvolvimento local representa de alguma forma a integração econômica com o contexto estadual e nacional. Há um grande esforço político administrativo das forças sociais, com o objetivo de elevarem o desenvolvimento social e econômico da região ao patamar de outras regiões do estado de São Paulo.

Nesta perspectiva, há um intenso processo para superar a condição de região deprimida, embora com um potencial para as atividades econômicas sobre tudo com a produção agrícola e mineral, mas, no entanto verifica-se a necessidade de um empenho maior dos agentes públicos voltada para as demandas local.

Entre os vários projetos demandados pelo território, atualmente conta com as seguintes realizações, criação da 16ª Região Administrativa de Governo do Estado de São Paulo, a nova unidade administrativa, com sede no município de Itapeva, comporta 32 municípios, seu objetivo e garantir investimentos nas áreas social e produtiva direcionado para o desenvolvimento da região. Também já em funcionamento duas universidades, ambas com finalidade de promover o desenvolvimento, principalmente no meio rural.

Mapa 6 – 16ª Região administrativa do Estado de São Paulo.

Fonte: Consad Sudoeste Paulista, 2015.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Itapeva, a qual conta com os cursos, engenharia industrial madeireira e engenharia de produção. A Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), campus de Buri, o projeto campus Lagoa do Sino, já oferece os cursos de engenharia agronômica, engenharia de alimentos e engenharia ambiental.

Constata-se também uma forte presença de órgão governamental direcionado para o desenvolvimento no meio rural, com atuação no campo da pesquisa e assistência técnica, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, também vem desempenhando papel importante na região contando com a atuação no polo de desenvolvimento tecnológico do agronegócio, através da Agência Paulista de Tecnologia do agronegócio (APTA). Estas instituições estatais atuam no sentido melhorar o acesso a novos

conhecimentos tecnológicos por meios de estudos da pesquisa, realizar diagnósticos e elaborar projetos, com a finalidade de garantir a condição necessária para os novos investimentos no sistema produtivo.

Segundo o diretor do Sindicato Rural de Itapeva N, R, O:

> [...] é necessário reconhecer que existe um conjunto de politicas públicas no âmbito do governo federal e estadual direcionadas para a agricultura da região. O programa micro bacias do governo do Estado de São Paulo, financiado pelo Banco Mundial e o mais qualificado programa de incentivo a agropecuária na Região Sudoeste Paulista. (Entrevista realizada em 10/2015).

Evidentemente está nova fase de desenvolvimento das forças produtivas no TC Sudoeste Paulista, conta com a parceria entre instituições públicas e privadas no sentido de aperfeiçoar os investimentos com o objetivo de melhorar a organização produtiva e assegurando aporte financeiro para as empresas privadas do ramo do agronegócio, mas também de agentes públicos como é o caso do Banco do Brasil e outras instituições financeiras estatais. Consequentemente organizar o espaço para os novos capitais no campo o TC Sudoeste Paulista.

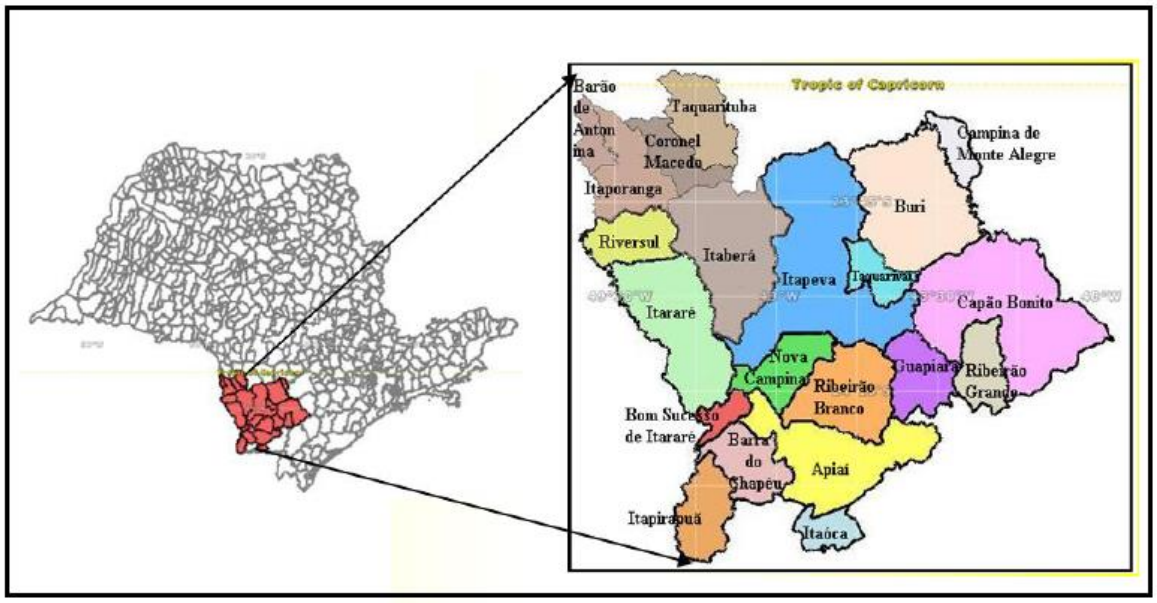
5 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A GESTÃO DO (CONSAD) TC SUDOESTE PAULISTA

Neste capítulo realizamos uma análise das politicas públicas sob a gestão do CONSAD, no TC Sudoeste Paulista. Para este fim buscamos informações pertinentes ao estudo, utilizando como metodologia a pesquisa de campo, com consulta documental e entrevistas com os sujeitos envolvidos, procedimentos adotado com o objetivo de identificar os processos de planejamento no âmbito das politicas públicas e as ações executadas e seus efetivos resultados para a coletividade no local. Da mesma forma, trazer as avaliações dos vários seguimentos que atuam no território, e seus respectivos entendimentos sobre os gargalos encontrados para a efetivação das políticas, bem como as perspectivas e desafios que a organizações apontam para o futuro.

No Território da Cidadania Sudoeste Paulista, a gestão das políticas pública está sob a responsabilidade do Consorcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD). Formalizada em 2003, a partir da iniciativa do Governo Federal, no âmbito do

programa Fome Zero, executado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSAD, ITAPEVA, 2015). Constituído juridicamente em julho de 2004, por meio de processo decisório participativo e democrático. Em 05 de janeiro de 2005, foi reconhecido como território estratégico para as políticas de desenvolvimento territorial executada pela SDT/MDA. (BRASIL, 2007).

Mapa 7 – Municípios que participam do Consad Sudoeste Paulista.



Fonte: Consad Sudoeste Paulista, 2015.

O CONSAD é uma associação entre municípios da região do Sudoeste Paulista, com a participação do poder público local e da sociedade civil, composta e integrada por representações do governo do estado das prefeituras e de organizações da sociedade civil, Sindicatos, Associações e Cooperativas, a assembleia do colegiado e composta por 6 representantes por município sendo (4 da sociedade civil e 2 do poder público) com direito a voto. (CONSAD, ITAPEVA, 2015).

> As dinâmicas adotadas pelo CONSAD dão espaço à participação popular, permitindo que se evolua para arranjos institucionais com gestão compartilhada de assuntos de interesses público e auto-gestão de seus planos de desenvolvimento, possibilitando a formação e o fortalecimento de redes sociais de cooperação no território. (BRASIL, 2007, p. 2).

O CONSAD constitui uma instituição de caráter propositivo, com finalidade em identificar as demandas de projetos com o objetivo de consolidar ações geradoras de trabalho e renda, promovendo assim a inclusão social das comunidades atendidas. E para alcançar seus objetivos propõe ser uma instância de convergência e proposição das políticas pública nas três esferas de governo. Apoiar programas que visam o desenvolvimento regional desenvolvidas por entidades privadas, universidades e terceiro setor, devendo ser um instrumento articulador capaz de fazer a ponte entre a sociedade civil e o poder público, constituindo assim um ambiente favorável a discussão e planejamento em busca de soluções ao desenvolvimento no território. De acordo com o relatório (BRASIL, 2007),

> O arranjo institucional existente no território que contribuirá para as ações voltadas ao desenvolvimento territorial é o Consorcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento-Consad do Sudoeste Paulista com o apoio da Associação para o desenvolvimento Social-ADS, localizada em Itapeva. Essas instituições firmaram convenio com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, no intuito de construir uma visão estratégica com o objetivo de consolidar políticas de desenvolvimento territorial na região e dessa forma, legitimar as ações do Consad é no mesmo tempo amplia-la atendendo as demandas locais. (BRASIL, 2007, p.2).

A primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) foi elaborada em novembro de 2006 (BRASIL, 2007, p. 3). Projetando assim uma organização com o objetivo de identificar o potencial do Território da Cidadania Sudoeste Paulista e aprimorar as capacidades e habilidades dos agentes sociais e de suas comunidades, processos construídos de forma participativa envolvendo diversos seguimentos interessados e com capacidade de representação, compondo as instituições e a sociedade civil. Sendo que para este fim, sua elaboração disponibilizou um conjunto de instrumentos de apoio metodológico, como estudos diagnósticos quais fundamentaram a formatação do PTDRS do TC Sudoeste Paulista. O planejamento inicial adotado para a elaboração do PTDRS estabeleceu como desafios a possibilidade de participação dos agentes sociais do território, para isso foram construídos diversos espaços organizativos que propiciaram a realização de reuniões, oficinas e assembleias, com o objetivo de estimular o público envolvido e com capacidade de análises crítica sobre a realidade e ao mesmo tempo vislumbram ações para transformá-la. Conforme o relatório (BRASIL, 2007),

> O PTDRS é um esforço de materialização das ações e estratégias que os agentes sociais atuantes refletiram para o território. Antes de tudo, o Plano é

> um instrumento de planejamento que o Consad em parceria com organizações de agricultores, instituições de pesquisa, poderes públicos municipais, entre outros, tem em mãos para nortear as ações de desenvolvimento territorial, sendo uma ferramenta que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos e construir um referencial. (BRASIL, 2007, p. 67).

Um dos principais instrumentos para colocar em prática as ações e políticas no âmbito do TC são os Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Neste sentido foram inúmeros os procedimentos com o objetivo de elaboração do PTDRS. Conforme destaca o relatório do MDA/SDT, 2007.

A principal diretriz adotada para a elaboração do segundo o PTDRS, foi a participação dos agentes sociais do Território. Para isso foram realizadas reuniões e oficinas que tiveram por objetivo estimular o público envolvido a entrar numa reflexão critica sobre a realidade ao mesmo tempo em que se vislumbram ações para transformara-la. Os passos percorridos nessa elaboração podem ser visualizados nas etapas a seguir:

Etapa 1 – Visitas a todos os municípios. Nessas visitas foram realizadas reuniões-entrevistas com o objetivo de promover um levantamento do ambiente com os agentes participantes e consistiu de duas etapas. Num primeiro momento foi apresentada a proposta de elaboração do PTDRS e o modo de execução. Em seguida foi aplicado um questionário simplificado para coleta de informações sobre os municípios, como por exemplo, a existência de conselhos e andamento de projetos.

Etapa 2 – O Território, formado por 16 municípios. A dinâmica adotada foi de trabalhos em grupos por municípios sendo regidos e a seguir apresentados e enumeradas as atividades desenvolvidas em cada um dos munícipios, bem como suas respectivas intenções de projetos baseados nas demandas locais. De forma conjunta entre os municípios, foram elencados eixos prioritários para o desenvolvimento rural sustentável no território. A partir desses eixos foram formados novos grupos de trabalho por atividade desenvolvida para dar a sequencia nas próximas oficinas.

Etapa 3 – Foram realizadas oficinas por atividade especifica e trabalhada a visão de futuro entre os participantes. Assim através de painéis os agentes sociais do Território dedicaram-se ao apontamento de pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades de cada uma das atividades apontadas nas atividades anteriores. Dessa forma, possibilitou-se a montagem de uma síntese dos principais destaques para o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Etapa 4 – através de uma parceria entre a SDT/MDA/Plural Consultoria, a consultora

Isabel Drigo realizou a Qualificação do PTDRS, através da interpretação dos dados existentes e também de entrevistas com agentes sociais que ainda não estavam envolvidos no processo de discussão do futuro projetado.

Etapa 5 – Constituiu na planificação dos dados obtidos identificando-se passo a passo metas e ações locais, viabilizando análise geral e redação do plano global para conhecimento e outros sugestões dos atores sociais.

Etapa 6 – após a planificação, retornaram-se os dados aos agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento territorial para que cada microrregional pudesse aprender o conteúdo das metas e ações indicadas anteriormente.

Etapa 7 – A partir da devolução dos dados aos agentes sociais do Território, foi possível perceber que algumas lacunas ainda permaneciam. Dessa forma, foram realizadas no inicio de setembro de 2007, três oficinas nas microrregionais que tiveram por objetivo complementar as metas e ações contidas no PTDRS. Esse passo foi importante, principalmente, para que fosse ampliado o rol de agentes sociais participantes de todo esse processo. Aqui, foi possível agregar algumas pessoas e instituições que ainda não tinham conhecimento do plano e assim, enriquecer ainda mais o debate.

Etapa 8 – Por fim, foram realizadas reuniões com informantes-chave com o objetivo de finalizar o PTDRS. Essas reuniões aconteceram no mês de novembro de 2007. (MDA/SDT, 2007).

Em 2011, foi elaborado um novo documento que constituiu a atualização do Plano Territorial de Desenvolvendo Rural Sustentável (PTDRS) de 2007, no território Sudoeste Paulista, neste novo plano contém informações de fontes secundárias e também os ajustes e observações pelos representantes do colegiado territorial em atividade realizada para este objetivo.

Neste segundo documento, os dados secundários utilizados nesta etapa provêm de órgãos públicos, de estudos disponíveis sobre a região e em especial do próprio MDA. Tais dados ainda devem ser mais bem organizados e compilados para a conclusão desta atividade de qualificação do PTDRS. Este segundo plano consiste em trazer novos elementos de identidade tendo em vista a atuação do CONSAD, no TC Sudoeste Paulista.

Esta nova etapa de planejamento contou com a contribuição das discussões realizadas com os representantes do território que ocorreram nas duas jornadas de qualificação do PTDRS do Sudoeste Paulista. “A primeira destas ocorreu nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, em Itapeva, e teve como objetivos principais a revisão da Visão de Futuro, do

Diagnóstico e dos Eixos Prioritários" (MDA, 2011). Esta atividade contou coma participação de 26 representantes do território, além de representantes do próprio e consultores. "A segunda Jornada também foi feita em Itapeva, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2011, com a participação de 44 pessoas, sendo 16 representantes da Sociedade civil, 19 de órgão de governo no território, além de nove outros, entre consultores e observadores" (MDA, 2011). Ocasião que possibilitou avançar no detalhamento das ações para a elaboração da matriz.

Sendo que ambas as jornadas foram promovidas em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), a Plural Cooperativa (entidade parceira) e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Sudoeste Paulista (CONSAD).

Este conjunto de procedimento metodológico possibilitou a conformação de um planejamento estratégico orientando as principais metas e ações para o território. O plano de ações definiu os eixos de acordo com a necessidade local, e estabeleceu as metas a serem alcançadas. Sendo que, a proposta de oito eixos estratégicos definido anteriormente, foram reduzidos e agrupados, em quatro, conforme o atual (PTDRS). "Esta síntese foi feita de forma a reunir em cada Eixo as demandas próximas, considerando também os espaços e instancias para seus respectivos encaminhamentos, resultando e quatro agrupamentos". (MDA/SDT, 2011).

Desta forma os Eixos Estratégicos para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sudoeste Paulista consiste os seguintes; 1 Fortalecimento da agricultura camponesa sustentável e com diversificação produtiva. Reúne as ações ligadas mais diretamente à produção agropecuária e outras atividades como turismo e artesanato. 2 Incremento das políticas socais e combate às desigualdades. Agrupa as ações relacionadas ao acesso às diversas políticas sócias, como saúde, educação e assistência social. 3 Melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento e conservação dos recursos naturais. Reúne as questões de infraestrutura, incluindo estradas, eletrificação, saneamento, estre outros. 4 Participação e gestão social para o fortalecimento a democracia participativa. Trata das questões ligadas à gestão social e da implantação da própria política territorial.

Seguindo este planejamento, a matriz de ações realizadas que mais destacaram enquanto resultados no território foram: Eletrificação rural, (Programa Luz Para Todos) beneficiando quase sem por cento das famílias residentes na área rural. Acesso á habitação rural (Programa Minha Casa Minha Vida Rural) beneficiou em torno de duas mil famílias no território, "ação com grande resultados social, devido a sua integração com outras políticas,

com chegada da casa, chega também a luz, estrada, etc". Comenta Pimentel dirigente da FAF. A articulação dos projetos para a construção das casas e coordenado pela Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF-SP) conforme matéria.

Foto 2 – Ato político de entrega de casas.

Fonte: FAF-CUT, 2015.

> Dia 2 de julho estabeleceu mais um marco para a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da CUT no Estado de São Paulo (FAF/CUT-SP). No clube Kai Kan, em Capão Bonito, a FAF e a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (COOPERHAF-SP) realizaram a cerimônia de entrega de 703 unidades habitacionais do Sudoeste Paulista, comemorou o fato da primeira assinatura do Minha Casa Minha Vida Rural, em 2009, ter sido com um beneficiário de Itapeva e, celebrou a assinatura de 112 novos contratos de habitação (FAF/CUT, 2015).

Outa importante ação, a aquisição de maquinas, equipamento e veículos, pelos municípios com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), investimentos que trazem benefícios também para o conjunto das populações dos municípios. Afirma M, A, A, P. dirigente da (FAF).

No entanto na perspectiva econômica ressalta a ação do Programa de Aquisição de Alimento (PAA). Com a possibilidade de garantia de venda de sua produção os produtores

agricultores camponeses e assentados da reforma agrária, passaram a planejar sua atividade produtiva principalmente diversificando o cultivo, com a introdução hortas, pomares e criação de pequenos animais. O resultado desta ação beneficiou as famílias inclusive nos aspectos da alimentação na medida em que os produtores produzem alimentos diversificados, parte desta produção e utilizada para o consumo próprio, melhorou o rendimento monetário, possibilitando a participação das mulheres e dos jovens na composição da renda familiar, também beneficio a população urbana, as comunidades carentes da região, com a distribuição dos alimentos por meio das instituições, consequentemente trousse resultados também para a economia local. Os resultados também podem ser percebidos nos aspectos organizativos, o programa exige um grau de organização forçando os agricultores a se organizar, isto incentivou a criação de inúmeras associações e cooperativas no território com o objetivo de garantir o acesso ao programa. Conforme levantamento realizado no território, no ano de 2014 participaram do programa 35 organizações entre cooperativas e associações, atendendo 2.345 famílias de agricultores, correspondendo o valor de R$ 15.729.848,54, conforme tabela.

Tabela 7 – Número de famílias beneficiadas e valor executado com o (PAA) no TC.

Município	Número de Associações ou Cooperativas	Número de famílias	Valor Total (R$)
Buri	2	56	224.000,00
Bom Sucesso de Itararé	1	39	241.799,30
Capão Bonito	6	286	2.163.149,14
Coronel Macedo	2	44	307.000,15
Guapiara	4	488	3.172.500,00
Itapeva	9	454	2.924.900,00
Itaberá	5	335	2.113.000,00
Itararé	3	309	1.999.999,95
Ribeirão Grande	1	59	383.500,00
Taquarivaí	2	275	2.200.000,00
Total	35	2.345	15.729.848,54

Fonte: Transparência pública do PAA, CONAB, 2015.
Organização própria.

A política de aquisição de alimentos direta dos agricultores camponeses através do (PAA), com a finalidade de atender as demandas alimentares das comunidades carentes da região, estas ações realizadas por meio das instituições devidamente qualificadas para este fim, tem se destacado como uma política estruturante na perspectiva de fortalecimento das cadeias produtivas, bem como nos aspectos da economia local. Apesar dos seus limites operacionais, devido o alto grau de burocracia dificultando a universalização do programa. Havendo um excesso de exigência acaba acarretando uma seleção dos beneficiários desprivilegiando exatamente os que mais necessitariam de apoio. Conforme M, A, A, P. entrevista realizada em, 11/2015.

> A política que contribuíram para o aumento de renda. O programa de aquisição de alimentos (PAA). Podendo ser considerado um projeto estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar e o aumento de renda no campo, esta ação econômica também contribuiu como estratégia na perspectiva de garantir a segurança alimentar no TC. No entanto precisa melhorar enquanto política pública, e necessário superar a característica assistencialista. (ITARARE, 11/2015).

No âmbito das políticas destinadas ao território, o apoio á pecuária leiteira cumpre papel determinante na composição da renda das famílias. Embora dispondo de condições rusticas, em termos de pastagem e do rebanho, a produção do gado com características mestiça dispondo de vacas leiteiras com baixa qualidade, acontecendo á venda de animais para o corte em determinadas épocas do ano para compor a renda. A venda do leite é realizada para os laticínios tradicionais da região, que atualmente estão sendo substituídos pelas grandes empresas, no caso da região pelas grandes cooperativas, como vamos detalhar este assunto no capitulo 6. Os novos capitais no campo do território da cidadania Sudoeste Paulista. As grandes cooperativas procedentes do estado do Paraná, a Capal e Castrolanda, recentemente estão se estalando na região, vem impondo novas condições para a produção, com uma espécie de integração, fornecendo insumos e assistência técnica condicionando á venda para as cooperativas.

O apoio com recursos públicos destinados à organização da cadeia de produção leiteira melhorou as perspectivas de renda no território, os investimentos realizados nos tanques para a coleta e resfriamento de leite possibilitaram melhores condições no planejamento da produção, com melhores condições de venda, e incentivando os produtores se organizarem em pequenas associações para realizar a gestão dos postos de coleta como afirma J, H, P. Médico Veterinário da Secretaria da Agricultura de Itararé SP “houve uma evolução, aposta que as

famílias estão ganhando mais, é uma pena que há uma perda de áreas para o reflorestamento e para a soja, agricultura em geral" (ITARARÉ, 10/2015).

Contudo a pecuária leiteira de pequeno porte mantem-se como uma alternativa de resistência da agricultura camponesa no território, a diversificação da atividade produtiva com a agricultura e pecuária leiteira, possibilita a composição da renda familiar, inclusive incentivando a permanência da juventude no campo, conforme argumenta o jovem, J. P. R. N. 17 anos, residente no Bairro São Roque município de Itapeva SP. Entrevista realizada em 28 de novembro de 2015. Sou de família de agricultor familiar, produzimos leite e agricultura (feijão e milho). Atualmente estamos entregando 50 litros de leite por dia a nossa renda mensal com o leite e de R$ 1500,00. Eu gosto de morar no campo, aqui no bairro existem outros jovens que também trabalham com a produção de leite e estão contentes.

Estas experiências de arranjos produtivos com uma relativa autonomia frente ao mercado, como e caso de uma parte da pecuária leiteira, constitui-se a partir de grupos familiares com disposição para a sua organização própria através das associações. Varias destas experiências tiveram projetos viabilizados pelos recursos do PROINF, para instalações de tanques para a coleta, resfriamento e transporte da produção.

Foto 3 – Entreposto de leite, município de Itapeva.

Fonte: Autoria própria.

Foto 4 - Criação de gado, agricultura familiar.

Fonte: Autoria própria.

No plano de ações em execução no TC Sudoeste Paulista, conduzido pelo CONSAD, destacam também outros projetos financiados com recursos do PROINF, ações em execução por meio das prefeituras e cooperativas, são os financiamentos direcionados a aquisição de maquinas, veículos, construções e instalação de equipamentos com o objetivo de apoiar a produção conforme o quadro demonstrativo a seguir. Estas ações apesar dos projetos para o investimento ser definido coletivamente no concelho, com a participação dos interessados têm muitas limitações para cumprir o seu papel enquanto instrumento de apoio para a melhoria das condições de produção da agricultura camponesa, constata-se que a maior parte destes equipamentos passa a ser administrada pelas prefeituras com isso, a prioridade para a sua utilização passam a serem outras conforme interesses políticos. Conforme, J, V. presidente do CONSAD. Entrevista realizada em 09/2015:

> A orientação das políticas pública favorece que as experiências sejam articuladas pelas prefeituras isso gera oportunismo e desorganiza os trabalhadores. O CONSAD encontra muitas dificuldades divido as prefeituras ter uma participação limitada enquanto gestores na participação das políticas de governo. Falta de instrumento de execução das ações. Entre os programas e ações um dos mais importantes e o PROINF, mas também

> têm limites ás ações no TC via PROINF, deve ser executado pelas prefeituras, isso coloca em questão o argumento que justifica a política do TC, o estado esta longe e o município e muito reduzido, desta forma não possibilita a integração do TC. As políticas do território não fortalecem organicamente os agricultores familiares junto as suas organizações. Isto esta limitado por falta de uma instancia capaz de organizar as ações. (ITAPEVA, 09/2015).

O quadro abaixo destaca os investimentos financiados no âmbito do PROINF, com responsabilidade de execução das prefeituras e cooperativas.

Quadro 1 - Ações Realizadas no TC Sudoeste Paulista

2011/ 0372728 – Itaberá – Adquirir equipamentos de secagem de plantas medicinais, implementar um viveiro de plantas medicinais e fogão industrial. Trata-se do Projeto de PROINF referente ao ano de 2011, onde tinha como intuito a construção de um viveiro de mudas para plantas medicinais para as agricultoras familiares integrantes da Cooperativa de Plantas Medicinais (COOPLANTAS) – do Assentamento Pirituba – Agrovila V. O viveiro foi executado conforme plano de trabalho inicial e foram recebidos 100 % do recurso e aplicado na construção do viveiro de mudas e aquisição de equipamentos: computador, impressora, maquina fotográfica, embaladora a vácuo e desidratadora, esta em fase de prestação de conta final do contrato.
2013 / 1011883 – Itararé – Aquisição de 01 Pá Carregadeira. No que tange este projeto, foram feitas solicitações ao município em questão a respeito do projeto, porém não obtivemos maiores esclarecimentos.
2013 / 1009122 – Capão Bonito – Aquisição de Pá Carregadeira. O governo municipal priorizou em suas ações, o apoio aos agricultores, pois é a principal atividade econômica do município e a maior geradora de renda é a agricultura, pois possuem uma ampla área de zona rural onde a produção é diversificada. A aquisição do objeto proposto tinha como intuito proporcionar uma melhoria na qualidade, produção e comercialização dos produtos agrícolas, uma vez que, melhorias em estradas facilitaria o escoamento da produção, agilizando o processo de comercialização entre outros benefícios.

A aquisição desta Pá Carregadeira foi uma demanda que surgiu através do Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Capão Bonito, oriunda de uma emenda Parlamentar, o valor Global da proposta foi de R$ 264.500,00, sendo que R$ 14.500,00 a contrapartida do município.
1011969 – Guapiara – Apoio ao setor agrícola do município. Projeto para a aquisição de 02 tratores de 75 cavalos, grade aradora e enxada rotativa, os equipamentos encontram-se em uso da prefeitura municipal e um dos tratores foi cedido à Cooperativa dos Agricultores de Guapiara – COOPERAG para fortalecimento desse coletivo. Houve sobra de recursos onde realizarão licitação em breve.
1009566 – Itaberá – Aquisição de caminhão trucado em caçamba basculante para fomentar o desenvolvimento sustentável e agrário da agricultura familiar. Recursos para a realização da modalidade para o processo licitatório Pregão Presencial para a **Aquisição do Caminhão Trucado com Caçamba Basculante** para a agricultura (transporte de calcários para os pequenos produtores) e manutenção das estradas. Devido à sobra de recurso financeiro, no valor de R$ 42.000,00, houve então o aumento de meta física o convênio, (houve redução de preço em virtude do desconto apresentado pelos interessados no certame) que será destinado para **Aquisição de um Baú Térmico**, para instalar no mesmo caminhão adquirido com o recurso do ministério, que irá realizar o transporte do PAA no período de safra, e no período de plantio será instalado no caminhão a caçamba basculante para transportar insumos agrícolas, podendo ainda mais, melhorar a qualidade do transporte do PAA no município.
0426303 – Itaberá – Implementação de estrutura de armazenamento para comercialização de derivados de plantas medicinais e aquisição de equipamentos. Recurso oriundo do Projeto do Proinf 2013 para a COOPLANTAS, ref. ao Contrato de Repasse n° 0426303-75/2013, Programa PROINF PRONAT-INFRA-TO, oriundo da Proposta voluntária, recurso disponibilizado junto ao Território Sudoeste Paulista através da entidade Territorial – CONSAD SUDOESTE PAULISTA, devidamente aprovado pelo Colegiado. Informa o município que o recurso ainda não foi liberado e solicita ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, a liberação de recursos no valor de

R$ 425.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil reais), para a execução do projeto de implementação de estrutura de armazenamento para comercialização de produção de derivados de plantas medicinais e aquisição de equipamentos, Assentamento Pirituba II, Agrovila V – Itaberá/SP, informou ainda que foram sanadas todas as pendências de documentação relacionadas ao projeto de engenharia, processo licitatório e atualização junto a Caixa Econômica Federal – GIGOV de Sorocaba, uma vez que os equipamentos encontram-se contratados aguardando liberação do recurso para fornecimento dos mesmos.
1004190 – Ribeirão Grande – Aquisição de 01 Trator e de 01 Veículo Utilitário. Trata-se do Contrato de Repasse: 783412/ Ministério do Desenvolvimento Agrário/ CAIXA, que tinha por objetivo Aquisição de Trator e Veículo Utilitário, recurso oriundo de Emenda Parlamentar: Deputado Federal Vicentinho, no valor de R$ 150.000,00. O valor da aquisição dos dois objetos foi de R$ 136.900,00, sendo Trator: R$ 103.900,00 – Fornecedora Comac Oeste Máquinas LTDA – Marca/Modelo Massey Ferguson MF 4290/4 e veículo R$ 33.000,00 – Fornecedora Velmax Veículos LTDA – Marca/Modelo Montana LS. Ambos adquiridos em novembro de 2014. O objetivo desse projeto era utilizar o trator para preparo inicial do solo para os produtores rurais do município e melhoria das estradas, e o veículo está sendo utilizado para os veterinários e engenheiros agrônomos do município fazer as visitas aos produtores prestando assessoria técnica. A prefeitura justificou que está buscando a utilização dos recursos restantes, visando à utilização total do valor do repasse.
0465292014 – Itararé – Aquisição de Veículos para Transporte de Produtos da Agricultura Familiar. Trata-se de Projeto de Proinf de 2014 em parceria com o Território Sudoeste Paulista através da entidade territorial Consad Sudoeste Paulista. Tal proposta não pode ser validada no que tange a inscrição da Prefeitura Municipal de Itararé no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (**Cadin**).

Fonte: Relatório do CONSAD, 2015.

Organização própria.

De uma forma geral o Território da Cidadania do Sudoeste Paulista vem se destacando enquanto articulador das políticas públicas percebe a realização de inúmeras atividades com esta finalidade, as ações vêm sendo realizadas meio de eventos em geral com o objetivo de promover a articulação entre os agentes públicos e sociedade local. Neste sentido vem promovendo um conjunto de ações como, seminários, plenárias e encontros tratando de diversos assuntos direcionados principalmente para a agricultura camponesa, como o programa de assistência técnica e extensão rural (ATER), a discussão das políticas públicas de comercialização direta da produção da agricultura camponesa entre eles o programa de aquisição de alimentos (PAA), o programa nacional de alimentação escolar (PNAE), a regularização fundiária, etc, temas que estão relacionados principalmente com as demandas da população que reside no campo, no entanto a diversas percepções em relação a importância destas ações enquanto resultados concretos.

Estas ações constituem como base organizativa para a realização de outras ações com as características diretas a promover o desenvolvimento econômico e social, segundo M, A, A, P. Diretor Presidente da Federação da Agricultura Familiar (FAF). Entrevista realizada em, 10/2015.

> A criação do TC enquanto instrumento de apoio e articulador de políticas, possibilitou o fortalecimento das forças sociais no enfrentamento das forças conservadoras e pensar uma nova concepção para o desenvolvimento econômico social e político na região Sudoeste do Estado de São Paulo. Com a promoção de fatores socioeconômicos político e ambiental. Ao fortalecer a resistência das comunidades rurais de agricultores familiares, comunidades de camponeses tradicionais, quilombolas, assentamentos de reforma agrária e os beneficiários do Programa Nacional de Credito Fundiário (PNCF). (ITAPEVA, 10/2015).

É evidente que a resistência das comunidades na perspectiva de interagir para a articulação e formulação de outro modelo de desenvolvimento, tendo em vista as mudanças estruturais na região, está relacionada à capacidade organizativa dos próprios sujeitos. No entanto, os avanços neste sentido são poucos percebidos, segundo a avaliação de P, M, de L. Secretária do STR da cidade de Itararé SP e membro do Conselho Fiscal da FETAESP. Entrevista realizada em 10/2015.

> O TC Sudoeste Paulista já esteve mais atuante. As políticas são limitadas por falta de uma articulação com outros setores. Falta uma política mais integrada como assistência técnica, crédito rural e seguro agrícola (por

> exemplo, credito do PRONAF), são muitos projetos feitos, mas poucos liberados, devido segundo o Banco do Brasil a alta taxa de inadimplência dos agricultores familiares. (ITARARE, 10/2015).

O movimento sindical organizado pela Federação dos trabalhadores rurais (FETAESP) faz uma avaliação ponderada sobre as políticas públicas no território e é críticos a atuação do CONSAD. Conforme o secretario do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapeva SP, J, C, M.

> O PDRS sob a gestão do CONSAD Sudoeste Paulista, trousse poucos benefícios para os agricultores familiares residente no território. O CONSAD e um espaço de negociação, no caso do Sudoeste Paulista não conseguiram agregar as forças sociais e politicas da região, sindicatos prefeituras e outros órgãos de governos. Os poucos projetos que houve resultou foi o programa Minha Casa Minha Vida para o Campo. O programa de aquisição de alimentos (PAA) da CONAB foi importante porque reconheceu os agricultores familiares, que através da DAP conseguiu ter acesso a financiamento, acesso a segurança social para os trabalhadores do campo. Apesar de que os financiamentos ainda e limitado devido às dificuldades colocadas pelos agentes financeiros, como e o caso do Banco do Brasil. (ITAPEVA, 07/2015).

Já para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o CONSAD é um espaço de lutas importante devido o seu reconhecimento no território, portanto teria a função de articulador das forças políticas que representa a classe trabalhadora, construir unidade em torno de um projeto alternativo para a região. Conforme ressalta S, S. Dirigente estadual do (MST), e membro do CONSAD.

> O papel do CONSAD seria pensar o território como um todo, articular as forças populares em torno de um projeto de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região, um projeto que promovesse as conquistas imediatas para a classe trabalhadora local, mas também resultasse em acumulo de forças, econômicas, sociais e politicas capaz de promover uma ruptura com o atual modelo, com isso superando da logica da negociação de projetos corporativas de interesses de grupos. No tocante as politicas públicas, apesar de sua característica assistencialista, estão sendo fundamentais porque melhora a qualidade vida da população no território. (ITAPEVA, 12/2015).

Na avaliação do movimento sindical ligado à Federação da Agricultura Familiar (FAF), são significativos os sinais de avanços no Território da Cidadania Sudoeste Paulista, com as ações coordenadas pelo CONSAD, entre outras, buscando melhoria nos aspectos socioeconômicos das comunidades rurais, estes resultados são percebidos com o reconhecimento da agricultura camponesa e sua integração no mercado, um melhor

relacionamento entre os produtores e os consumidores mediados pelas políticas de venda direta de alimentos, implicando no aumento de renda principalmente para a população que vivem no campo, também as evidências de melhorias na infraestrutura social e de apoio a produção como a eletrificação rural, moradias e meios de transporte etc. No entanto, as políticas e ações realizadas possuem características assistencialistas. As medidas desenvolvidas ate o momento não são suficientes para promover mudanças estruturais na região, mesmos as políticas de caráter assistencial tem muitos limitantes devido ás amarras da cultura conservadora da politica local, conforme afirma o presidente da (FAF), M, A, A, P. "As forças conservadoras consegue manter costumes e culturas devido á formação da região, consequentemente ainda mantém uma lógica para o desenvolvimento social, econômico e político orientado por resquícios autoritário e conservador". (10/2015).

Contudo, as orientações estabelecidas nos planos e programas governamentais como e caso das politicas dos territórios rurais estão focados na possibilidade de promover melhorias sem necessariamente enfrentar as mudanças estruturais, em suma o objetivo consiste em alcançar resultados, no entanto mantendo o mesmo modelo de desenvolvimento.

Diante desta concepção o TC Sudoeste Paulista enfrenta inúmeros gargalos que dificultam a efetivação de mudanças reais nas relações sociais de produção. Apesar de haver anúncios de novos investimentos socioeconômicos direcionados para a região, entre eles destacam-se, a criação da 16ª Região Administrativa do Governo do Estado de São Paulo, a instalação de diversas universidades, publicas e privadas, exemplo a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR, campus de Buri), Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Itapeva) e também universidade particular a (FAIT em Itapeva) bem como outas benfeitorias, no entanto voltadas para o fortalecimento do atual modelo de desenvolvimento.

Todavia, ainda são vários os limitantes que impossibilitam uma mudança efetiva na vida dos trabalhadores e que caracterize um desenvolvimento voltado para a população mais carente da região, como exemplo, muito poucos investimentos nas éreas sociais como educação de base principalmente nas áreas rurais, precariedade na saúde pública, grandes deficiências em moradias e saneamento básico, entre outros. Nas condições econômicas não é diferente, a agricultura camponesa de base familiar tem pouco acesso a créditos bancários (PRONAF), baixa disponibilidade de tecnologias e principalmente em relação à posse da terra. Além de haver um processo de concentração por parte dos grandes proprietários, as áreas pertencentes aos pequenos proprietários estão em condição de poceiros, situação que acarreta uma insegurança jurídica para as comunidades. Em relação aos trabalhadores

assalariados predomina uma mão de obra com pouca qualificação com baixa remuneração, sujeitos a sazonalidade e condições de trabalho precário, principalmente para os trabalhadores rurais.

As reformas estruturantes necessárias não fazem parte dos planos de ação por, exemplo uma reforma agrária que comtemplasse a questão fundiária e assegurada de uma politica agrícola voltada para a produção de alimentos e o desenvolvimento da economia local.

As potencialidades e contradições existentes no Sudoeste Paulista indicam o acirramento da conflitualidade no território, processos materializado na disputa de dois projetos, de um lado os interesses do capital externos representados pelo agronegócio, e que não economizam argumentos em defesa da intensificação do modelo da agricultura de caráter empresarial capitalista, e em contraposição setores da população local em especial a agricultura camponesa, assentados da reforma agrária, trabalhadores sem terras, assalariados rurais, comunidades tradicionais, quilombolas, comunidades residentes no campo e nas áreas urbanas, que por meio de suas representações buscam iniciativas comprometidas com um modelo mais sustentável do ponto de vista socioeconômico e ambiental.

Todavia as lutas reivindicatórias ainda mantêm-se no limite dos interesses corporativos dos grupos sociais, no entanto havendo um grau de unidade em relação a algumas ações demandadas no território com objetivo de alcançar melhores condições socioeconômicas para a população local num contexto imediato, entre elas, a regularização fundiária das áreas de posses dos agricultores camponesa, garantir atendimento na assistência técnica e extensão rural, fortalecer as politicas públicas de comercialização da produção, PAA e PNAE, garantia e acesso a crédito agrícola para a produção e apoio a infraestrutura produtiva.

No entanto o grande desafio do ponto de vista estratégico para as organizações que atuam em defesa dos interesses da classe trabalhadora no território, organizados no movimento sindical, movimentos sociais, associações e cooperativas de trabalhadores, consistem em alcançar uma unidade organizativa, política que possibilite ampliar a sua capacidade de enfretamento com as forças conservadoras. E organizar um plano de ações unitário com o objetivo de promover mudanças estruturais de interesses da população local.

6 NOVOS CAPITAIS NO CAMPO E O IMPACTO DA AÇÃO DO AGRONEGÓCIO SOBRE O CAMPESINATO NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUDOESTE PAULISTA

Os novos capitais levam a uma nova configuração produtiva no campo personificado no agronegócio, o que promoveu, a partir de 1990, um novo arranjo na organização produtiva na agropecuária brasileira caracterizando a economia do agronegócio, conforme Delgado (2012, p. 107) "considerando (2000-2010), determinadas cadeias agroindustriais cresceram substancialmente à frente do conjunto da economia e o fizeram graças à inserção externa que vem realizando, sob as condições externas e de economia política interna que aqui caracterizamos como de economia do agronegócio". Esta nova fase é apresentada como demanda da macroeconomia, com ajustes que se tornam elementos centrais na estratégia da aplicação da política econômica neoliberal, caracterizada pela a privatização de empresas estatais, pela liberação do comércio, proporcionando uma maior liberdade para o capital, pela redução de investimentos nas áreas sociais (saúde, educação, reforma agrária, entre outros) com o objetivo de implementar os "ajustes estruturais" e a meta de garantir o pagamento das dívidas públicas e manter o equilíbrio da balança comercial. Estas mudanças no sistema financeiro implicaram na desregulamentação/eliminação de uma série de direitos trabalhistas, com a intenção de maximizar os lucros da classe dominante e as demais medidas que possam facilitar a reprodução ampliada do capital. Conforme Thomaz Jr. (2009, p.134), "já durante as duas décadas posteriores (1980 e 1990), a economia brasileira acompanhou o ritmo das transformações no capitalismo mundial, inclusive com o reajuste macroeconômico produtivo".

Os ajustes que ocorreram nos últimos anos, decorrente das demandas da macroeconomia, significou o relançamento de um pacto entre o capital financeiro e o capital agroindustrial apoiado pelas políticas estatal visando à retomada da lucratividade essencialmente a partir da renda da terra, segundo Delgado, (2012, p.109) "O que fica evidente nos anos de 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciado no agronegócio".

Portanto, trata-se de uma expressão da modernização capitalista na agropecuária cuja sua materialidade se dá a partir do movimento constate da sua auto-expansão, ajustando a

possibilidade e oportunidade, controlando os meios de produção e o seu rendimento, assim constituindo dinamismo econômico visando os interesses da valorização do capital. Nesse contexto histórico o lema do agronegócio surgiu como um "novo modelo de desenvolvimento" para o campo gestado pelos interesses do capital. Segundo Delgado (2005, p.46) "a agricultura capitalista autodenominada de agronegócio, muda as prioridades da agenda política macroeconômica e da política agrícola interna".

A reestruturação do modelo econômico adotado no Brasil, a partir dos anos 1990, aprofunda a subordinação do território aos interesses do capital financeiro internacional, segundo Thomaz Jr. (2009):

> Nos anos 1980, no Brasil, manifestam-se os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva; porém é a partir do começo da década seguinte que atinge maior amplitude e profundidade. Nesse momento, as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico, em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos. (THOMAZ Jr, 2009, p. 135).

A agricultura brasileira torna-se ainda mais dependente da lógica do capital. Consequentemente, o modelo traz como base a integração dos diferentes tipos de capital: industrial, financeiro e agrário objetivando a obtenção do lucro de forma indiscriminada e impositiva, para tanto promove um processo de permanente concentração dos meios de produção (terras, máquinas, armazéns, agroindústria, comércio, insumo industrial, etc.) e da produção, de forma a adequá-los ao modelo econômico, conforme, afirma Stédile (2013, p.28) "houve uma crescente centralização do capital que atua na agricultura: uma mesma empresa controla sementes, fertilizantes, agroquímicos, o comércio e a industrialização de produtos agrícola".

A tendência da agricultura brasileira projeta-se no estabelecimento de um padrão produtivo, estrutural e tecnológico altamente dependente de investimentos e subsídios social, (recursos que são transferidos e incorporados na forma de infraestrutura essencialmente voltada para a produção de mercadorias para a exportação), pois a nova matriz produtiva exige um auto grau de investimento em conhecimento científico e tecnológico, na organização do comercio agrícola e na padronização dos alimentos sob o controle das multinacionais, estas características, determinante do agronegócio, acarretam mudanças estruturais na propriedade, da terra, na produção, no mercado, e nas classes sociais no campo.

As bases da nossa economia se ajustaram de modo a não permitir nenhuma mudança

estrutural, como aconteceu em outras épocas. Os ajustes vêm sempre “de fora para dentro” e a partir de interesses externos para favorecer os possuidores do capital, o agronegócio passa a cumprir uma nova função para a economia brasileira, mesmo com a reorganização do modelo macroeconômico brasileiro não se alterou a base da reprodução capitalista, mantendo a sua lógica centrada nos ganhos especulativos, agora ligados ao capital financeiro. Delgado (2005) afirma que:

> [...] o agronegócio na acepção do termo brasileiro, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica ligada ao capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob o patrocínio de política de Estado (DELGADO, 2005, p. 45).

A nova fase de reorganização da agricultura capitalista, comprometida com os interesses do capital financeiro e orientada por uma concepção ideológica como fundamentação para o agronegócio, torna-se condição necessária para implementação das políticas neoliberais no campo. Constituída e planejada sob o argumento da importância do agronegócio para a estabilidade da economia e acompanhada de um esquema de propaganda midiática, nestas condições a modernização do campo impõe sua estratégia: a junção da grande propriedade da terra com o capital financeiro e a indústria, apoiada pelas políticas de Estado, de tal forma a orientar e definir o caminho encontrado pelo capitalismo para a manutenção da reprodução ampliada do capital no campo, notadamente com a articulação ideológica de classe com os meios de comunicação da burguesia. Este arranjo tem a integração dos diferentes tipos de capitais industriais, bancários e agrário, organizados nos grandes conglomerados agroindustriais e agrocomerciais estruturalmente organizados em busca da taxa média de lucro. Conforme Delgado (2012):

> Essa integração, como já assinalei, implicará em centralização de capitais industriais, bancários, Agrários, etc., que por sua vez, fundir-se-am em sociedades anônimas condomínios, cooperativas rurais e ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais). O objetivo da integração é a busca da taxa media de lucro. (DELGADO, 2012, p. 37).

Esta integração entre os capitais na agricultura trata-se de uma ofensiva de setores rentistas organizada no agronegócio, desta forma constituir-se em força produtiva com capacidade de se estabelecer como um dos pilares da economia brasileira, a partir de uma

combinação de políticas monetária e fiscal que viabiliza a transferência de subsídios via o sistema financeiro para o setor privado organizado nos grandes empreendimentos da cadeia das commodities, "mantem à primazia dos recursos públicos em expansão e continua a prover subvenções direcionadas ao que atualmente se chama de agronegócio". (DELGADO, 2012, p. 103). A sua introdução não pode ser compreendida como apenas um modelo de desenvolvimento, agroindustrial, "mas também como um modelo que possui uma carga ideológica muito forte no sentido de maquiar a imagem da agricultura capitalista, historicamente exploradora do trabalho do homem e concentradora de terra, renda e capital". (OLIVEIRA, 2009, p. 21).

Neste contexto, o Estado compareceu como o principal agente da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, uma vez que incorpora características como:

> [...] a) liberação e o controle do comércio agrícola para grandes empresas transnacionais; b) instituindo a política do livre mercado; c) Estado perde sua função, afastando-se do controle do comércio, deixando de controlar os estoques e preços da produção agrícola e dos alimentos, criando a oligopolização do comércio agrícola; d) incentivo às grandes fazendas de produção para exportação; e) ação governamental que favoreça as empresas com estímulos e subsídios para a ocupação da fronteira agrícola no centro-oeste e norte do País, implementando grandes fazendas em imensas extensões de áreas cultivadas, modernizadas com baixa utilização de mão-de-obra para produzir a baixos custos. (MATHEUS, 2003, p. 34)

Este relativo sucesso da economia do agronegócio a partir do boom agroexportador de commodities deve-se ao forte incentivo do Estado promovido, pela combinação de diferentes formas institucional, com o objetivo de garantir a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada organizadas nos grandes empreendimentos agroexportadores. Estas subvenções são promovidas por meio de ações e subsídios, concedidos através de: 1) aporte financeiro com financiamentos direto a empresas do agronegócio; 2) investimentos para realização das grandes obras e logística para viabilizar exportações; 3) apoio com as pesquisas científica e tecnológica desenvolvido pelas empresas públicas; 4) o incentivo e a garantia de comercialização das commodities no mercado internacional. De acordo com Delgado (2012),

> [...] o boom exportador de comomodities três processos de inflexão nos mercados e na política agrária (1) reconstitui-se o credito público bancário, sob a égide do sistema Nacional de Credito Rural, como o principal via de fomento da política agrícola, associada aos mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária (PGPM) (2) os preços da terra e dos arrendamento rurais experimentam uma substancial inflexão para cima e

> todas as regiões e para todos os tipos de terra, refletindo a alta das comomodities. Mas esses preços também são afetados pela forte liquidez bancária, associada ás subvenções da política agrícola e da determinada frouxidão da política fundiária relativamente à regulação do mercado de terras (3) aprofunda-se a inserção externa das cadeias agroindustriais que manipulam com maior evidencia as vantagens comparativas naturais da matéria-prima principal do seu processo produtivo (DELGADO, 2012, p. 109).

As grandes empresas agrícolas produzem utilizando grandes extensões de terras desenvolvendo a monocultura de produtos destinados para a exportação e utilizando alto padrão tecnológico, altamente dependente de produtos químicos como fertilizantes agrotóxicos e máquinas de grande porte, no entanto mantem-se sobre a primazia dos recursos públicos em expansão e subvenções direcionados ao agronegócio.

A organização da agricultura capitalista em suas diversas fases no Brasil é marcada por profundas transformações no processo produtivo, baseada em sucessivos modelos de desenvolvimento econômico onde predominam as características excludentes no qual apenas uma minoria é beneficiada enquanto uma ampla camada da população do campo é marginalizada.

O significativo avanço da tecnologia e biotecnologia sob o controle das grandes empresas e do capital financeiro traz como consequência o aumento da força de trabalho. Conforme afirma Maria Luísa Mendonça (2010):

> [...] as características que historicamente marcaram a oligarquia rural no Brasil permanecem inalteradas desde o período colonial, pois suas bases, em certa medida, mantêm-se intactas, principalmente o monopólio da terra e a organização de nossas economias a partir de uma demanda externa. Por isso, não existe contradição entre o velho latifúndio e as transnacionais agrícolas travestidas de "modernas". O que existe é a criação de uma ideologia fetichista em torno de novas tecnologias, somada a uma idéia positivista ou funcionalista do que significa o desenvolvimento das forças produtivas. Essa ideologia se combina perfeitamente com o discurso desenvolvimentista conservador, com a idéia neoliberal de "eficiência" e com interesses do capital internacional. (MENDONÇA, 2010, p. 57).

Ao analisarmos as características no atual contexto em que se consolida uma nova dinâmica produtiva, atrelada a uma progressiva ampliação das empresas do ramo da agroindústria, verificamos tratar-se de uma nova fase do denominado agronegócio, buscando uma estratégia para as empresas transnacionais visando uma maior obtenção e maximização do lucro.

Com isso as demandas prioritárias das corporações passam a ser: 1) a aquisição de grandes extensões de terras no Brasil, como forma de valorização de capital; 2) investimentos do capital financeiro internacional no setor produtivo com aquisição e fusão de empresas do ramo do agronegócio; 3) a padronização da produção e das mercadorias para circulação no mercado, transformando em commodities de forma a dominar toda a cadeia do comércio dos alimentos e de bioenergia, conforme estudos de Ariovaldo U. Oliveira (2011),

> A produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial tornou se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos. Isto quer dizer que se produz para quem tem poder de compra esteja ele onde estiver no mundo. Ou seja, a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido (OLIVEIRA, 2011, p.168).

Outra prioridade na pauta das transnacionais trata-se das inovações técnicas e científicas. Esse processo promove mudanças na base produtiva por meio do conhecimento científico direcionado para uma nova revolução tecnológica e com os significativos avanços da biotecnologia atrelados aos interesses de grandes empresas capitalistas que visam à apropriação e controle biogenético de plantas e animais, para fins lucrativos, como é o caso da transgenia. Como afirma Carvalho (2003, p.49) "não é de se estranhar que governos favoráveis aos interesses dos grandes grupos dominantes locais e internacionais tenha aprovado continuadamente legislação favorável à oligopolização das sementes pelo capital estrangeiro e à legitimidade da propriedade intelectual". O exemplo disso é o anúncio de plantas transgênicas de cana-de-açúcar, produzida em laboratório pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, (Embrapa). Segundo Diretor Presidente da Empresa, Pedro Arantes, "Esta é uma ação de interesses do Brasil, [...] buscando-se soluções para o negócio da agroenergia no Brasil, a pesquisa avança em processos e resultados técnico-científicos, visando ofertar novos conhecimentos, materiais, tecnologias com foco na inovação" (COLLARES, 2011, p.17). Isso caracteriza a privatização para interesses particulares de todo o conhecimento técnico - científico.

No contexto atual o agronegócio expressa uma nova aliança das classes dominantes na agricultura, tendo como partes integrantes os representantes do sistema bancário das corporações transnacionais, das empresas capitalistas da agropecuária da silvicultura e do setor latifundiário. Essa aliança esta amparada por um conjunto de políticas pública do estado brasileiro, como política cambial, creditícia e de exportação. Políticas fundadas na exportação de produtos primários (agrícolas e minerais) viabilizando a constituição de pacto de poder

implicando inclusive na reestruturação territorial local. Segundo Delgado (2012, p.109) "A articulação pública privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio".

Portanto trata-se de uma nova ordem na organização produtiva no campo, promovido pela articulação empresarial, financeiro e as corporações transnacionais, o modelo do agronegócio aplicado em boa parte do planeta, agora e sistematicamente aplicado no Brasil, favorecido pela conjuntura econômica e apoiado pelas políticas governamentais. Conforme texto de apresentação do livro O mundo rural no Brasil do século XXI.

> Em período mais recente, que data provavelmente da segunda metade da década de 1990, a agropecuária brasileira passou a vivenciar outro momento de sua historia. A dimensão financeira tornou-se ainda mais significativa, tanto para os produtores diretos quanto para todos aos atores a sua volta, dos fornecedores de insumos aos processadores das mercadorias agrícolas, e também para o Estado, e suas políticas, ainda para as novas instituições que foram nascendo. Animados pela extraordinária expansão produtiva e pelo papel destacado que o Brasil assumiu no plano internacional, os produtores, protagonistas dessas transformações, intensificaram os investimentos e estão se preparando para transformar o Brasil no maior produtor mundial de alimentos e matéria-prima de origem agropecuária. (EMBRAPA/IE, UNICAMP, 2014, s/ pag.).

Esta nova fase que estamos vivenciando do capitalismo na agricultura, principalmente nas ultimas décadas, agora denominado de agronegócio, significa facilitara a transferência e a dominação total das riquezas produzidas no campo para os interesses do capital financeiro globalizado "essa fase significa que a acumulação do capital, das riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro", (STEDILE, 2013, p. 20). Desse modo o capital financeiro internacional passou a controlar a produção agrícola, através de vários mecanismos.

Esta nova fase de organização do capital agora também interessado na produção agrícola, compreende uma espécie de financeirização da agricultura "à teoria do capital financeiro na agricultura". (DELGADO, 2012, p. 92). Na medida em que os bancos passaram a adquirir ações de empresas que atuam em diferentes setores do agronegócio, esta associação do capital financeiro com as empresas agrícolas possibilitou um controle maior das ações, favorecendo um processo de concentração das atividades produtivas e econômicas na agricultura, e passaram a controlar os vários setores da cadeia produtiva, como: produção de

insumos em geral (agrotóxicos), máquinas agrícolas, equipamentos, agroindústrias, e o comércio. Segundo Stédile (1013, p. 21) “E importante compreender que foi um capital acumulado fora da agricultura, mas que, aplicado nela, aumentou rapidamente a velocidade dos processos de crescimento e concentração”.

Este controle foi através do processo de dolarização da economia mundial e a abertura do comércio internacional, regras imposta pelos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), que estabeleceram regras para o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas, significando uma liberação do mercado internacional, com isso, segundo Stédile (2013, p. 21) “as empresas transnacionais puderam entrar em diversos países e controlar o mercado nacional dos produtos e insumos agrícolas em praticamente todo mundo”.

Estas políticas no âmbito internacional pressionaram os governos a abandonarem as políticas públicas de proteção do mercado agrícola e da política econômica interna. Afetando principalmente a política de estoque e distribuição de alimentos, deteriorando toda a logística de segurança alimentar, para isto, Segundo Stédile (2013, p. 22) “liberalizaram os mercados e aplicaram políticas neoliberais de subsídios justamente para a grande produção capitalista”.

Este modelo de agricultura, agora predominante e hegemonizado pela lógica do capital transnacional, representado pelas grandes empresas, foi reforçado com uma política de financiamentos bancário e estatal, isto passou a ser uma condição estruturante para a viabilidade do modelo, devido ao seu alto grau de dependência de insumos industriais e de altos custos para produzir, “esses créditos permitiram financiar a ofensiva desse modo de produção da ‘agricultura industrial’ e suas empresas produtoras de insumos” (STÉDILE, 2013.p. 22).

Este cenário também trousse mudanças no perfil socioeconômico do TC Sudoeste Paulista, a partir da reorganização produtiva na agropecuária com a incorporação de novas tecnologias, como sementes geneticamente modificadas, insumos e agrotóxicos, plantio direto, sistema de irrigação e a organização de uma logística de mercado para a produção agrícola, acarretaram também mudanças no comércio local, com venda de pacotes tecnológicos, máquinas, equipamentos agrícolas e a comercialização das commodities, estimulados pela presença de novos capitais no campo na região. Conforma afirma N, R, O. Representantes do sindicato rural de Itapeva, filiado a Federação da Agricultura Do Estado de São Paulo (FAESP).

> Os fatores que proporcionaram a mudança da tradicional agricultura diversificada da região como o cultivo de milho, arroz, feijão e a pecuária de leite, para a monocultura da soja nos últimos anos na região Sudoeste do Estado de São Paulo. A garantia de segurança na rentabilidade com a produção agrícola. O potencial de financiamento operacionalizado pelas grandes cooperativas, com o fornecimento de insumos e com o repasse de financiamento com recursos do BNDS. Assistência técnica promovida pela integração com as cooperativas e com as multinacionais. Outra fonte de financiamento trata-se do SICRED (Entrevista realizada em 10/2015).

Os novos aportes de capital no território projetaram uma aliança dos proprietários de terras possuidores de grandes latifúndios com a agroindústria controlada pelas grandes multinacionais do ramo do agronegócio, fatores que projetou a região como uma das principais produtoras de grãos e madeiras do estado de São Paulo. "Destaque – Itapetininga, bem como toda a região sudoeste paulista, representa um "Brasil" dentro do Brasil. Além de ser a maior produtora de grãos, nossa região contribui com $^{1}/_{3}$ da produção de suínos e aves do Estado, 50% da produção florestal". (PERSON, 2013).

O território Sudoeste Paulista tem sido foco de anúncios de vultosos investimentos por parte das grandes empresas do agronegócio, a característica da região oferece vantagens comparativas devido à disponibilidade de recursos naturais como terras com boa fertilidade, conta também com boas condições hídricas e excelente clima, bem como vantagens competitivas, considerando a infraestrutura, acesso a tecnologia e mão-de-obra, condições favoráveis para que a região faça parte da produção agropecuária no contexto nacional, conforme matéria jornalista divulgada na região de Itapetininga, Person (2013):

> Sudoeste Paulista - Notadamente, Itapetininga e região podem e devem se beneficiar do bom momento vivido pelo agronegócio brasileiro no cenário mundial. Com vantagens comparativas naturais (localização, terras, água e clima) e vantagens comparativas construídas (tecnologia agronômicas para os principais produtos da pauta exportadora, estradas entre as melhores do País, instituições de ensino e pesquisa e mão-de-obra qualificada), a região possui condições favoráveis para aumentar sua fatia no "bolo", e se destacar ainda mais no contexto nacional. (PERSON, 2013, s/ pag.).

Atualmente com a expectativa da emergência de um desenvolvimento com base no agronegócio, as grandes empresas tem encontrado facilidades para sua instalação no TC, desta forma constata a chegada de novos investimentos, com aquisição de terras, implementação de parques agroindustriais e ampliação de logísticas. Cenário em que despertou interesses de novas empresas, com disponibilidade de se instalar seus empreendimentos, bem a realização

de fusões entre as próprias com o objetivo de garantir a sua territorialização, como e o caso do anuncio da fusão de investimentos ente cooperativas. Relatório anual da cooperativa CAPAL (2014).

> Com a consolidação da nova unidade de Beneficiamento de Leite em Itapetininga (SP), as Cooperativas Castrolanda, Batavo e Capal Ampliam sua produção em São Paulo, o maior mercado consumidor de lácteos do país. Com investimentos totais na ordem de R$ 120 milhões, a nova planta começa processando 500 mil litros por dia, mas, em plena produção, deve chegar a um milhão, com geração de cerca de 250 empregos diretos e outros 1.260 indiretos. A participação das cooperativas no "Negocio do Leite" ficou assim: Castrolanda (53%); Batavo (37%) e Capal (10%). (CAPAL, 2014, p. 19).

Neste novo contexto de organização produtiva no campo, observa-se uma articulação de recursos públicos com as iniciativas privadas, esta possibilidade de inovações vem propiciando a instalação de empresas representantes das grandes corporações como Monsanto, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e BASF. As vantagens comparativas oferecidas pela característica da região asseguram a credibilidade e segurança para empresas realizarem os seus investimentos, este perfil agrícola é compatível com as exigências das corporações do ramo do agronegócio. Estas condições abriram caminhos para as empresas atuarem no território, conforme anúncios divulgados nos meios de comunicação. Nutriceler firma parceria e fornece tecnologia para Belagrícola.

> A empresa Nutriceler firmou parceria comercial com a empresa Belagricola, uma das mais maiores do seguimento do agronegócio no sul do país. Em breve, a empresa paraense que já atende em mais de 30 municípios do Paraná e no estado de São Paulo, vai começar a atuar na região Sudoeste Paulista com oito novas lojas. Além da comercialização de insumos e sementes, a Belagricola apostou na qualidade e na eficiência da tecnologia Nutriceler para recomendação a sues clientes. De acordo com o diretor técnico comercial da Nutriceler, Nelson Schreiner Junior, o investimento da Belagricola na região Sudoeste Paulista vai contribuir com o desenvolvimento da agricultura regional através da oferta de seus serviços e produtos. 'Estamos localozados em uma região onde a atividade agrícola é bastante diversificada e aceita a adoção de novas tecnologias que permitem incrementos em produtividade e qualidade. A Belagricola chega para somar nesse cenário de prosperidade'. (http://www.nutriceler.com.br/noticia/noticias/nutriceler, 2013) acessado em 19/01/2016.

Entre as corporações que estão se instalando no TC Sudoeste paulista, destacam para as grandes cooperativas, que desempenham a função de articuladora da produção agrícola,

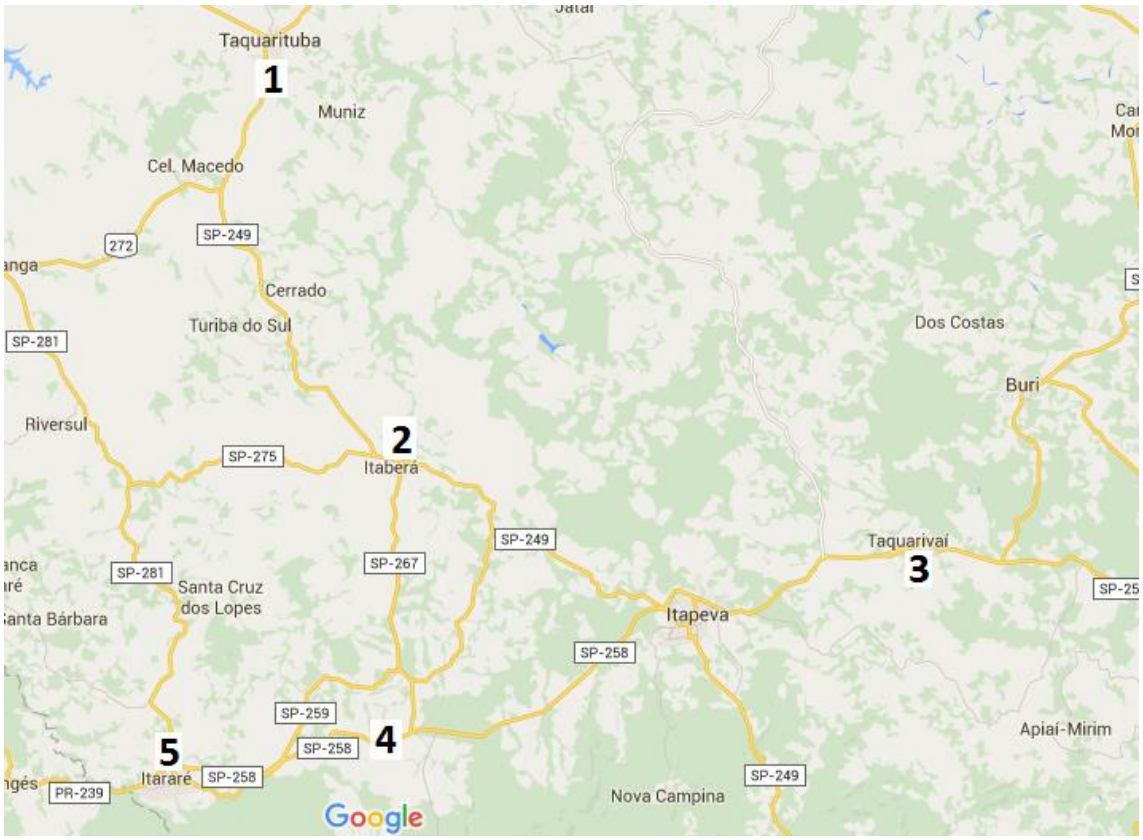
atuando como fornecedores de insumos agrícolas em geral, assistência técnica, beneficiamento e compra da produção, uma pratica bastante comum atualmente e a realização de “parceria” transação comercial através de contrato, que estabelece o compromisso do fornecimento de insumos pelas cooperativas e o comprometimento do agricultor entregar sua produção a fornecedora na época da safra, uma espécie de financiamento privado principalmente no caso da cultura da soja.

Esta expansão empresarial do setor do agronegócio faz parte de uma estratégia de interesses, público e privado, neste sentido a atuação conjunta destes agentes criam as condições para a realização de novos empreendimentos agroindustriais no território, os resultados desta parceria são percebidos com o comprometimento entre os atuais governantes e os empresários, conforme destaca o anúncio. Em reunião com Alckmin, diretoria da CAPAL anuncia novos investimentos em SP.

> O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, seu assessor especial, Frederico Braun D´avila – que também é cooperado da Capal -, receberam o presidente da Capal, Erik Bosch, o superintendente Adilson Fuga, e o gerente comercial, Eliel Magalhães Leandro, para discutirem investimentos que serão realizados pela cooperativa naquele estado. Durante a reunião, além de comentados os números e a forte expansão da cooperativa naquele estado, foram selecionados os dois grandes projetos da Capal para 2013/2014: a nova unidade de recepção em Taquarivaí e a Unidade de Beneficiamento de Sementes em Taquarituba, ambos no interior de São Paulo... A Capal esta em franca expansão no estado, conforme comenta Erik Bosch, presidente da Capal, “Há 10 anos atrás, quando definimos nosso planejamento estratégico, essa região do estado de São Paulo estava contemplada no plano de expansão. Era uma área pouco assistida por cooperativas e hoje vemos um cenário muito favorável, com agricultores comprometidos e que afloram o verdadeiro espirito cooperativista. Com isso, a cooperativa cresce, a produção bate sucessivos recordes e isso alimenta toda a cadeia”. (EASYCOOP, 2013).

Nos últimos anos observa a instalação destes grandes complexos agroindustriais, com infraestrutura para o beneficiamento da produção, conjugados com as lojas de produtos agropecuários para o fornecimento de insumos conforme a orientação técnica. Esses empreendimentos estão estrategicamente distribuídos em vários pontos do território, a CAPAL nos municípios de Itaberá, Taquarituba e Taquarivai e a Castrolanda no município de Itaberá. Estrutura com grandes plantas agroindustriais, conforme mapa, destacando a localização das instalações no TC Sudoeste Paulista.

Mapa 8 – Destaca a localização das plantas agroindustriais no território.



Fonte: Google Mapas.

Legenda:

1- Cooperativa Capal Agroindustrial no município de Taquarituba, neste município existem duas unidades desta cooperativa;
2- Cooperativa Castrolanda no município de Itaberá, entreposto de Itaberá II;
3- Cooperativa Capal Agroindustrial no município de Taquarivaí;
4- Cooperativa Castrolanda no município de Itaberá, unidade de beneficiamento de grãos e loja agropecuária;
5- Cooperativa Capal Agroindustrial no município de Itararé.

Foto 5 - Planta agroindustrial Cooperativa Capal, no município de Taquarivaí - SP.

Fonte: Autoria própria.

Foto 6 - Planta agroindustrial Cooperativa Castrolanda, no município de Itaberá SP.

Fonte: Autoria própria.

O território Sudoeste Paulista nos últimos dez anos, a produção agrícola sofreu grandes mudanças no seu perfil produtivo, deixou de ser algo tradicional e familiar e passou a ser área estratégica para o setor do agronegócio, com a adoção de técnicas de gestão

empresarial a agricultura passou de sistemas rudimentares para a condição tecnologias consideradas modernas para o padrão brasileiro, os novos investimentos em tecnologias de mecanização, de irrigação, de correção de solo, de rotação de culturas, de adubação e a técnica de plantio direto acompanhado por sistemas de armazenamento permite uma agricultura mais competitiva no mercado de commodities. Estas alternativas tecnológicas são apresentadas nos eventos realizados no território, conforme o destaque. BASF apresenta soluções tecnológicas e inovadoras na 4ª edição da AGROVIA.

> Altamente produtiva, a região Sudoeste de São Paulo tem clima e solo que possibilitam de duas a três safras ao ano e se destaca na produção de milho, soja, feijão, pinus, eucalipto, tomate, laranja e frutas em geral. Com destaque para aumento de produtividade, a Unidade de Proteção de Cultivos da BASF apresenta aos produtores paulistas soluções tecnológicas e inovações durante a 4ª edição da Agrovia, feira que será realizada entre os dias 17 e 19 de maio, em Itapeva (SP). (http//www.agro.basf.com.br/agr/ms/pt_BR/contente/APBrasil/News_room/releases/15_05_2012) acessado em (19/01/2016)

A Agrovia, Feira de Negócios, Tecnológica da Agropecuária, é uma realização da agência de marketing LIVE&MOTION, com a prefeitura municipal de Itapeva SP, o evento conta com uma área de 145 mil metros quadrados, com uma participação de cerca de 200 expositores. Em 2012 foi realizada a 4ª edição, "a Agrovia, tem como propriedade o conteúdo técnico e transferência de novas tecnologias para preparar o produtor rural/agricultor da região para o crescimento do setor" (ITAPEVA, 2012).

Foto 7 - Agrovia, Itapeva-SP.

Fonte: Itapeva, 2012.

Segundo, os organizadores e os empresários do ramo, a Agrovia tem sido uma espécie de cartão postal da região, sendo muito importante para atrair investimentos de novos capitais para o agronegócio da região.

Outro seguimento de grande relevância econômica que vem crescendo na região é a atividade da silvicultura, destinadas á produção e pinus e eucalipto.

Devido à região Sudoeste Paulista ser possuidora de um forte potencial para o desenvolvimento agroflorestal as empresas madeireiras, inclusive as grandes empresas do ramo do papel e celulose tem ampliado seus investimentos, estas características tem acentuado a concentração de grandes áreas com reflorestamento nos municípios. Estes empreendimentos no território são fortemente incentivados devidos os interesses do grande capital e a existência de varias instituições públicas e privadas, entidades conceituadas no desenvolvimento de pesquisas na área florestal e madeira, como o Instituto Florestal de São Paulo, que conta com as Estações Experimental de Itapeva, Itararé e Itapetininga, as Estações Ecológicas de Itapeva e Itaberá, e estação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de Capão Bonito, conta também no campus da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com a engenharia da madeira, e a universidade

particular FAIT, com a engenharia florestal em Itapeva.

Na mesma perspectiva da agricultura a um forte apelo em defesa da atividade florestal e industrial madeireira, segundo o discurso é inquestionável os benefícios socioeconômicos e ambientais para a população local, conforme Hoffmam, De Conti, e Prates (2012):

> No contexto regional, as importâncias econômicas, sociais e ambientais são inquestionáveis na medida em que a cadeia florestal pode vir a ser uma forma de dinamizar a região em um novo eixo de desenvolvimento com mais participação social, produtores rurais, empresários do setor urbano e a população economicamente ativa que às vezes não encontra ocupação na própria região. (HOFFMAM; De CONTI; PRATES, 2012, p. 229).

A territorialização do capital ligados ao setor da indústria florestal madeireira, com a consequente ocupação das terras, constitui um movimento que vem ocorrendo em duas frentes, a ampliação dos investimentos das grandes empresas como é o caso da Fibria, "A Fibria é uma empresa resultante da incorporação da Aracruz Celulose S.A. pela Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP), duas companhias brasileiras com forte presença no mercado global de produtos florestais. O controle acionário da Fibria é exercido pelo BNDESPar (34,9%) e pela Votorantim Industrial (29,3%). Os (35,8%) restantes das ações estão no mercado". (Almeida, 2012). A corporação vem investindo principalmente em pesquisa e tecnologia com o objetivo de aumentar a produtividade. A outra frente é ampliação das áreas destinadas ao cultivo das florestas. Este movimento consiste na busca de disponibilidade de terras por meio de aquisição e arrendamento de propriedades rurais por parte das empresas. Este processo, no entanto é anunciado como benefício ao desenvolvimento da região como afirma Hoffmam, De Conti e Prates (2012):

> Ao incentivar os produtores rurais já envolvidos em outras culturas a iniciarem também a implantação de florestas exóticas como alternativa de renda, produz como resultado direto à criação de novos empregos, a melhoria da infraestrutura, além de promover o desenvolvimento sustentável na região e preservação do meio ambiente. (HOFFMAM; De CONTI; PRATES, 2012, p. 228).

Essa dinâmica expansionista evidencia a dimensão deste novo contexto, a rearticulação de um conjunto de atividades comercial e financeiras necessárias para a conformação da infraestrutura, investimentos e serviços direcionados para a reprodução do capital a partir da mais valia e exploração da renda da terra. A vocação do território para estas atividades produtivas da agropecuária e silvicultura favorece as condições para a dinâmica da

territorialidade da agricultura capitalista, com isto manifestam fatores que naturalmente promovem uma nova realidade rural, urbana no TC Sudoeste Paulista. O processo de reorganização pressupõe a modernização através da adoção de uma nova matriz tecnológica desde a produção, distribuição e comercialização da produção.

Esta funcionalidade dos circuitos produtivos e dos circuitos de cooperação dos seguimentos agroindustrial que atuam no território torna cada vez dependente e subordinado as necessidades do mercado capitalista, que por vez definem as formas de produzir e de distribuir a produção da agropecuária. O progressivo processo de modernização da produção aliado a um movimento contínuo de integração deste setor aos mercados, inclusive e, sobre tudo, aos mercados cada vez mais estranho ao local, pressupõe a intensificação da produção de commodities para atender as demandas do mercado externo, portanto desta forma o modelo torna cada vez mais dependentes de decisões estranhos aos interesses da coletividade local.

Neste movimento constante onde prevalece à supremacia dos interesses do sistema capitalista no campo, também é carregado de contradições mediante a sua sistemática de concentração dos meios de produção e da dinâmica de expansão da monocultura em busca incessante da reprodução ampliada de capital, onde cria, subordina e exclui a produção camponesa, gerando desta forma os processos de conflitualidade como, destaca Fernandes (2013):

> Estas duas condições, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência, geram a conflitualidade que projeta diferentes modelos de desenvolvimento. A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentado as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento. (FERNANDES, 2013, p. 181).

Nesse contexto de permanentes contradições houve períodos de ajustes, mas sempre com o objetivo de garantir as relações sociais de produção centrada na acumulação ampliada do capital. A organização da agricultura predominante capitalista em suas diversas fases no Brasil é marcada por mudanças no processo produtivo ajustados aos sucessivos modelos de desenvolvimento econômico, mantendo características excludentes. Modelo que mantém, por sua natureza, intensas contradições gerando desigualdade social e econômica, constituindo

historicamente um desenvolvimento contraditório e desigual, como afirma Oliveira (2013, p.56), “O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, e si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que, para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios”.

Situação agravada nas últimas décadas (2000/10), pois os novos rearranjos no sistema produtivo resultaram em um desenvolvimento no campo brasileiro marcado por uma hegemonia do capital e com o discurso da modernidade, onde intensificou a subordinação da atividade agropecuária a lógica da acumulação capitalista. Esta nova fase de reorganização da agricultura capitalista, comprometida com interesse do capital financeiro e orientada por uma concepção ideológica, encontrou no Brasil as condições necessárias para a expropriação da mais valia sobre o domínio do agronegócio, conforme Carvalho (2013):

> As opções empresariais por eles consideradas como promissoras para ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação são as estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivíssimo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, e de hormônios, herbicidas e de sementes hibridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. (CARVALHO, 2013, p. 1).

Nesta perspectiva estratégica, o agronegócio intensifica suas ações direcionadas na disputa dos territórios tendo em vista que a implantação e a garantia de sua produtividade necessita concentrar e controlar áreas cada vez mais extensas, além disso, é necessário para o agronegócio que a concentração empresarial realize também um processo intenso de verticalização e centralização do mercado, criando condições para uma pequena quantidade de grandes empresas multinacionais controlarem os preços dos insumos agrícolas e dos alimentos.

Desta forma que são mantidas e inalteradas as relações sociais de produção no meio rural, o poder político e econômico do capital impõe ao campo pacote tecnológico pensando na geração do lucro, tirando o direito dos camponeses viverem e ao mesmo tempo descaracteriza sua cultura impedindo o seu direito a reprodução da vida a partir do campo. Para Carvalho (2010):

> A expansão capitalista no campo no Brasil, com o apoio do Estado, tem consolidado um modelo de produção e tecnológico altamente perverso e que provoca a degradação do meio ambiente, o desmatamento, a poluição dos solos e das águas, o despovoamento do campo, a desagregação do

> campesinato, o emprego precário sazonal e o desemprego de trabalhadores rurais assalariados, o a ajuste da estrutura produtiva rural aos interesses das grandes empresas oligopolistas multinacionais, a partir da condição de trabalho assalariados similar ao dos escravos, o comprometimento da soberania nacional e, sobretudo, mas não finalmente, o desprezo absoluto pela vida (CARVALHO, 2010, p. 8).

O processo de reconfiguração do TC Sudoeste Paulista se caracteriza por um padrão de desenvolvimento altamente desigual e naturalmente concentrador de riquezas e dos meios de produção, o qual conta com o apoio incondicional do Estado que privilegia e direciona ações voltadas para agricultura capitalista. Como afirma Girardi (2008, p.117) "O modelo agrícola neoliberal, dirigido por corporações que contam com amplo apoio dos governos nacionais e instituições internacionais, tem a agricultura unicamente como fonte de lucro". Constituindo assim uma dinâmica territorial onde predomina o interesse dos possuidores de capital. Com isso há um intenso e consequente processo de desagregação da agricultura camponesa que por sua natureza aprofunda a desigualdade social, principalmente no campo. Mészáros (2007, p.191) afirma que "em nossas sociedades, as determinações estruturalmente estabelecidas e salvaguardadas de desigualdade material são em grande medida reforçadas pela cultura da desigualdade dominante". Diante desta realidade o nosso estudo buscou compreender este desenvolvimento desigual onde o modelo da agricultura capitalista com base empresarial cumpre papel fundamental na economia local, no entanto mantém-se historicamente uma relação capitalista de trabalho com intenso grau de exploração da classe trabalhadora no campo, tendo em vista que tal situação intensificou nos últimos anos com a chamada "modernização" da agricultura materializada por meio do avanço tecnológico e da garantia de políticas públicas conforme afirmação de Carvalho e Costa, (2012):

> [...] o modelo tecnológico concebido pelos grandes conglomerados, empresarial, transnacionais relacionados com as empresas capitalistas no campo, e que conta como apoio de diversas políticas públicas estratégicas, tornou-se o referencial para o que se denominou "modernização da agricultura." E se reificou a produção de mercadorias agrícolas (commodittes) para a exportação em detrimento da produção de alimentos para a maioria da população. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 31).

Isto pressupõe a desintegração e transformação do potencial de produção de alimentos a partir de pequenas unidades de produção camponesa característica da região, até então predominante no território, exemplo significante é a produção de feijão cultivado pelas famílias de camponeses, que atualmente está sendo substituídas pelo cultivo da monocultura

de soja, mudanças que influenciam decisivamente nas práticas e culturas de convivências nas comunidades, provocando a perda de autonomia do território camponês “este modelo, o agronegócio, intensifica a influência sobre os processos naturais e concebe o camponês como incapaz de produzir conhecimento e como um receptáculo pronto para atender as imposições das transnacionais” (GIRARDI, 2008, p. 117), subordinando ainda mais a produção agrícola aos interesses das corporações agroindustriais de forma que as empresas do ramo agroexportador passarão a ter o domínio de toda a cadeia produtiva intensificando exploração humana e a degradação ambiental a partir da produção da monocultura (soja, milho, reflorestamento de eucalipto e pinos). Utilizando grandes extensões de terras com a produção agrícola e a realização agroindustrial, o controle de todo o sistema de transporte bem como o comércio local, estruturalmente organizado para o desenvolvimento de exportações dos chamados commodities, promovem uma crescente centralização do capital que atua na agricultura, uma mesma empresa controla sementes, fertilizantes, agroquímicos, a industrialização e o comércio inclusive de maquinas agrícolas e de alimentos. De acordo com Girardi (2008, p.111) “a cadeia estabelecida pelas grandes corporações inclui ainda a compra da produção, a transformação dos alimentos e a venda, o que configura total controle de todas as etapas do processo”. O quadro abaixo sinaliza as mudanças que ocorreram na produção agrícola nos últimos anos, (1995, 1996) a (2007, 2008), no TC Sudoeste Paulista.

Tabela 8 – Variação das culturas cultivadas em hectares e em unidades de produção no TC

Culturas	Em hectares. Anos, 1995/96.	Em hectares. Anos, 2007/08.	Números de unidades de produção. Anos, 1995/96	Números de unidades de produção. Anos, 2007/08.
Soja	5315.80	40216.5	40	686
Milho	60063.10	95042.6	5143	5644
Feijão	43786.8	23685.1	3771	2803
Arroz	2410	296.5	665	223
Trigo	3085	19615	33	281
Pinus	51364.70	84109.9	198	708
Eucalipto	65388.20	76938.9	1370	1996
Pastagem com braquiária	218835.20	287178.1	4911	7944

Fonte: www.cati.sp.gov.br/projetolupa.lupa.

Para tanto, o avanço do modelo denominado de agronegócio no território é sustentado com base na intensa exploração dos recursos naturais e da mão de obra barata, suas características são de natureza concentradora das terras e dos capitais, conforme Alentejano (2012, p.479) “o que é inegável é que a modernização produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliaram-se a desigualdade no campo brasileiro”.

Desta forma, o significativo avanço do atual modelo de desenvolvimento produtivo no campo que vem se configurando atualmente no TC Sudoeste Paulista é marcado por processos que originam e mantém correlação de forças favoráveis à dominação territorial pelo setor agroempresarial e ao mesmo tempo subordinando e desterritorializando a agricultura camponesa através da concentração fundiária, da expansão da monocultura, do uso indiscriminado dos agroquímicos e da intensificação da mecanização, bem como a supereexploração dos recursos naturais e da mão de obra dos trabalhadores rurais, impondo para o campo uma cultura mercantilista e consumista. “Este quadro, globalizante estabelecido, configura o novo contexto de apropriação do campesinato” (GIRARDI, 2008, p. 115). Sobre tudo, o território vivencia nesta nova configuração socioeconômica um processo de reorganização da produção agrícola a partir dos complexos agroindustriais e é acompanhado pela superposição de uma lógica pautada em novas formas de organização no sistema produtivo, bem como em novas formas de circulação, distribuição e consumo, atendendo deste modo os interesses do mercado exterior, principalmente o mercado de commodities. “Este modelo de produção agrícola foi massivamente adotado pelas empresas capitalistas no campo e passou a denominar-se como modelo do agronegócio. Tornar a agricultura como um negócio para a acumulação de riquezas e de renda sob o controle do grande capital,” (MST, 2013, p. 08 e 09).

Os impactos da atuação do agronegócio no Território Sudoeste Paulista se caracterizam em uma visível reorganização no sistema produtivo, apesar do discurso voltado para um plano de ações priorizando a agricultura familiar, o território tem sido espaço de avanços da agricultura predominante capitalista, principalmente com a introdução de novas tecnologias voltadas para a produção em grande escala. A instalação dos grandes conglomerados empresarial do ramo do agronegócio e o avanço da monocultura indicam as mudanças que vem ocorrendo direcionadas aos interesses do capital, no entanto esta realidade também indica que a agricultura familiar vem perdendo espaço com diminuição da população residente no campo, principalmente das pequenas unidades de produção familiar

consequentemente a substituição da produção diversificada de alimentos “a virada na economia da região começou com o fim da monocultura do feijão, ao longo da última década. A cultura, de alto risco, trazia mais estagnação do que progresso, segundo o engenheiro agrônomo Vandir Daniel da Silva, chefe do escritório regional da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Itapeva”. (Folha de São Paulo, 2004). Principalmente com a introdução de novas tecnologias voltada para a produção em grande escala,

> [...] o milho e o trigo, culturas mais estáveis, levaram o produtor a buscar tecnologia para produzir escala. As terras passaram a ser cultivadas também no inverno. Essa região tem hoje 80% da área cultivada com plantio direto e a maior concentração de pivôs de irrigação do Estado. A entrada da soja, há quatro anos, completou a virada. O grão entrou em áreas de pastos degradados. As três safras já colhidas deram bom lucro e motivaram investimentos, diz o agrônomo. (Folha de São Paulo, 2004).

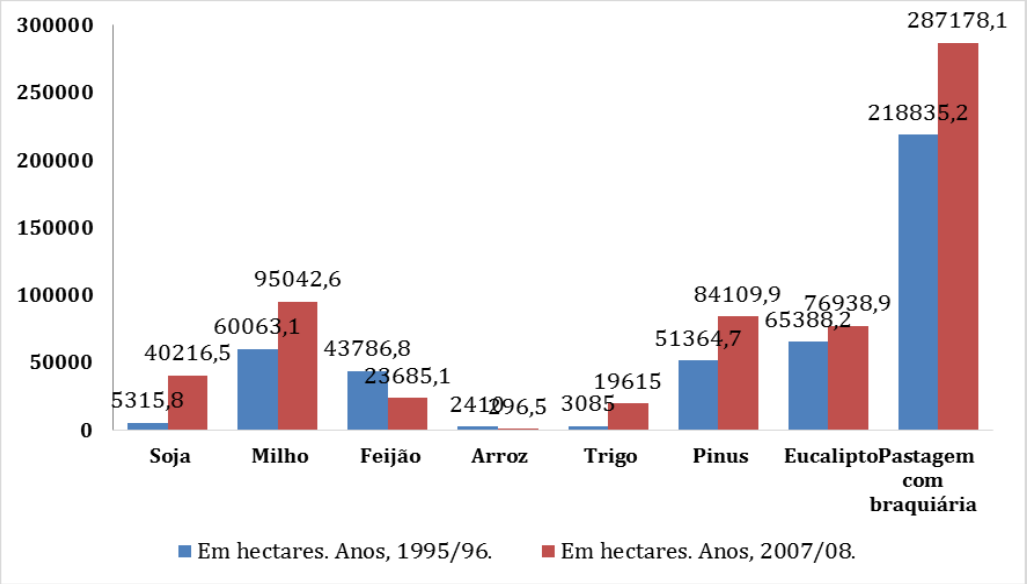
O território Sudoeste Paulista nas últimas décadas caracterizou-se como uma área de reserva para o agronegócio no estado de São Paulo, devido as suas características ouve um processo de transformação de forma acelerada e surpreendente em sua estrutura produtiva, mudanças que aconteceram no decorrer de poucos anos, esta nova realidade a região passou chamar a atenção devido a sua alta capacidade de reação frente às expectativas da economia vinculada ao setor agroindustrial, havendo um grau de territorialização do agronegócio em curto espaço de tempo, favorecidos pelas suas condições físicas, como clima favorável, altitude média acima dos 700 metros, onde as culturas se adaptam muito bem, a condições do relevo, solo e hídrica possibilitam a absorção com muita facilidade as novas técnicas disponíveis para a agricultura em especial a soja, conforme matéria jornalística do Canal Rural (2015):

> A conversão dos sistemas foi feita a partir de 1999 e demandou investimentos em tecnologia. Plantio Direto e outras práticas foram adotadas pelos produtores para transformar a região em uma das mais prósperas para o plantio da soja em São Paulo. Talvez, com algumas das mais altas médias de produtividade do país (CANAL RURAL, 2015, s/ pag.).

Embora aparecendo pouco nas avaliações, outros fatores também estão relacionados ao fenômeno da territorialização da agricultura empresarial no território, por exemplo, a disponibilidade de terras, principalmente com a concentração fundiária por meio da compra e arrendamento das pequenas e medias propriedades pelas empresas, cuja situação tem dois efeito, a ampliação de áreas disponíveis para a monocultura e consequentemente aumenta a disponibilidade de mão de obra barata.

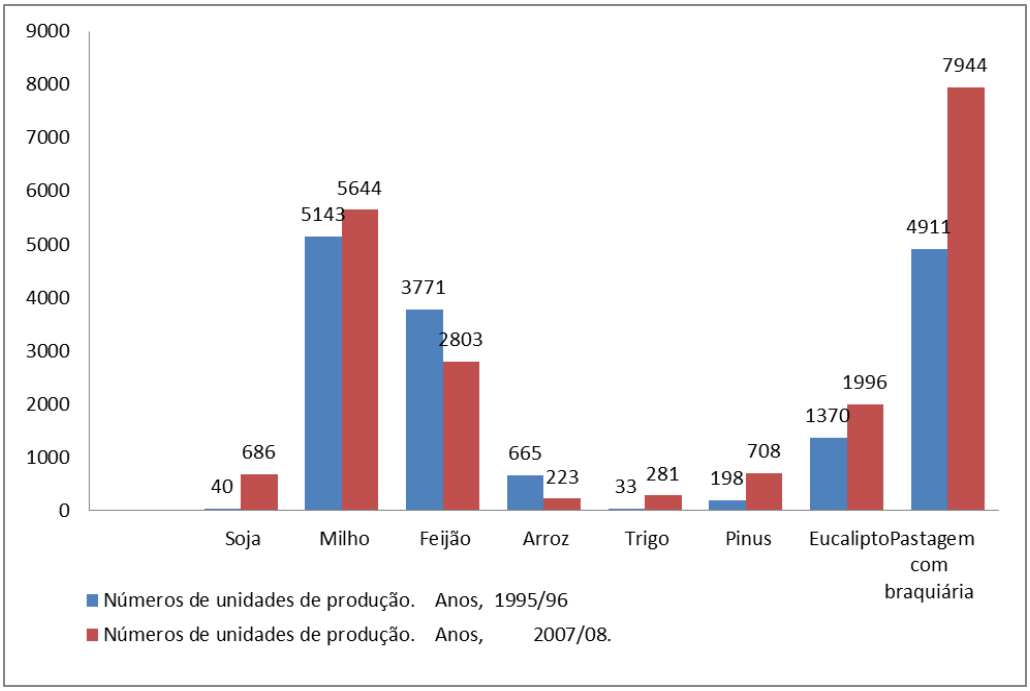
O gráfico abaixo indica a ampliação da monocultura de grãos, soja, milho e trigo, cultivados em grandes escalas, movimento que ocorrendo na região norte do TC, os dados também indicam a ocupação do espaço pela atividade agroflorestal com cultivo de pinus e eucalipto, movimento que se acentua na região sul do território.

Gráfico 2 – Variação das culturas cultivadas em hectares no TC



Fonte: Organização própria.

Gráfico 3 – Varição das culturas cultivadas em unidades de produção TC

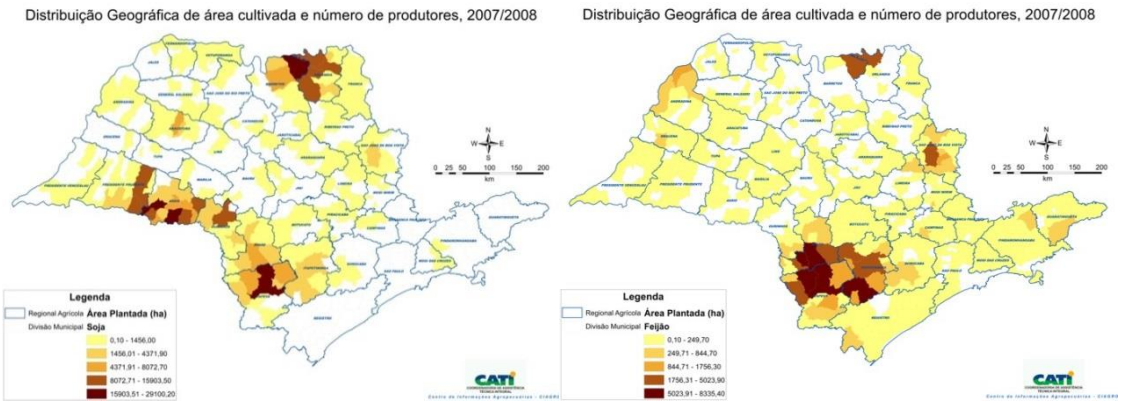


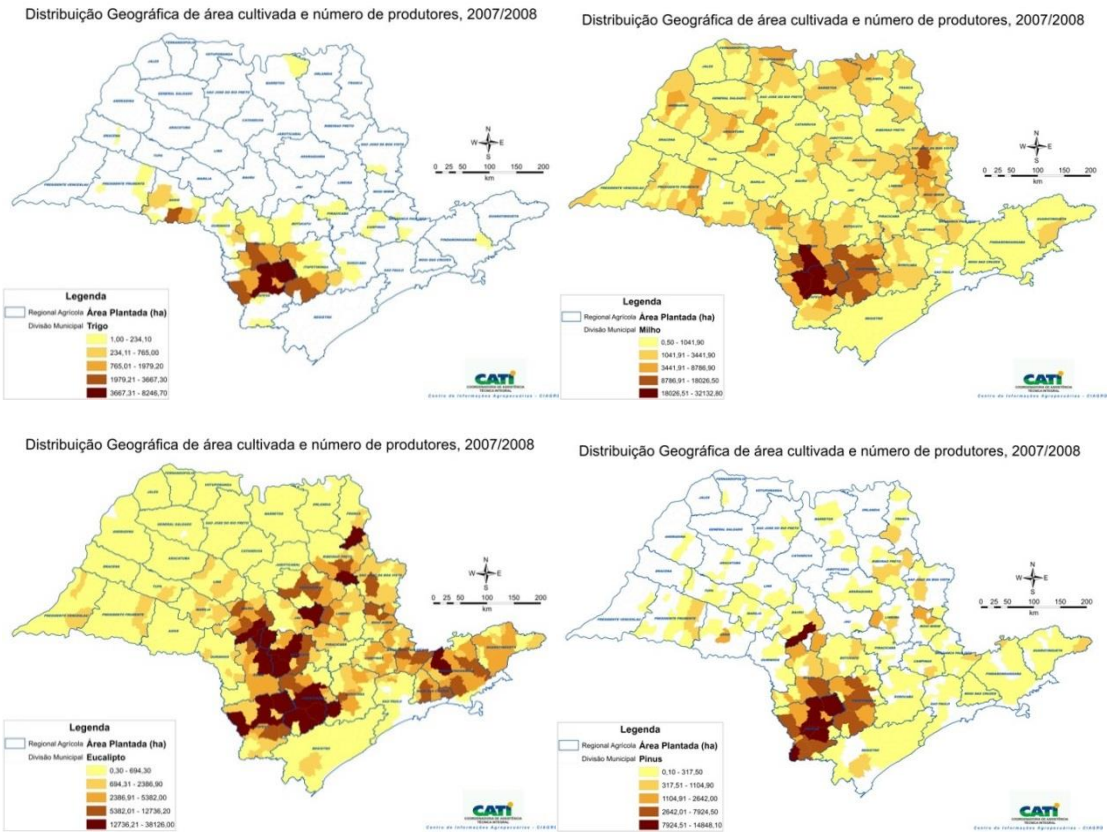
Fonte: Organização própria.

Os gráficos com distribuição de áreas cultivadas e números de produtores refletem esta inversão de prioridade, comparando áreas cultivadas e número de produtores do ano agrícola de 1995/06 e 2007/08, observa-se a significativa mudança na paisagem do território, conforme matéria do Canal Rural “Itapeva, no sudoeste de São Paulo, plantou nesta safra 72 mil hectares de soja. Aumento de 20% em relação à safra de 2013/2014”. Segundo a reportagem “Hoje, o município é considerado a capital paulista da soja, título que antes era e Assis”. (Canal Rural, 2015). A ampliação de atividades agrícolas com a monocultura, substituindo cultivos de pequenas escalas, ocupando áreas destinadas à produção de feijão, arroz, mesmo no caso do milho há substituição da produção em pequenas unidades familiar por grandes áreas totalmente mecanizadas. Da mesma forma há uma mudança na cadeia produtiva do leite, a atividade familiar está sendo transformadas em sistemas de produção integradas as grandes empresas do ramo.

A silvicultura também se destaca no território, os dados mostram aumento significante de áreas cultivadas com pinus e eucalipto, evidentemente ocupando espaço da agricultura familiar. O conjunto de mapas a seguir (Distribuição Geográfica de área cultivada e numero de produtores, 2007/2008), mostra a importância destas atividades produtivas no Estado de São Paulo. (Soja, feijão, trigo, milho, eucalipto e pinus).

Mapa 9 – Conjunto de mapas. Distribuição Geografia de área cultivada e numero de produtores





Fonte: CATI, 2015.

Todavia, as ações modernizadoras no desenvolvimento das forças produtivas no TC Sudoeste Paulista e a consequente espacialização do agronegócio são marcadas por conflito e tensões sociais, pois os processos de territorialização do modelo de padrão único de produção capitalista não se dão em territórios vazios, sua expansão é materializada com a agressão as origens da agricultura camponesa. A realização do território do capital implica desterritorialização das formas tradicionais e culturais de existência das comunidades, subordinando, desagregando, extinguindo e eliminando todas as formas de resistências, no entanto, este processo não acontece de forma pacífica, havendo no interior desse movimento uma tensa conflitualidade. "A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento". (FERNANDES, 2013, p. 179). Nesta realidade, também está inserido o TC Sudoeste Paulista, embora com relativas condições de resistência, manifestam-se formas de produção da vida no campo, comprometidas com os saberes tradicionais, produção de alimentos saudáveis, relações harmoniosas com a natureza e com a terra, no entanto vêm-se ameaçadas pelo avanço dos interesses da agricultura mercantilista. A foto ilustra a contradição entre a agricultura familiar e o agronegócio.

Foto 8 – Agricultura familiar e o agronegócio.

Fonte: Autoria própria.

Sob os impactos desta lógica “modernizadora”, O TC Sudoeste Paulista vive um cenário de profundo contraste de um lado o agronegócio personificado na denominada modernização da produção no campo, sustentado por uma necessidade da autoafirmação no sistema produtivo, buscando permanentemente uma maior eficiência, exigindo intenso grau de exploração. De outro, a agricultura camponesa marginalizada pelo sistema e se realizando nas mais precárias condições, expropriada da renda da terra e do rendimento do seu trabalho, mantendo-se em condições subalterna, com baixíssimo desenvolvimento econômico e social, contudo, apesar de seus limites quanto à viabilidade econômica e a relativa autonomia, considerando a correlação de forças, os camponeses resistem a este cerco ideológico imposto pela lógica do mercantilismo, e do consumismo. As características do TC do Sudoeste Paulista evidenciam uma dinâmica no desenvolvimento produtivo no campo em que destacam profundas contradições, contudo de natureza do modelo capitalista da agricultura.

A subsequente reorganização produtiva não ocorre de forma homogênea, sua dinâmica é constituída de privilégios e exclusão, acentuando crescimento econômico em porções do espaço, todavia em detrimento de outros, a busca incessante da produtividade e do lucro por sua natureza provoca alterações, nas relações sociais de produção, mas mantendo formas históricas de exploração, concentração dos meios de produção e centralização de capital,

> Dinâmica de crescimento da produtividade física da agropecuária nas zonas consolidadas ou nas zonas de nova incorporação fundiária, não há evidencia de correspondência com aumento de salários, nem tampouco de elevação do emprego de trabalhadores não qualificados, vinculados ao crescimento da produção. (DELGADO, 2012, p. 116).

O impacto do agronegócio no TC Sudoeste Paulista aparentemente traz novas perspectivas socioeconômico para a população local, no contexto imediato, beneficiando-se de uma oportunidade de mercado no comercio de commodities. Todavia esta nova configuração nos arranjos produtivos altamente dependentes das grandes empresas e de vultoso aporte de capital externo, caracterizado nas importações de insumos e exportação de commodities pode representar para o futuro uma subordinação ainda maior da região aos interesses externo. De acordo com o presidente da (FAF) M, A, A, P. “este modelo pode criar um causo para o futuro da região, devido o alto grau de expropriação dos recursos naturais, ou seja, estamos exportando água, fertilidade do solo e mão de obra barata entre outros”. (ENTREVISTA, 10/2015). Contudo o sucesso do modelo não significa solução para a coletividade local, principalmente para a classe trabalhadora.

A modernização no TC Sudoeste Paulista, nas ultimas décadas é marcada por um processo acelerado, que modificou em um curto espaço de tempo a base produtiva da agropecuária. Este novo cenário produtivo impulsionou um novo ciclo de produção de mercadorias, e uma dinâmica mercadológica, que no imediato aparenta um desenvolvimento beneficiando toda a região. Estas mudanças que ocorreram, com a possibilidade de acesso ao progresso técnico científico, investimentos em infraestrutura e mercado dinâmico, houve um relativo aumento da produtividade proporcionando um incremento de renda beneficiando não somente os empresários, mas também o conjunto da sociedade local.

Todavia, a dinâmica deste sistema produtivo visam somente o binômio produção e produtividade, sem levar em consideração os elementos socioculturais e ambientais, consequentemente e revestido de um discurso inovador, no entanto mantem as mesmas e velhas práticas baseadas nas estruturas de poder politico e econômico da arcaica ideologia latifundiária, reservando aos donos da capital o monopólio dos meios de produção, e da propriedade da terra, resultando na concentração de riqueza em beneficio de uma minoria, de acordo com Santos, (2000):

> Se entendemos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, praticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade, a agricultura cientifica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. (SANTOS, 2000, p. 89).

Este parece ser o viés do novo ciclo de desenvolvimento das forças produtivas no campo no TC Sudoeste Paulista, de natureza “vertical, cujo epicentro é a empresa

hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entono" (SANTOS, 2000, p. 85), desta forma impondo a logica da competitividade privilegiando o aumento da produção e da produtividade, estes fatores repercutiram em um efetivo crescimento econômico, no território, entanto este desenvolvimento tem como características o favorecimento dos grandes proprietários de terras, os donos das indústrias de insumos e maquinas agrícola, e da agroindústria processadora da produção agropecuária as commodities.

Esta nova fase produtivista representa uma força hegemônica por meio das empresas capitalistas que atuam buscando a lucratividade a qualquer custo, esta hegemonia cria as condições para a ampliação da territorialidade do agronegócio sobre o território, por consequência aumentando o seu controle sobre o território, agora não somente sobre a terra, mas também a tecnologia de produção e as politicas de desenvolvimento. Conforme Fernandes (2013, p.217) "agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento". O domínio do conhecimento científico e tecnológico tem proporcionado um aumento da produtividade, no TC Sudoeste Paulista, resultando em uma quantidade maior de produção em áreas menores, contudo os empresários do agronegócio, não abrem mão da concentração das terras, a expansão sobre o território acontece por meios de compras e arrendamento das propriedades camponesas. Este processo implica na territorialização do agronegócio, intensificando ainda mais a concentração de riquezas e o poder pelos capitalistas. De acordo com Fernandes (2013, p.217) "esse processo significou concentração de poder e, em consequência, de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico por meio de uma agricultura cientifica globalizada".

Portanto, neste novo arranjo produtivista que marca o desenvolvimento do modelo de agricultura capitalista no Sudoeste Paulista, os impactos são perceptivos, de uma forma beneficiando os empresários, com o aumento da produção e da produtividade, consequentemente maiores ganhos econômicos com os negócios da agropecuária. Todavia, para a agricultura familiar de base camponesa os impactos expressam no aumento da sua subordinação aos interesses do capital, de acordo com Girardi (2008, p.112) "ao produzir no interior do sistema do agronegócio, o camponês não tem controle; quem controla é o sistema do agronegócio. Podemos chamar esta produção de produção camponesa subordinada".

Neste sentido o desenvolvimento das forças produtivas no campo, nesta nova fase

desenvolvimentista tem acirrado a conflitualidade no TC Sudoeste Paulista, devido à existência de um modelo de agricultura totalmente modernizada, que por sua natureza provoca impactos socioeconômicos, nas relações trabalhistas, como a precarização do trabalho assalariado, com a diminuição de salários e o aumento da sazonalidade, aumento da pressão sobre os camponeses subordinando ainda mais, consequentemente provocando a sua expulsão para as cidades, bem com os impactos ambientais provocados pelo excessivo uso de agroquímicos, agrotóxicos, sementes transgênicas e o desmatamento de áreas ainda remanescentes. As consequências deste progresso técnico sob o domínio dos interesses capital será sentido pela coletividade local, possivelmente em um futuro próximo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nosso estudo para a elaboração desta dissertação tivemos a oportunidade de identificar fatores e particularidades que compõe a realidade estudada, no caso o Território da Cidadania Sudoeste Paulista, e com a pesquisa extraíram elementos fundamentais para uma melhor compreensão da relação das politicas públicas, e a ação do capital no campo do território e suas conflitualidades. Neste sentido para fundamentar a nossa análise, buscamos realizar reflexões a partir de conteúdos e conceitos da geografia, realizando uma leitura critica das ações e dos sujeitos, públicos e privados que atuam na construção do território. Nesta perspectiva o nosso trabalho procurou enfatizar aspectos da realidade do território, sua caracterização social histórica e a situação atual, contextualizando a relação da politica dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo e a sua estratégia de territorialização.

A nossa pesquisa enfatizou aspectos das contradições e conflitos que se manifestam cotidianamente no território resultado da existência de duas concepções politicas que se materializam na disputa da hegemonia territorial, de um lado as forças que idealizam o desenvolvimento a partir das politica públicas contidas no programa território da cidadania, de outro as iniciativas do capital, comprometidas com os interesses da agricultura empresarial capitalista concebida no agronegócio, realidade que evidencia um enfrentamento de interesses de classes.

No marco teórico foi possível fazer uma reflexão analisando as ações dos agentes públicos que atua no campo, abordando os diferentes pensamentos e concepções evolvidas nas formulações de politicas para o campo brasileiro na atualidade. Nesta perspectiva

recorremos ao debate teórico dos paradigmas que influenciam na realidade agraria atual: a teoria do paradigma do capitalismo agrário, que analisa o desenvolvimento das forças produtivas no campo de forma linear representado por uma totalidade possibilitando a existência do agronegócio e agricultura familiar de base camponesa no mesmo espaço. E o paradigma da questão agraria, que realiza um debate a partir de uma visão critica ao capitalismo agrário, em sua concepção existe uma questão estrutural e sua analise consiste na critica ao modelo e a sua reflexão tem como referencia a luta de classe.

Partindo desta perspectiva e importante ressaltar que na atualidade predomina um modelo de padrão único no campo brasileiro hegemonizado pela ideologia do agronegócio. Desta forma as politicas de desenvolvimento para campo materializado na politicas dos territórios rurais estão fundamentadas na teoria da nova ruralidade o que significa promover melhorias para as populações que vivem no campo, no entanto sem necessariamente fazer ruptura com o modelo atual.

Portanto neste novo cenário o conceito de agricultura familiar passa ocupar posição de destaque, e as politicas públicas estão direcionadas para este seguimento na tentativa de viabilizar economicamente como parte do modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. No entanto uma camada da população que vive no meio rural brasileiro manterá nas condições de camponeses pobres e dependentes de politicas públicas assistencialistas.

A nossa análise sobre os princípios e diretrizes das politicas dos territórios rurais e territórios da cidadania, bem como suas ações, indica a possibilidade de uma melhoria nas condições socioeconômica, e organizativa da população residente no território, com resultados imediatos, com tudo suas características das politicas mantem-se no campo assistencialista. A falta de capacidade de gestão das instituições, o acesso de burocracia, e a maneira impositiva da atuação dos órgãos de governos, bem como a rigidez dos programas dificultam a sua universalização.

A análise nos possibilitou identificar um conjunto de ações relacionadas às politicas públicas via ao território da cidadania sob a gestão do CONSAD, principalmente voltadas a agricultura familiar de base camponesa, estas iniciativas tem sido fundamental para o fortalecimento das comunidades rurais, as pesquisas comprovam a evidencia uma significativa melhora nas condições socioeconômicas desta população.

As ações articuladas no âmbito do território da cidadania, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a respectiva doação simultânea para as entidades beneficentes competentes para este fim, o apoio a atividades produtivas exemplo a pecuária

leiteira da agricultura familiar de base camponesa, tem se destacado como fator importante na composição da renda monetária familiar. Da mesma forma as politicas de cunho social, entre elas destacam a universalização do programa Luz para Todos, bem como a construção de moradias traves do programa Minha Casa Minha Vida Rural, entre outros, tem levado mais conforto para a população no meio rural. Nos aspectos organizativos políticos o CONSAD vem desempenhando um papel importante na condição de articulador das forças sociais e politicas local, representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, destacando-se também pela sua participação nas conquistas de politicas que vem beneficiando o território.

Outro fator relevante no TC Sudoeste Paulista e o surgimento de instituições organizativas como cooperativas e associações de produtores rurais com finalidade em organizar a execução das politicas e programas destinados ao território. Estes fatores têm contribuído com fortalecimento da resistência das comunidades de agricultores familiares de base camponesa.

Todavia a nossa pesquisa também revela uma logica contraditória, as condições favoráveis, considerando localização, condições de solo e clima, infraestrutura para armazenamento transporte da produção da agropecuária, e com novas oportunidades de acesso ao aporte técnico científico por meio de instituições de pesquisa e ensino recém-instaladas no território, foram fatores atrativos que intensificou o grau de territorialização do agronegócio na região. Com a chegada de novos capitais, instalações de empresas do setor da agropecuária representantes das grandes multinacionais do ramo das commodities, e a introdução de novas tecnologias no campo acelerou o processo de mercantilização da agropecuária. Estes fatores contribuiu para um aumento considerável na economia local, principalmente no comercio de insumos e maquinas agrícola, no entanto este progresso técnico produtivo, os seus resultados não beneficia a população local.

O diagnostico revela uma nova configuração, uma ação modernizadora do agronegócio na região, cuja materialidade se da a partir do movimento constante de expansão da agricultura capitalista, contudo visando como interesses a valorização e concentração do capital por parte dos empresários e latifundiários.

Os impactos resultantes deste novo cenário no TC Sudoeste Paulista se caracterizaram em uma reorganização do sistema produtivo, com o avanço da monocultura acesso as novas tecnologias com altas produtividades fatores que resultam na concentração de terras e dos meios de produção, consequentemente à substituição da produção de alimentos diversificados, como arroz, feijão, milho, leite, frutas e verduras, produzidos nas pequenas propriedades com

o trabalho resultante da agricultura camponesa, estas culturas estão perdendo espaço para monocultivo da soja, milho, pinus e eucalipto, produzidos em alta escala, utilizando o intensivo uso de maquinas agrícola e insumos, como sementes transgênicas e agrotóxicas.

Portanto, este novo arranjo produtivo no TC Sudoeste Paulista e composto por intensas contradições, ao impor seu modelo o agronegócio, aumenta o processo de subordinação do território aos interesses do capital, desta forma o seus impactos expressa na subalternização da agricultura camponesa, aumentando grau de exploração do trabalho e intensificando degradação ambiental. Todavia esta realidade não acontece em espaços vazios, pois o território e composto por uma dinâmica de enfrentamento de classes, se de um lado o agronegócio necessita avançar sobre, de outro a uma resistência camponesa, que apesar de sua relativa força mantem-se legitimamente na defesa de sua autonomia, neste contexto expressa conflitualidade entre campesinato e o agronegócio na disputa do território.

De acordo com Fernandes (2008):

> Neta condição, temos três tipos de Paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2008, p. 296).

Esta definição de Fernandes enfatiza as considerações de nosso trabalho, na medida em que a nossa pesquisa revela como resultado a conflitualidade de interesses caracterizados na composição da paisagem no território Sudoeste Paulista, considerando; a expansão do agronegócio com produção em grande escala para exportação utilizando grandes extensões e terras, sob o controle das grandes empresas capitalistas; os agricultores familiares “agronegocinho” subalternos a logica do modelo produtor de commodities, esta evidência é fortalecida em duas situações, a integração dos agricultores tornando dependentes do uso de pacotes tecnológicos fornecidos pelas empresas e o arrendamento de suas terras destinando ao cultivo da monocultura; e os agricultura camponesa que se mantem como produtores de alimentos diversificados em suas pequenas propriedades, contudo com relativa autonomia,

pois são dependentes do assalariamento e de politicas publicas para a composição de sua renda familiar.

Desta forma o quadro atual no TC Sudoeste Paulista não aponta perspectivas para um desenvolvimento socioeconômico com efetiva repartição equitativa dos rendimentos produzidos com o trabalho humano, e com a exploração de recursos naturais, que possa beneficiar a população local.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, L. do A. **Os Desafios para a Transição Agroecológica no Assentamento Pirituba**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Médio Integrado ao Técnico em Agroecologia. Cotuca/Unicamp, 2010.

ALENTEJANO, P**.** Modernização Agrícola. In: CALDART, R. S. et. al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, São Paulo, 2012, p. 477- 481.

ALMEIDA, R. **A penetração do capitalismo na área rural de Capão Bonito.** 2012. Disponível em: <https://rafinhacb.wordpress.com/2012/01/05/capitalismo-capao-bonito/>. Acesso em: 08 jan. 2016.

ARAUJO, T. B**.** Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org**.) Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e Desafios**. Brasília, 2010.

BASF. **BASF apresenta soluções tecnológicas e inovadoras na 4ª edição da Agrovia.** Disponível em: <http://www.agro.basf.com.br/agr/ms/pt_BR/content/APBrazil/news_room/releases/15_05_2012>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL. **Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades**. Território da Cidadania, 2008.

BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008.** Portal da Cidadania. Disponível em <www.mda.gov.br>. Acesso em: mar. 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra Territorial Região Sudeste**. Dez. 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Relatório de Execução**. Plano de Execução 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Orientações Gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS**. Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Guia para planejamento documento de apoio n.2**. Brasília, Novembro de 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**, Março de 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria**. Decreto de 2 de junho de 2011.

BRASIL. **Território da Cidadania**. Disponível em <www.portalfederativo.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo.** 2012. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CARVALHO, H. M**. A Sombra da Imaginação**. Curitiba, 2005. (Mímeo).

CARVALHO, H. M; COSTA, F. de A. Agricultura Camponesa In: CALDART, R. S. et. al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, São Paulo, 2012, p. 26- 32.

_____ **A Expansão do Capitalismo no Campo e a Desnacionalização do Agrário no Brasil**. Curitiba, 2010.

CAZELLA, A. A.; LEITE, S. P., ZIRMMERMANN, S. A**.** A gestão do PTC no Brasil: análise das ações e políticas implementadas. **Revista Perspectivas Rurales**, Nueva Epoca, Ano 11, n. 22.

CANAL RURAL; **Produtores de Itapeva (SP) trocam pecuária por soja e projetam boa produção**; São Paulo, 2015.

CAPAL, **Relatório Anual 2014**, Arapoti, 2014.

COLLARES, D**.** Embrapa obtém primeiras plantas transgênicas de cana-de-açúcar. **Revista CNA Mix**, Junho 2011, Ano 4, N37. Ribeirão Preto – SP.

CONSAD SUDOESTE PAULISTA. **Apresentação.** Itapeva-SP. Colegiado Territorial, 2015.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio.** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C**. Capital Financeiro e a Agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp. Campinas, 1985.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de Desenvolvimento Territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, V. 54, N. 2, 2011, p. 431- 473. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: 21 abr. 2015.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P; BONNAL, F. **Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Convênio IICA - OPPA/CPDA. Rio de Janeiro, Dezembro, 2007.

EASYCOOP. **Em reunião com Alckmin, diretoria da CAPAL anuncia novos investimentos em SP.** Disponível em:

<http://easycoop.com.br/Noticias/View.aspx?id=20849>. Acesso em: 18 jan. 2016.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.) **Política e desenvolvimento territorial no Brasil. Avanços e Desafios**, Brasília, 2010.

FAVARETO, A. S. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sudoeste Paulista**, Itapeva, 2007. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial.** 2006. 220 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.** 2011. 239 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FERNANDES, B. M. Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: MITIDIERO JÚNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. **A questão agrária no século XXI.** São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 153-179.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et. al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, São Paulo, 2012, p. 744- 754.

_____ Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial In: STÉDILE J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, v. 7. Expressão Popular: São Paulo, 2013, p. 173– 237.

_____ Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, A. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FORNAZIER, A.; BELIK,W. Políticas de desenvolvimento territorial rural: entre o territorial e o setorial. **Revista Pensamento & Realidade**, Ano XV, v. 27, n. 3, 2012.

GIRARDI, E. P. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp. Presidente Prudente, 2008.

GOMES, J. R. M. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp. Presidente Prudente, 2006.

GOMES, J. R. M.; FAVARO, J. L. Uma leitura do desenvolvimento territorial rural realmente

existente: entre as condições de possibilidade e implantação. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 122, p. 39-69, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2014.

ITAPEVA, Prefeitura de. **4ª Agrovia traz novidades para sojicultores.** 2012. Disponível em: <http://www.itapeva.sp.gov.br/noticia/prefeitura/4-agrovia-comeca-com-novidades-para-sojicultores-2995/>. Acesso em: 01 fev. 2016.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF, 2004.

LEITE, S. P. **Política de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil IICA**, Brasília, DF, 2013.

SOUZA, S. P.; HESPANHOL, R. A. M**.** Interfaces entre desenvolvimento territorial e rural a partir da perspectiva dos territórios da cidadania do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDOS TERRITORIAIS Y ANBIENTALES, 4, São Paulo, 8 a 12 de setembro. 2014.

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, DF, v.50, n. 4, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Levantamento censitário das unidades de produção agropecuária do estado de São Paulo – LUPA**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>. Acesso em: 15 out. 2014.

MACHADO, D. D. G. **Desenvolvimento e Território: Uma análise das políticas públicas de abordagem territorial no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

MATHEUS, D. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a comuna da terra.** Monografia. Curso de Extensão. Faculdade de Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora, 2003.

MENDONÇA, M. L. Monopólio da Terra e Produção de Agrocombustíveis. In: MERLINO, T.; MENDONÇA, M.L. (Org.) **Direitos Humanos no Brasil 2010**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Rede Social e Direitos Humanos, 2010.

MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. Boitempo, São Paulo, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa agrário**. São Paulo, 2013.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista estudos avançados** 15 (43), São Paulo, 2001.

NAVARRO, Z. "Nunca cruzaremos este rio"–a estranha associação entre o poder do atraso, a

história lenta e a" sociologia militante", e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes**, v. 13, n. 2, p. 5-51, 2009.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et al. (Org.) **Dicionário da educação no campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 32-40.

NUTRICELER. **Nutriceler firma parceria e fornece tecnologia para Belagrícola.** Disponível em: <http://www.nutriceler.com.br/noticia/noticias/nutriceler-168/>. Acesso em: 19 jan. 2016.

OLIVEIRA, A. M. S. de. A Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante do Brasil. In GONÇALVES, M., OLIVEIRA, A. M. S. de. THOMAZ JUNIOR, A. (Org.) **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente, v. 3, 54-83, 2007.

_____ **Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos para o Trabalho**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, A. U. O Campo Brasileiro no Final dos Anos de 1980. In: STÉDILE J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. Volume 6. Expressão Popular: São Paulo, 2013 p. 55-80.

PRATES, G. A. et al. Reflorestamento de pinus, como alternativa de renda para 30 propriedades rurais na região do Sudoeste Paulista. **Nucleus,** [s.l.], v. 9, n. 2, p.295-299, 31 out. 2012. Fundação Educational de Ituverava. DOI: 10.3738/1982.2278.763.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em:<www.pnud.org.br>. Acesso em 20/03/2015.

RAFFESTIN, C**. Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, R. U. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável. Território do Sudoeste Paulista (SP)** MDA/SDT, Outubro, 2011.

SAMPAIO, P. A. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil**. Expressão Popular: São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagem e Concepções de Território**. Outras Expressões: São Paulo, 2013.

SCHNEIDER, S. et al. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S e TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das Referencias Cognitivas aos Aportes Aplicados a Análise dos Processos Sociais Rurais. **Raízes**. Campina Grande, PB, v. 23, p. 99-116, 2004.

SOUZA, M. J. L.; O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:

CASTRO I. E.; GOMES P. C. C.; CORRÊA R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000. P.77-116.

SOUZA, S. P.; HESPANHOL, R. A. M. Interfaces entre Desenvolvimento Territorial e Rural a partir da Pespectiva dos Territótios da Cidadania do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDOS TERRITORIAIS Y ANBIENTALES, 4., 2014, São Paulo. **Anais... .** São Paulo: 6cieta, 2014. p. 528 - 550.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo, Volume 7. Expressão Popular, 2013. p. 239-260.

STÉDILE, J. P. Tendência do Capital na Agricultura. In: STÉDILE J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, Volume 7. Expressão Popular, São Paulo, 2013, p. 19-38.

TOMAZELA, J. M. Agricultura dá nova vida ao "ramal da fome". Jornal O Estado de São Paulo, 2004.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais, Os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista).** Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Geografia. USP. São Paulo, 1996.

_____ **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**. (Limites Explicativos, Autocríticas e Desafios Teóricos) V 1. Presidente Prudente 2009.

VEIGA, J. E. **Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Convênio FIRE-IICA (MDA - CNDRS/NEAD), Brasília, 2001.

_____ **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Garamund: São Paulo, 2006.

_____ **O Brasil rural também precisa de "ações afirmativas"**. In: CONGRESSO DO AGRONEGÓCIO, São Paulo, 2002.